



Departamento de História

As mudanças do quotidiano em Lisboa durante o Bloqueio Continental
(1806 – 1808)

RAFAEL DE SOUSA GIL CARDEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea
Especialidade em Relações Internacionais

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2019



Departamento de História

As mudanças do quotidiano em Lisboa durante o Bloqueio Continental
(1806 – 1808)

RAFAEL DE SOUSA GIL CARDEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea
Especialidade em Relações Internacionais

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2019

“The price of freedom is high, it always has been. And it's a price I'm willing to pay. And
if I'm the only one, then so be it.”

Steve Rodgers, The First Avenger¹

¹ Captain America: The Winter Soldier

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer à professora Maria João Vaz, orientadora desta dissertação por todo o apoio, disponibilidade que demonstrou ao longo deste período tendo sempre mantido uma postura conselheira e motivadora.

À minha namorada, Andreia Loureiro, que esteve sempre presente nos momentos em que eu queria desistir e me puxou para cima, motivando-me para continuar os meus sonhos. Obrigado por seres quem és, e por seres uma fonte de inspiração para eu ser melhor pessoa.

À minha família, em especial aos meus pais que nunca desistiram de mim, e sempre estiveram presentes a incentivarem me para nunca desistir dos meus sonhos. Ao meu irmão por ter deixado a fasquia super elevada com sua dissertação. Uma dedicatória em especial para o meu tio Eurico e para a minha avó Rita, este resultado é para vocês.

Aos meus amigos, especialmente para o André Fonseca que esteve sempre presente desde a licenciatura, o meu muito obrigado sem ti não era possível chegar onde cheguei. Aos outros amigos, que não irei nomear, pois sabem quem são, agradeço todo o apoio.

Por fim, e não menos importante, um muito obrigada a todos os membros dos arquivos e bibliotecas, cujo apoio e ajuda contribuiu para a realização deste projecto.

RESUMO

Lisboa no início do século XIX ainda estava fortemente afetada pelas consequências do grande terramoto de 1755, a estabilidade que era necessária para voltar aos anos gloriosos do grande império português era imperativa. O Príncipe Regente tentava a todo o custo manter a preciosa neutralidade que sempre caracterizou a diplomacia externa de Portugal.

A primeira década do novo século, situa Lisboa no centro dos acontecimentos que moldam a Europa, sendo esta alvo de três acontecimentos excepcionais, como o Bloqueio Continental que estrangula a economia nacional, a iminente invasão francesa e a inversão metropolitana orquestrada pelo Príncipe Regente para salvar a sua soberania.

É precisamente no meio desta conjuntura que esta dissertação se foca. Como é que o dia-a-dia da cidade de Lisboa ficou afetada por estes acontecimentos extraordinários que influenciaram a história de Portugal e da Europa. Nesse sentido foi definido três características que definissem o quotidiano e a partir destas desenrolar todo o conflito destacando as ocorrências que alteraram ou afectaram de certa forma a vida dos habitantes da capital do Reino.

Esta tese pretende evidenciar um período que é esquecido da História de Portugal que definiu a decadência do grande império português, e é preciso apresentar de que modo o mais comum dos mortais sofreu com estes acontecimentos que marcaram a primeira década do século XIX. Por fim é apresentado o confronto entre a cronologia de todo o conflito e as mudanças correspondentes no quotidiano da cidade de Lisboa.

Palavras-chave: Bloqueio Continental, quotidiano, Lisboa, História de Portugal

ABSTRACT

At the start of the 19th century, Lisbon was heavily affected by the consequences of the 1755 earthquake, the stability that was needed to go back the glorious times of the great Portuguese empire was urgent. D.João IV attempted at all costs to maintain the precious neutrality that had always characterized Portugal's external diplomacy.

The first decade of the new century, situates Lisbon in the middle of events that shape Europe, being a target to 3 of these remarkable events, like the Continental Blockade that chokes the national economy, the imminent French invasion and the metropolitan reversal orchestrated by the ruling Prince to save his sovereignty.

It's precisely in the middle of this conjuncture that this essay is focused on. How did the day-to-day life in Lisbon get affected by these events that influenced in the history of Portugal. In this sense, 3 characteristics have been determined to explain the daily life, and from those to unroll all of the conflicts highlighting the events that changed in a certain way, the lifestyle of the inhabitants of the Kingdom's capital.

This thesis intends in showing a period that is forgotten from the Portuguese History that determined the decline of the Portuguese Empire, and it's also needed to introduce in what way the people suffered from these events that marked the first decade of the 19th century.

Keywords: Continental Blockade, Lisbon, daily life, History of Portugal

ÍNDICE

PARTE I – INTRODUÇÃO	5
PARTE II - O quotidiano: conceitualização e contextualização	16
2.1 – Definição de quotidiano	16
PARTE III – As Pessoas	18
3.1 - Portugal e Lisboa no início do século XIX	18
3.2 – Recenseamento de 1801 e 1802 e numeramentos da população	25
3.3 – Crescimento da cidade	34
PARTE IV - As vivências	46
4.1 – Lisboa como entreposto	46
4.2 – Comércio externo de Portugal.....	52
PARTE V – As discórdias.....	61
5.1 – A polícia e a cidade de Lisboa.....	61
5.2 – Doenças e Morte.....	69
5.3 – Entrada das tropas francesas em Lisboa.....	75
PARTE VI – Conclusão	90
FONTES E BIBLIOGRAFIA	93

PARTE I – INTRODUÇÃO

PROBLEMÁTICA

Para compreendermos como o conflito global afectou as relações de quotidiano na capital do Reino de Portugal foi definida uma problemática que pretende facilitar a resposta à questão inicial indicada no título deste estudo, para isso, temos de reflectir sobre as características da época e do conflito em si. Lisboa em 1755 sofreu um desastre que marcou o fim de uma era, o terramoto dizimou grande parte da cidade. A segunda metade do século XVIII, em Lisboa, foi marcada pela recuperação da capital do império. Na última década do século, Lisboa ressurgiu lentamente através da fortuna comercial inspirada pelas reformas do reinado de D. José I, a posição geográfica e diplomática que favoreceu a expansão comercial também colocou a cidade no centro da tempestade que se adensava sobre a Europa. Estávamos em plena expansão da Inglaterra propulsão pela revolução industrial (que por volta de 1780 começava a mostrar grandes sinais de crescimento²) e esta expansão ia contra os interesses duma França Revolucionária. A Revolução Francesa iniciou uma longa luta entre a França Revolucionária e os países absolutistas que se sentiam ameaçados pelo seu exemplo. Com a ascensão de Napoleão o extremar de posições entre as monarquias e os ideais revolucionários entrou em choque. Uma rota de colisão entre as monarquias europeias e a França revolucionária que se traduziu em última instância no Bloqueio Continental.

Jorge Borges de Macedo escreve que o Bloqueio Continental era, para a “França imperial” a “única solução de que podia dispor para a luta contra a Grã-Bretanha”³. Aliás, segundo o mesmo autor, após a derrota na batalha de Trafalgar, o “domínio continental” tornou-se a única arma disponível por Napoleão. Também de acordo com o autor, “Portugal viria a tomar, no desenrolar dos acontecimentos, um papel decisivo”, pois, em conformidade de um bloqueio continental especialmente para que este fosse eficaz, qualquer estado europeu com força marítima iria acabar por ser envolvido. Segundo o referido autor “Portugal, com territórios nas duas margens do Atlântico e uma importante posição à entrada do Mediterrâneo, dotado de possessões na Índia e detentor de ilhas de

² HOBBSAWM, Eric, A Era das Revoluções, Lisboa: Presença, 1992

³ MACEDO, Jorge Borges de. O Bloqueio Continental, Lisboa: Gradiva, 1990

fundamental interesse no oceano (Madeira, Açores, Cabo Verde), não tinha qualquer possibilidade de evitar o envolvimento no Bloqueio”⁴. Esta imposição consistia em impedir o acesso a portos dos países então submetidos ao domínio do Império Francês a navios da Grã-Bretanha, esta restrição foi alargada à Península Ibérica após a subjugação da Prússia e Rússia ao bloqueio.

Para melhor compreender as mudanças do quotidiano na cidade de Lisboa dentro do espaço temporal pré-definido (1806 – 1808), definiu-se uma problemática para tal dirigida e determina-se uma metodologia que permita responder às questões colocadas e cumprir os objectivos inicialmente definidos para este estudo.

Desta forma, a investigação foi realizada em volta das seguintes questões:

- Como podemos definir conceito de quotidiano?
- Como era a cidade de Lisboa no início do século XIX?
- De que maneira o Bloqueio Continental, a retirada da corte e a invasão da cidade de Lisboa por parte das forças francesas, modificaram o quotidiano dos seus habitantes?
- Será possível relacionar a cronologia do conflito com os acontecimentos que põe em causa a vida da população da cidade de Lisboa?

Todavia, as questões de partida provocaram novas questões, que foram sendo respondidas em relação com os aspectos concretos da análise relativos ao objeto de estudo.

Como podemos definir o conceito de quotidiano? Esta questão remete-nos para a contextualização do contexto e as características que pretendemos investigar para definir balizas para nos ajudar a caracterizar o quotidiano. Para responder a esta pergunta procurei bibliografia de outros campos científicos como a sociologia, antropologia ou a geografia.

Antes de tentarmos perceber se existiram alterações consequentes por parte do conflito na população lisboeta é importante conseguir definir os factores característicos do quotidiano nos quais o trabalho irá incidir. Os factores característicos do quotidiano que procurarei incidir serão: o conflito (averiguar se, por exemplo, o crime aumentou com a entrada dos franceses em Lisboa e verificar se existe correlação entre a morte e a

⁴ MACEDO, Jorge Borges de. O Bloqueio Continental, Lisboa: Gradiva, 1990

situação económica), a economia (apurar se as restrições afectaram o tráfego no porto de Lisboa e como estas moldaram a cidade em tempo de crise) e as dinâmicas familiares (onde através dos recenseamentos do início do século poderemos observar a população da capital do império e como esta se caracterizava).

Como era a cidade de Lisboa no início do século XIX? A contextualização na época é indispensável para se perceber a conjectura do conflito e os seus antecedentes e motivações. Será feita uma passagem pela história que fomentou todo o conflito ao longo dos capítulos para aliar as explicações e investigações de cada característica do quotidiano e a história.

A questão central de toda a investigação remete-nos para perceber como é que os três grandes acontecimentos da primeira década do século XIX (Bloqueio Continental, retirada estratégica da corte e a invasão francesa) afectaram o dia-a-dia da população de Lisboa. Para esta pergunta, foquei-me sobretudo em tentar montar uma narrativa suportada pelas fontes primárias que irão permitir que as conclusões sejam explanadas em relação à toada dos acontecimentos.

E, por último, tentar compreender de que forma é que os pontos anteriores e as questões levantadas se relacionam com a cronologia do conflito. Descobrimos as implicações do Bloqueio Continental nos desfechos desta crise, que mudou o destino da História de Portugal. Todas estas questões serão percorridas e analisadas de forma contextualizada ao longo das três grandes partes em que a dissertação se divide: As Pessoas (estudo da população); as vivências (análise de Lisboa como entreposto comercial); as discórdias (focando a investigação no crime e na morte).

METODOLOGIA

Na concretização dos objectivos desta investigação, e com o propósito de investigar a hipótese exploratória, de que forma é que o Bloqueio Continental afectou o quotidiano da cidade de Lisboa, o ponto de partida foi a recolha de fontes e bibliografia sobre o conflito (Bloqueio Continental), sobre a cidade de Lisboa no início do século XIX para se criar um catálogo de fontes organizadas pelos anos e pela temática. As fontes primárias com informação relevante para as questões em estudo, no período definido, foram de certa forma a maior dificuldade que encontrei ao longo de toda a investigação. Porque apesar dos temas que abrangem toda a problemática do estudo serem bastante abundantes, as fontes primárias de carácter específico do objeto de estudo são quase inexistentes ou difíceis de localizar no curto espaço de tempo disponível para a realização do trabalho. Por outro lado, grande parte da bibliografia trata a História de Portugal e dos acontecimentos na generalidade, e muito pouca da bibliografia investiga diretamente a história de Lisboa ou da história da sua população.

Decidi focar a pesquisa por fontes nas três características que escolhi investigar: população, economia e crime. E a partir destas criar um acervo de fontes e bibliografia para área definida. Sendo assim possível encontrar pelo menos uma fonte primária para cada etapa: para a população foram usados sobretudo os recenseamentos de 1801 e 1802 compilados e disponibilizados atualmente pelo Instituto Nacional de Estatística; para a economia escolhi a informação sobre o imposto municipal do “Marco dos Navios” presente no Arquivo Municipal de Lisboa; para o capítulo dedicado ao crime a investigação teve por base os documentos da Intendência Geral de Polícia e o diário do Arcebispo de Nisibi durante a entrada das tropas francesas na capital.

Foi, também, importante analisar memórias (especialmente as da Duquesa de Abrantes), recorrer ao aquivo da Biblioteca Nacional para examinar toda a bibliografia referente às invasões francesas, pesquisar jornais da época (*Gazeta de Lisboa*) que trouxe para a investigação mais informações sobre o dia-a-dia da cidade. Para a conclusão desta investigação será importante a construção da explicação do quotidiano através dos factores que são propostos na problemática e a partir desta exposição construir um paralelo entre esta e a história do conflito na escala da geoestratégica e histórica para verificar se, na realidade, há relação entre o conflito e as mudanças na vida da cidade de Lisboa.

O calendário para a realização do estudo, foi dividido em três etapas: a primeira concentrou-se sobretudo na criação do estado da arte, recolha e organização das fontes relativas para o estudo incluindo-as numa bibliografia adequada; o segundo estágio irá incidir na leitura, análise e interpretação da bibliografia e a sua comparação; a terceira e última etapa, incidiu na elaboração da investigação e redação das conclusões resultantes da investigação.

ESTADO DA ARTE

Sabemos como o estudo do Bloqueio Continental apresenta um número extenso de trabalhos, sendo que estes se focam maioritariamente no conflito como um todo e a existência de várias vertentes da história que abordam o tema. Uma parte destes estudos, que se focam nos acontecimentos envolventes à questão do Bloqueio Continental (por conexão, talvez, à temática das invasões francesas) são os estudos militares com diversos artigos publicados na *Revista Militar* (foi um dos primeiros títulos da imprensa militar portuguesa) que pretendem explicar o contexto que culminou nas invasões napoleónicas a Portugal e a transição da corte portuguesa para o Brasil.

Como disse anteriormente, o Bloqueio Continental já foi amplamente tratado, por muitos outros historiadores, a começar pela obra fulcral de Jorge Borges de Macedo em *O Bloqueio Continental*, onde o autor afirma que o bloqueio era para a “França imperial” a “única solução de que podia dispor para a luta contra a Grã-Bretanha, o que facilitava a resistência desta última e dos seus aliados” e que após a batalha de Trafalgar, o “domínio continental” tinha-se tornado “a única arma disponível por Napoleão”⁵. Nesta obra marcante do tema de estudo, Macedo intercala a história económica (matéria de estudo da grande parte dos seus livros), com as questões políticas e de alinhamento de Portugal na conjuntura da rivalidade entre as grandes potências (Inglaterra e França Revolucionária). Ainda de acordo com o autor, “Portugal viria a tomar, no desenrolar dos acontecimentos, um papel decisivo”, pois, de acordo com a lógica do Bloqueio Continental e, para que este fosse verdadeiramente eficaz, qualquer país marítimo acabaria por ser envolvido. Ora, segundo Jorge Borges de Macedo “Portugal, com territórios nas duas margens do Atlântico e uma importante posição à entrada do Mediterrâneo, dotado de possessões na Índia e detentor de ilhas de fundamental interesse no oceano (Madeira, Açores, Cabo Verde), não tinha qualquer possibilidade de evitar o envolvimento no Bloqueio”⁶. Na obra de referencia *O Bloqueio Continental*, Jorge Borges de Macedo conclui que as consequências do Bloqueio Continental (“O objectivo (do Bloqueio Continental) era fechar o continente europeu às produções, industriais e outras, remetidas pela Inglaterra e suscitar assim a desorganização deste país, cuja prosperidade assentava no envio, para diferentes regiões, da sua produção, realizada em

⁵ MACEDO, Jorge Borges de. *O Bloqueio Continental*, Lisboa: Gradiva, 1990

⁶ Idem

excelentes condições técnicas e distribuída por um aparelho comercial também de excepcional valor”⁷) levaram ao fim do comércio exclusivo colonial e a alteração das relações entre Portugal e a Inglaterra foram imediatas e catastróficas. A balança comercial (que tinha sido positiva até ao início do século XIX) sofreu um profundo desequilíbrio. Em 1811, as exportações britânicas para Portugal tornaram-se treze vezes maiores do que as exportações portuguesas. O mercado brasileiro foi invadido pelas mercadorias inglesas. E a tendência permaneceu inalterável nos anos seguintes, apesar da ligeira recuperação após o final da guerra⁸.

Relativamente à problemática levantada anteriormente e ao foco de estudo ser a cidade de Lisboa, cidade que conta com uma vastíssima bibliografia, existe uma necessidade de criar uma compilação desta bibliografia para que a investigação tenha as suas bases. É nesta toada que gostaria de destacar *A Morte em Lisboa - Atitudes e Representações 1700 – 1830*, de Ana Cristina Araújo, onde no primeiro capítulo é nos dado boas informações sobre as questões que foram levantadas previamente. A autora mostra-nos que a cidade de Lisboa “grandiosa e enigmática”⁹ estava incluída no número das mais populosas da Europa meridional, desde o início da época moderna e que esta foi ao longo dos séculos deixando de ter importância a nível mundial. A demografia é o objeto de estudo deste livro e esta é importante porque fornece indicações indispensáveis para a compreensão de atitudes e comportamentos em meio social. Ana Cristina Araújo defende que a demografia é importante para o quotidiano da cidade. É explanado na referente obra que o censo de 1801 atribuiu a Lisboa 164 731 habitantes sendo este número inferior à população real porque este censo excluía os estrangeiros, o clero, os militares, as pessoas privilegiadas, os não católicos, os marinheiros, os vagabundos, os desertores, os mendigos e as prostitutas, sendo estes grupos excluídos da contagem oficial cerca de 40 000 pessoas. Estima-se que a população de 1801 seria, no total, cerca de 190 000 ou 195 000 habitantes, e que Lisboa, a capital do reino, ocupasse uma superfície estimada de 950 hectares e que concentrasse cerca de 7% da população portuguesa (de todo o império). É referido também que a cidade no início do século XIX expande-se lentamente em território e mantém uma progressão muito baixa de crescimento demográfico (muito por consequência, ainda, dos efeitos do terramoto de 1755). No início

⁷ MACEDO, Jorge Borges de. *O Bloqueio Continental*, Lisboa: Gradiva, 1990

⁸ Idem

⁹ ARAÚJO, Ana Cristina. *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações. 1700-1830*. Lisboa: Ed. Notícias, 1997

do século XIX e no período do Bloqueio Continental, período este de agitação e miséria, os projectos de melhoria da cidade resumem-se à criação de um incipiente serviço de iluminação pública e de distribuição postal. Antes de acabar o ano 1807, e face à iminência da primeira invasão francesa estima-se que cerca de 15 a 20 mil pessoas abandonem Lisboa. Destes abandonos fazem parte a comunidade de mercadores ingleses, a burguesia mercantil ligada ao Brasil e finalmente a nobreza da Corte que acompanhou a deslocação da família real para o Rio de Janeiro, não sendo também de excluir o êxodo temporário, para a província, de algumas famílias da pequena nobreza e de gente de proveniência rural que abandonaram a cidade face á primeira invasão.

De Jorge Miguel Viana Pedreira, em *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755 – 1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*¹⁰ destaco a definição do espaço, Lisboa, que é retratado como a capital do império e capital do comércio marítimo e o estudo da cidade pela vertente da história económica. No início do século XIX, o autor afirma que Lisboa consumira grande parte do seu dinamismo demográfico por ainda estar a repor a população anterior ao grande terramoto. A cidade era um grande “tumor populacional”, e era, simultaneamente a sede da Corte e o principal porto do país (esta característica, na Europa, era apenas partilhada por Londres). Jorge Pedreira, cita dois outros intervenientes, que declaram que “era mais fácil de encontrar um navio para o Brasil do que uma carruagem para Coimbra, Porto ou Braga” (Giuseppe Gorani e James Murphy)¹¹. A preeminência comercial de Lisboa manifestava-se mais nas exportações para os domínios ultramarinos do que nas remessas para o estrangeiro. Foi esta relação próxima entre a capital e o império deu a preponderância e a prosperidade de Lisboa, em particular durante a fase de crescimento dos finais do século XVIII e princípios do século XIX – momento que chegou a canalizar entre 3.5% e 5.5% de todas as exportações europeias¹². É demonstrado também pelo autor que Lisboa era, sem dúvida, o principal centro industrial do país, reunindo a força de trabalho mais numerosa, que se repartia por uma abundância de pequenas oficinas e por

¹⁰ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa: Universidade de Nova Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995 [tese de doutoramento]

¹¹ Idem

¹² PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa: Universidade de Nova Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995 [tese de doutoramento]

um bom lote de grande manufacturas e fábricas, que ofereciam em conjunto uma grande variedade de produtos.

Na criação de bibliografia que aumente o conhecimento sobre a problemática da cidade de Lisboa no período do Bloqueio Continental é, também, importante destacar a obra *Porto de Lisboa e o Bloqueio Continental (1806 – 1822)* de António Alves Caetano, onde este defende que porto de Lisboa tinha, na época, uma enorme importância tanto no abastecimento nacional e no escoamento das produções nacionais e das reexportações coloniais, como no apoio logístico às esquadras estrangeiras que cruzavam o Atlântico¹³. O autor utiliza uma fonte existente no Arquivo Municipal de Lisboa/Histórico, em que, esta consiste numa série de volumes referentes a um imposto municipal, cobrado sobre as embarcações que entravam no porto de Lisboa, denominado “Marco dos Navios”. No seu livro, este efectuou um exaustivo levantamento da informação referente a cada navio entrado no porto de Lisboa, naquele período, permitindo assim constituir uma “base de dados” relativa a mais de dez mil viagens, de onde retirou as suas conclusões, mostrando o efeito devastador do Bloqueio decretado por Napoleão sobre a Economia Portuguesa. Era pela porta de Lisboa que entrava e saía a maior parte das mercadorias do comércio externo português. O Bloqueio Continental foi efectivo e impediu o normal movimento de mercadorias e o acesso de navios britânicos que levou a alterações no tráfego do porto de Lisboa. Este estudo mostra-nos as dificuldades que a economia portuguesa sofreu devido ao Bloqueio, a tendência geral foi a diminuição do valor das compras feiras por Lisboa, pelas dificuldades criadas pelo Bloqueio Continental noutras paragens, especialmente no norte da Europa. Em termos absolutos a maior quebra foi por parte da Grã-Bretanha (que era a grande visada por parte do Bloqueio ordenado por Napoleão) que, no entanto, continuou a ser o nosso principal fornecedor estrangeiro. O abastecimento de bacalhau foi muito afectado (menos de 56%) sendo ainda mais significativas as diminuições no abastecimento de trigo e de lacticínios sobretudo em 1807¹⁴.

¹³ CAETANO, António Alves. *O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica*. Lisboa. Academia da Marinha, 2004

¹⁴ CAETANO, António Alves. *O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica*. Lisboa. Academia da Marinha, 2004

É de realçar também a obra de Magda Pinheiro, *Biografia de Lisboa* que dedica um capítulo inteiro chamado “Lisboa sob ocupação estrangeira: da festa antiga à mobilização contra os afrancesados”¹⁵. É destacado a importância do porto de Lisboa para as potências em conflito no Bloqueio Continental, onde os ingleses queriam manter o porto de Lisboa aberta ao comércio internacional e os Franceses cobiçavam o porto e os seus arsenais. Os arsenais de Lisboa eram cobiçados pelos Franceses, por neles tralhar um conjunto significativo de artesãos de várias especialidades. Em 1772 o Arsenal de Marinha teria 1 400 operários, mas em 1 788 atingiria 2 830. Além do Arsenal de Marinha, existiriam estaleiros particulares entre o Cais da Ribeira e o Cais do Sodré e na Outra Banda continuavam a produzir-se também recursos úteis à navegação. O porto de Lisboa possuía excelentes condições naturais e militares, mas não sofreu melhoramentos de ponta (sobretudo referentes à revolução industrial) na primeira metade do século XIX¹⁶. A autora expõe a distribuição do trabalho em Lisboa, mostrando que as profissões ligadas à indústria representavam 35% das ocupações dos lisboetas. A cidade que em meados do século XVIII ainda se encontrava entre as dez maiores da Europa, mas estava no início do século XIX longe da população das grandes cidades da época. É citado o livro de Ana Cristina Araújo para mostrar a população de Lisboa e afirmar que com “a partida do rei para o Brasil, a debandada da comunidade inglesa e a fuga de alguns dos proprietários para as suas terras fora de Lisboa contribuirão para uma diminuição da população após 1807.”¹⁷

A vida continuaria precária na cidade, as epidemias e as numerosas passagens de homens armados eram fonte regular da morte dentro de Lisboa, os mais afectados eram sobretudo as crianças e os que mais precariamente estavam instalados na cidade (de lembrar que a cidade sofrera mudanças na habitação na segunda metade do século XVIII devido ao grande terramoto de 1755). Existem, também, várias visões da cidade por parte de estrangeiros que relataram o estado desta e dos seus habitantes. E mostra-nos que durante a primeira década do século existiram alguns melhoramentos na cidade, como, a pintura dos nomes das ruas que contribuiu também para o seu policiamento, a distribuição de correio, a iluminação de partes importantes para a cidade que se foi estendendo gradualmente na cidade e nos subúrbios. Em 1807 Duarte Fava é encarregue

¹⁵ PINHEIRO, Magda. *Biografia de Lisboa*. A Esfera dos Livros, 2011.

¹⁶ Idem

¹⁷ ARAÚJO, Ana Cristina. *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações. 1700-1830*. Lisboa: Ed. Notícias, 1997

de levantar a primeira planta rigorosa de Lisboa, porque o conhecimento do território era um factor determinante no estudo dos oficiais que deviam compreender as estratégias a seguir na guerra que se avizinhava devido à situação militar que se vivia. “O ano de 1807 foi de agitação”¹⁸. A cidade debateu-se entre o bloqueio continental decretado por Napoleão e o embargo do porto resultante da presença de navios de guerra ingleses, que impediam o transporte de mercadorias para França.

¹⁸ DE PINHEIRO, Magda. Biografia de Lisboa. A Esfera dos Livros, 2011.

PARTE II - O quotidiano: conceitualização e contextualização

2.1 – Definição de quotidiano

O que não é o quotidiano se não a experiência do dia-a-dia do comum mortal? Segundo Erving Goffman¹⁹ a abordagem sociológica da vida quotidiana tem de estar dividida por quadros (frames) ou realidades, e que o quotidiano não pode ser posto em contraste com os outros domínios da realidade. Dentro da vida quotidiana, os indivíduos estão sujeitos a diferentes sequências de actividades a partir de um conjunto de realidades. E é esta sequência de actividades que gera um padrão a que se pode chamar de quotidiano. Como observa Goffman, as atribuições de casualidade podem variar de uma sociedade para outra, ou dentro da mesma sociedade ao longo do tempo. Diferentes contextos sociais e históricos tendem, a gerar diferentes realidades.²⁰

O quotidiano é o que se passa todos os dias, e quem o afirma é José Machado Pais.²¹ Este autor defende que a história tem lugar no quotidiano, mas existem diversas dificuldades para documentar essa vivência social, onde na maioria dos casos, as fontes documentais da vida quotidiana nem sempre são acessíveis, válidas, devidamente sistematizadas e representativas.²² Para dar resposta à interrogação original há que atender a que os documentos biográficos (memórias, biografias, histórias de vida, etc.) não podem ser considerados como reflexos passivos de uma entidade individual, isolada, mas sim como parte de um todo, ou seja, do sistema social. Mas o que interessa, verdadeiramente, são as práticas coletivas, a que os comportamentos individuais estão subordinados. E são sobretudo através desses documentos que podemos, em história, fazer um esboço da vida quotidiana do passado.

A análise da vida quotidiana requer certos cuidados com a utilização do método biográfico devido à extensiva utilização das fontes literárias. Pois sabemos que pode existir um desfasamento entre a realidade e a sua recriação literária. Durante quase todo

¹⁹ Foi um cientista social, antropólogo, sociólogo e escritor canadiano. Foi considerado "o sociólogo norte-americano mais influente do século XX" em FINE, Gary & MANNING, Philip. "Erving Goffman", in George Ritzer (org.), The Blackwell Companion to major contemporary social theorists, Oxford, Blackwell, 2003.

²⁰ RITZER, George. Major Contemporary Social Theorists. 2003.

²¹ PAIS, J. M.(1993) Nas rotas do quotidiano Revista Crítica de Ciências Sociais, 37, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

²² PAIS, J. M.(1988) Fontes documentais em sociologia da vida quotidiana, pp.289-306 Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Temas Portugueses)

o século XIX, a grande parte das fontes literárias apenas nos oferecem uma visão burguesa do quotidiano, atendendo a que a maior parte dos autores da época pertencem, efectivamente, à classe burguesa. Uma das grandes dificuldades que se levantam ao investigador da vida quotidiana refere-se, como vimos, à localização de fontes precisas sem alteração da realidade por parte do seu autor.

Do ponto de vista da história “a vida quotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”.²³ E aqui podemos ver que o estudo do quotidiano pode estar incluído na disciplina de micro-história.

Para este trabalho, resolvi focar a investigação em três grandes realidades: a população, a economia e as divergências ou discórdias. As conjunções destas três realidades darão o esboço da vida quotidiana da cidade de Lisboa. A população irá analisar, com a ajuda dos recenseamentos do início do século, os habitantes de Lisboa e a cidade em si. No tema da economia será foco a conjectura cronológica que afectou o porto de Lisboa, e consequentemente o país, que era até ao conflito um entreposto comercial entre o Oriente e o Ocidente. E por fim, o conflito (representado no capítulo cinco) onde é estudado todos os antecedentes da retirada da corte de Portugal para o Brasil, a consequente entrada dos franceses na capital e que transtornos da vida quotidiana esse acontecimento trouxe.

²³ HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Paz e Terra, São Paulo, 1992.

PARTE III – As Pessoas

3.1 - Portugal e Lisboa no início do século XIX



Figura 1 - Imagem ilustrativa do dia do Terramoto de 1755, em Lisboa (adaptado de Moreira de Mendonça, 1758)

O início do século XIX em Lisboa e em Portugal está irreversivelmente ligado ao desastre que se abateu pela capital do Reino quarenta e cinco anos antes, o terramoto de 1755. Os seus resultados demolidores em Lisboa afetaram os vários setores da população, desde o clero à nobreza sem poupar os pobres, existiram consequências económicas, sociais, entre outras, mas não há qualquer possibilidade de calcular a extensão e o valor global desses prejuízos.

A grande parte dos principais edifícios ficaram danificados ou completamente arruinados, como o palácio real, o Senado da Câmara, todos os edifícios onde funcionavam as entidades centrais da Coroa – como as Secretarias de Estado, o Desembargo do Paço, o Conselho Ultramarino, o Conselho da Fazenda ou o Conselho de Guerra -, as sedes das grandes Casas da família real (Bragança, Infantado e Rainhas), o palácio da Inquisição, o recém inaugurado teatro da ópera, assim como a totalidade dos hospitais da zona da Baixa. A estes juntam-se inúmeros outros casos como cerca de 70% do património eclesiástico (51 igrejas, 54 conventos, 6 recolhimentos) e também uma percentagem muito elevada de todo o património edificado da cidade de Lisboa, onde se

incluí a maior parte das casas, lojas e armazéns dos mercadores²⁴. O impacto económico deste desastre imobiliário foi de certa forma duplo: primeiro, devido ao seu valor de (re)construção; segundo, porque neles se incluía a maior parte das instalações de produção e das infra-estruturas económicas.

Passado este tumulto no pós-terramoto, Portugal viu-se num emaranhado a nível da sua política externa. Tudo começou em 1789 – Ano da Revolução Francesa, acontecimento que alterou radicalmente a história europeia e desencadeou conflitos durante os anos seguintes.

As primeiras resoluções da Revolução Francesa na sociedade europeia não foram, contudo, desfavoráveis às posições portuguesas. O fim do “Pacto de Família”²⁵ e da aliança franco-espanhola e isolando a Espanha na quadro internacional, temporariamente, esta evolução não podia ser desfavorável a Portugal, na medida em que facilitava a consolidação da política de neutralidade entre os dois países ibéricos contínua desde 1778²⁶. Até fins de 1792, as únicas preocupações graves incitadas pela Revolução Francesa são do foro ideológico, mobilizando, todos os esforços da polícia de Pina Manique na luta contra a introdução em Portugal dos princípios revolucionários; é também para evitar que as ideias revolucionárias sejam embutidas em Portugal que o representante da Coroa em Paris, o embaixador Vicente de Sousa Coutinho, contempla os acontecimentos e produz os seus despachos²⁷.

Em finais de 1792, a situação complica-se, o que exigiu um esforço de adaptação dos princípios de política externa tentando manter o estado de neutralidade que Portugal tanto se esforça, quando se declara a possibilidade do envolvimento da Espanha e da Grã-Bretanha no conflito. O esforço da política externa portuguesa aumentou quando o governo de Madrid, em nota de 30 de Setembro, comunicou a iminência das hostilidades, solicitando o auxílio da corte de Lisboa. O pedido de ajuda por parte da Espanha colocava um problema real à diplomacia portuguesa. Abstrativamente, a condição de neutral

²⁴ estes números dependem das fontes e dos estudos. J. J. Moreira de Mendonça, *História Universal dos Terramotos (...)*, Lisboa, 1758 (Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, Lisboa, 1885-1911, vol. XVI) diz que o Terramoto “deitou por terra a décima parte das casas de Lisboa, deixou inabitáveis mais de duas partes das que ficaram de pé, ficando habitáveis somente ainda menos da terça parte das casas [mas] a maior parte destas lhes foram precisos grandes reparos”.

²⁵ o Pacto de Família significa, a aliança entre os diferentes ramos da Casa de Bourbon, entre Espanha e França

²⁶ Tratado de El Pardo entre a Rainha Maria I de Portugal e o Rei Carlos III de Espanha

²⁷ COELHO, José Maria Latino, *História Política e Militar de Portugal, desde Fins do Século XVIII até 1834* Imprensa Nacional, Lisboa, 1916.

continuava a ser a que mais convinha a Portugal, nomeadamente para a preservação da prosperidade do comércio externo. Contudo a conservação de uma neutralidade intransigente, negando qualquer cooperação no esforço militar espanhol, mesmo no caso de guerra defensiva, ameaçaria a política de aproximação dos dois países ibéricos, iniciada havia quinze anos, anulando implicitamente o tratado de 1778. Por outro lado, entrar ao lado da Espanha no conflito com a França revolucionária, sem a participação da Grã-Bretanha, era expor os domínios portugueses e o seu comércio a ataques franceses, sem a protecção-vital da esquadra britânica.

Segundo Borges de Macedo, os objetivos da Grã-Bretanha, de 1792 a 1796, e das outras potências europeias foram sobretudo, o controlo da Revolução Francesa, e depois, o controlo da sua expansão territorial. Ambas as resoluções mostravam a preocupação da conservação do equilíbrio europeu, mantendo-se assim no quadro normal da diplomacia do século XVII e de parte do século XVIII²⁸. Mas, entretanto, a expansão territorial da República começou a ter os seus frutos, a Holanda foi a primeira a ceder, seguindo-se da Prússia e da Espanha, que assinaram os Tratados de Basileia, que reatou a aliança franco-espanhola. Em 1796, a corte de Madrid corta relações diplomáticas com Londres, e emite uma ordem de embargo, nos seus portos, a qualquer navio com origem na Grã-Bretanha²⁹. Em Novembro desse ano, o embaixador da corte de Lisboa em Londres – Melo e Castro – envia um despacho para Portugal sobre a declaração de guerra de Espanha à Grã-Bretanha, sob o pretexto da não devolução de Gibraltar.

Os diplomatas portugueses começaram uma missão com vista a manutenção do estatuto de neutralidade face às potências europeias, esforçando-se para demonstrar que o país não possuía posições de hostilidade com a França, que tinha sempre mantido a sua neutralidade, sendo a sua acção na campanha do Rossilhão (1793 -1795) apenas a de uma potência auxiliar. Foi dentro deste equilíbrio que se forma dentro da corte um “partido inglês” e um “partido francês” – ambos representados no topo do aparelho do Estado: o primeiro por Rodrigo de Sousa Coutinho (Ministro da Marinha e Ultramar de 1796 a 1801 e depois até 1803, presidente do Real Erário) e de Luís Pinto de Sousa (ministro dos Negócios Estrangeiros até 1801); e o segundo liderado por José Seabra da Silva (ministro do Reino até 1799). Este último terá dirigido um canal diplomático paralelo através dos

²⁸ MACEDO, Jorge Borges de (2006), *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Tribuna da História, 2006.

²⁹ AN/TT, MNE, cx. 715, of.452, Londres, 17 Setembro 1796

relatórios e informações de António de Araújo de Azevedo, representante de Portugal em Haia e um acérrimo pró-francês, com desígnio de influenciar o Príncipe Regente³⁰, contrabalançando o peso maioritário dos ministros pró-britânicos.

O governo português não pretendia abandonar a política de ligação com a Grã-Bretanha, mas, de momento, parecia ser melhor solução efectuar a paz com a França. Porque só existiam duas alternativas: a guerra ou uma paz incrivelmente dispendiosa exigida pela França - uma indemnização de milhões de cruzados, a abertura do Amazonas à navegação franco-espanhola, e a cedência do Pará e do Maranhão. Assinou-se um acordo a 10 de Agosto de 1797, um tratado de paz entre Portugal e a França. Um dos pressupostos deste acordo é que teria de ser ratificado pelo Príncipe Regente no prazo máximo de dois meses, mas se o tratado não fosse ratificado, Portugal continuaria em estado de guerra com a França. Se fosse ratificado, haveria que enfrentar as represálias da Inglaterra³¹. Lisboa esforçava-se novamente por manter a neutralidade face ao conflito, tentando uma política de conciliação. Portugal necessitava de efectuar paz com a França. O seu interesse principal eram os domínios e o comércio ultramarino que não poderiam resistir sem o apoio inglês. Devido à oposição britânica, foi enviada para Paris uma aprovação parcial que foi prontamente recusada, sendo que em Dezembro chegou a ratificação total como originalmente tinha sido ordenada. Não foi, contudo, aceite, porque já se tinha considerado como nula a paz efectuada em Agosto, pois existia o pressuposto do acordo ser ratificado no prazo máximo de 2 meses³².

Até 1801, a posição diplomática com França nunca foi resolvida, porque o tratado de 1796 não foi ratificado a tempo pela Coroa Portuguesa. Portugal manteve-se assim numa situação de guerra não declarada, continuando sob a ameaça de uma declaração formal de guerra por parte de espanhóis e franceses, uma vez que, em Janeiro de 1801, foi assinado em Madrid um Pacto de Aliança entre Carlos IV de Espanha e a República Francesa para a invasão de Portugal, com o fim de obrigar o reino a separar-se da Grã-

³⁰ GAGÉ, Jean Gagé (1950) "António de Araújo, Talleyrand et les Négociations Secrètes pour la paix de Portugal (1798-1800)", in *Bulletin des Études Portugaises*, vol.XIV.

³¹ "que seriam mandadas instruções para que fosse representado à Corte Portuguesa que caso fosse tal artigo ratificado, deixava Portugal de ser uma Potência Amiga para passar a Inimiga..." - PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa (1987) *Diplomacia, Política e Economia na transição do século XVIII para o século XIX: o pensamento e a acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca)*, Lisboa.

³² PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa (1987) *Diplomacia, Política e Economia na transição do século XVIII para o século XIX: o pensamento e a acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca)*, Lisboa.

Bretanha. A 20 de Maio de 1801, a Espanha, aliada da França desde o Tratado de Basileia (1795) invadiu Portugal. A denominada “Guerra das Laranjas” durou 18 dias e foi desastrosa para o Reino de Portugal, porque resultou no Tratado de Badajoz (1801) entre Portugal e Espanha com a perda de Olivença como consequência. Este conflito também, teve como resultado o Tratado de Madrid (1801) entre Lisboa e Paris, onde foi estabelecido uma indemnização a ser paga por parte de Portugal de 20 milhões de francos, os termos do tratado foram ditados por Napoleão.

Seguidamente à obtenção da paz com França, Portugal passou a ser representado em Paris por D. José Maria de Sousa e, em 1802, chegou à Corte Portuguesa o general Jean Lannes como Ministro plenipotenciário de França. O general não tardou a entrar em discórdia com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. João de Melo e Castro e com o Intendente Geral da Polícia, Pina Manique. Sem qualquer preparação para a diplomacia, apesar de bom militar e dedicado a Napoleão, o general Lannes ficou a ser odiado pela Corte e pela população portuguesa. A sua estadia manifestou-se por actos de contrabando, roubo de objectos de valor, além das constantes tentativas de intromissão nos actos do governo português³³. A 12 de Maio de 1803 dera-se a ruptura da paz de Amiens³⁴. A Grã-Bretanha e a França estavam de novo em guerra. Em Junho, o Príncipe Regente declarou a Neutralidade de Portugal, enquanto a França, através de Lannes, impunha a Portugal o pagamento de uma opressiva indemnização, ao mesmo tempo que exigia a entrada de mercadorias francesas no país. Esta política de “neutralidade” comprada continuou, mas era dispendiosa a Portugal, apesar de o país viver numa época áurea do seu comércio marítimo³⁵. O período do general Lannes no cargo de Ministro plenipotenciário em Lisboa terminou em 1804. Foi chamado a Paris pelo 1º Cônsul (Napoleão) que, a 2 de Dezembro de 1804 se coroara a si próprio Imperador, e iria nomear Lannes como um dos marechais do Império. D. José Maria de Sousa foi substituído por D. Lourenço de Lima como representante de Portugal junto da nova Corte Imperial.

³³ AN/TT, MNE, Documentos da Secretaria de Estado. Ofícios relativos às questões havidas entre o General Lannes, ministro francês em Lisboa e o governo português cx.952.

³⁴ Tratado assinado entre a Grã-Bretanha e a França em 1802, que cessou os conflitos entre as duas nações

³⁵ MACEDO, Jorge Borges de, O Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular, 2ª edição revista, Lisboa, Gradiva, 1990

Apesar de, em 1803, ter sido só a Grã-Bretanha a iniciar as hostilidades contra a França, em breve este conflito se tornou uma guerra total. Uma guerra que tinha por objetivo destruir a capacidade militar e económica de uma das duas potências. No mar, Napoleão é derrotado maciçamente pelos ingleses em Trafalgar em Outubro de 1805, perdendo quase a totalidade da esquadra. Mas no continente, no mesmo ano, derrota os exércitos conjuntos da Rússia e da Áustria. O seu império estendia-se agora da Polónia aos Pirenéus, dos Países Baixos a Nápoles. Apenas resistia a Inglaterra, essencialmente pela sua posição privilegiada e, sobretudo, pela sua incomensurável marinha de guerra. Em 1805, a esquadra franco-espanhola comandada pelo almirante francês Villeneuve foi destruída pela esquadra inglesa de Nelson, na batalha de Trafalgar. Terminou assim o projecto do imperador dos Franceses de invadir a Grã-Bretanha por mar. Em Novembro de 1806, foi decretado através do Decreto de Berlim e, posto em execução por Napoleão o encerro da grande parte dos portos da costa continental europeia a navios provenientes da Grã-Bretanha, chama-se a este bloqueio, o Bloqueio Continental. Jorge Borges de Macedo, explica que: “O objectivo era fechar o continente europeu às produções, industriais e outras, remetidas pela Inglaterra e suscitar assim a desorganização deste país, cuja prosperidade assentava no envio, para diferentes regiões, da sua produção, realizada em excelentes condições técnicas e distribuída por um aparelho comercial também de excepional valor.”³⁶ O recomeço das hostilidades entre a França e a Inglaterra depois da Paz de Amiens, encontrou Portugal desesperadamente preso ao sistema de neutralidade que tinha a finalidade preservar o país da guerra. Além disso, esperava extrair vantagens comerciais de uma situação política que interessava a ambas as partes.

O governo francês foi levado a aceitar a neutralidade portuguesa devido à exorbitante contribuição financeira que Portugal pagava devido ao Tratado de Madrid e devido à necessidade de abastecimento no porto de Lisboa, por parte dos navios franceses. Por parte da Inglaterra, o sistema de neutralidade portuguesa permitia que continuassem a existir os interesses comerciais dos seus súbditos, enquanto no campo militar e político evitava a ameaça de uma aliança de Portugal com o Império Francês. A Inglaterra temia sobretudo que um entendimento com a França viesse a dar a esta potência a esquadra portuguesa, considerada ainda importante a nível mundial, tanto pela qualidade dos seus navios como pela boa preparação dos seus oficiais, ambos habituados a longas viagens

³⁶ MACEDO, Jorge Borges de. (1990) O Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular, 2ª edição revista, Lisboa, Gradiva.

intercontinentais. A neutralidade era, portanto, uma situação que convinha tanto a Portugal como às duas potências.

Após a conquista da Prússia e do estabelecimento do Tratado de Tilsit em 1807, Napoleão forçou a efectivação do Bloqueio Continental em todo o continente, forçando Portugal a impedir que os navios ingleses aportassem nos seus portos. Lisboa estava entre duas opções que a forçavam sair do estado de neutralidade. A ameaça de uma invasão franco-espanhola, presente devido as conjunturas diplomáticas militares europeias tinha com uma resposta possível a aproximação à Grã-Bretanha – mas com o inconveniente de não resistir às suas pressões políticas e económicas e de aumentar a hipótese de um conflito contra a aliança franco-espanhola. A outra opção que era considerada era a cedência às exigências de Paris com a consequente abertura de hostilidades entre Inglaterra e Portugal com um potencial ataque às possessões portuguesas e ao seu comércio e por outro lado deixaria Portugal isolado perante o possível expansionismo espanhol³⁷.

E é neste momento da história de Portugal que decidi focar o meu trabalho, como era o estado da cidade de Lisboa durante este período conturbado de iminente conflito. Para percebermos o estado da cidade, temos de primeiro conhecer a população, as suas capacidades financeiras e económicas, e posteriormente entender as consequências que este conflito trouxe à capital do império português. Nesta investigação, focar-nos-emos primeiramente no estudo da população (principalmente através dos recenseamentos de 1801 e 1802 e posteriormente pelo relato descritivo da cidade de Lisboa).

³⁷ ALEXANDRE, Valentim (1993) Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português, Porto, Afrontamento.

3.2 – Recenseamento de 1801 e 1802 e numeramentos da população

*“Entre os objectos mais importantes de huma Republica deve ser numerada a População do seu paiz; porque sem a força que resulta da população, he impossível que Republica possa conservar-se por muitos annos, sem ser dominada dos vizinhos, aos quaes a fraqueza dos Estados confiantes costuma fazer inimigos”*³⁸

Com o objetivo de estudar a população da cidade de Lisboa nos anos pré-estabelecidos, e com a escassez de fontes concretas (na realidade, os dados estatísticos sobre a população deste período são relativamente abundantes, mas todas as informações são dispersas e mal organizadas)³⁹ sobre os números da população da capital, especialmente devido ao período conturbado que esteve envolto o país nas duas primeiras décadas do século XIX. Somos obrigados a usar os recenseamentos de 1801 e 1802 como fontes para o estudo da população de Lisboa. Os dados do censo de 1801 e 1802 não foram imediatamente lançados públicos, sendo que o responsável pela sua publicação em 1811 indica-nos as justificações para a tardia publicação, “que sendo a enumeração feita em 1801 os mapas parciais não seriam apurados antes de 1802 ou 1803; e então concorrerão as pretensões do general Lanes com o rompimento da guerra entre Inglaterra e França, com a mudança do ministério em Portugal, e todo os trabalhos que prepararam a catástrofe de 1807, e a gloriosa resolução de Sua Alteza Real o Príncipe Regente...”⁴⁰

Em grande parte da Europa ocidental o período entre o final do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX (de 1790 a 1815) é demograficamente especializado em duas fases, na primeira fase existe um crescimento da população muito lento e, numa fase seguinte, é caracterizada por uma estagnação e com hipótese de um recuo populacional.

³⁸ SILVEIRA, Henrique da (1789) “Racional discurso, sobre a Agricultura, e População da Província do Alem-Tejo”, Memórias Económicas, I, Lisboa.

³⁹ SERRÃO, Joel. (1973) Fontes de demografia portuguesa, 1800-1862. Livros Horizonte.

⁴⁰ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, 1811

A população, que integrara um dos fios condutores do mercantilismo – o homem é o principal factor de riqueza, transforma-se numa das preocupações capitais do Estado. Para este, é de primeira necessidade ter muitos dependentes, porque somente nos braços destes residia a Força e a Riqueza de uma nação. Para que a população aumente, torna-se indispensável desenvolver a economia, especialmente a agricultura que constitui o primeiro ramo da indústria de um Estado. A verdadeira riqueza de um país está relacionada com o desenvolvimento da população. Assim, é necessário a realização de censos ou numeramentos da população. Essencial porque é preciso efectuar o conhecimento do estado da população para se determinar a necessidade de reformas que pretendem executar uma boa gestão dos empreendimentos públicos.

Após 1780, aceleram-se as medidas com vista ao conhecimento, total ou parcial, do estado da população portuguesa, seja através da Intendência da Polícia, ou através da Academia Real das Ciências, ao estabelecer nos seus programas descrições económicas das comarcas ou regiões, quer, através do Corpo Real dos Engenheiros. Nesse mesmo ano é assinalado o “plano da divisão e transladação das paróquias de Lisboa”, que mostra por freguesias, o número de fogos da capital portuguesa.

A 3 de Fevereiro e 31 de Julho do ano de 1781, Pina Manique dá instruções aos provedores para que lhe sejam enviados os mapas estatísticos dos nascimentos, casamentos e óbitos que aconteceram nas comarcas do Reino. Os anos seguintes foram marcados por um exaustivo levantamento dos dados relativamente a diversas comarcas a nível nacional com intuito de divulgar o movimento anual da população. A extensão e valor dos resultados é desconhecido, mas sabemos que as mesmas foram cumpridas, pelo menos, nalgumas províncias do Reino.⁴¹

Em Novembro de 1801, iniciaram-se trabalhos para o levantamento geral da população do Reino de Portugal. Nesse mês foram impressas na tipografia da Academia Real das Ciências as “certidões das desobrigas”, ou “mappas da povoação”, tendo importado a composição e impressão das mesmas em 5 800 réis. O aviso de 3 de Novembro da Secretaria de Estado da Fazenda competiu os arcebispos das várias dioceses

⁴¹ SOUSA, Fernando de. (1979) *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, dissertação de doutoramento inédita, Faculdade de Letras do Porto.

de fornecerem “com toda a legalidade os mappas exactos da população de cada hua das freguesias”, a fim de se conhecer a população portuguesa.⁴²

A 11 de Janeiro de 1802, Pina Manique confiou aos corregedores das comarcas uma ordem, no sentido de aqueles magistrados pedirem a todos os párocos de cada comarca, os mapas dos fregueses das suas paróquias, especificando o seu número por grupos de idades tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino. Igualmente, deviam os corregedores pedir aos bispos, ou àqueles em que os bispos tivessem delegado as operações do recenseamento, os mapas da população das freguesias dos respetivos bispados, incluindo os casamentos, óbitos e nascimentos relativos a 1801. Finalmente, competia aos tais magistrados, elaborar os mapas das pessoas que andavam no mar, tanto das que andavam nas tripulações, como das que serviam nas pescarias; o mapa das fábricas estabelecidas em cada comarca, com o número de pessoas que aí trabalhavam e, se possível, o estado de cada um dos operários: e uma carta de todos os eclesiásticos, tanto regulares como seculares, declarando os nomes ou “vocações” dos referentes conventos e terras onde estavam localizados.

Só são conhecidos os resultados dos recenseamentos efetuados pelas dioceses, pois os dados populacionais por comarcas não chegaram a ser recolhidos, pela simples razão de que muitos dos corregedores não conheciam as freguesias que integravam as suas áreas de atuação. E, ainda que os corregedores tivessem conseguido apurar a população das comarcas, tal não significaria, de modo algum, um segundo recenseamento, mas um diferente reagrupamento da população devido ao conhecimento mais detalhado dos grupos da população das comarcas. Se nos focarmos neste aspecto, a eficácia da Igreja superava largamente a eficácia do Estado.⁴³

Se as normas e os meios necessários para a execução do recenseamento tinham sido accionados com agilidade, os resultados do mesmo demoravam a ser enviados à Secretaria de Estado da Fazenda. A 30 de Junho de 1802 foi despachada uma circular aos bispos, para estes enviarem o cálculo da povoação de cada uma das freguesias das suas dioceses. As dificuldades, todavia, revelaram-se árduas de superar, tanto a nível administrativo como a nível eclesiástico. As epístolas impressas, suficientes para a cobertura total das freguesias do Reino, ou tinham sido enviadas em pequeno número

⁴² SOUSA, Fernando de. (1979) *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, dissertação de doutoramento inédita, Faculdade de Letras do Porto.

⁴³ Idem

para as dioceses ou tinham sido extraviadas ou inutilizadas pelos próprios párocos, pois, centenas deles aparecem completamente rasuradas.

A nível administrativo, os corregedores mostravam-se ignorantes dos concelhos existentes em cada comarca e lamentavam não poder executar as ordens recebidas. Assim alguns corregedores só em 1803 mandaram à Secretaria da Fazenda as tábuas administrativas e, muitos, nunca chegaram a remetê-las.

Fernando de Sousa⁴⁴ afirma que na realidade, o número de portugueses apurado pelo recenseamento de 1801 é expressivamente inferior ao número real dos habitantes do Reino existentes nesse ano. Vários grupos sociais, por razões várias, não foram registadas pelos párocos, tais como: as forças armadas - grande parte dos militares que integravam o exército e a marinha não foram recenseados. As unidades militares, os navios de guerra tinham capelões, que asseguravam a desobriga dos seus efectivos ou guarnições; o clero regular e população estudantil - a população dos conventos, a Universidade de Coimbra, os colégios, os seminários - incluindo familiares, alunos e criados -, também não fez parte do recenseamento, uma vez que os privilégios de que gozavam os religiosos e pessoas deles dependentes, os isentavam da sujeição paroquial; os expostos - as crianças abandonadas, existentes nas rodas ou entregues às amas não foram registadas (o recenseamento de 1802 procurou suprir esta lacuna, pedindo aos prelados diocesanos que apurassem, nas suas dioceses, o número das crianças expostas); a numerosa população flutuante e os marginais - vadios desertores, mendigos, pedintes, ermitas, ciganos; os pescadores que andavam como tripulantes no alto mar e, parte dos pescadores da costa; os funcionários públicos, em comissão de serviço nas colónias; a grande parte dos operários que trabalhavam na indústria - foram objecto de um recenseamento industrial não incluído no recenseamento; os recolhidos em casas de polícia; os presos nas cadeias do Reino; os doentes nos hospitais, casas de misericórdia, albergarias e lazaretos; os indivíduos de outras religiões que não a católica, ateus e católicos "dispensados" ou "privilegiados"; os "mentecaptos", doentes mentais, que não podiam comungar; os estrangeiros, entre os quais sobressaíam os milhares de galegos que trabalhavam em Portugal.⁴⁵

⁴⁴ Idem

⁴⁵ SOUSA, Fernando de. (1979) *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, dissertação de doutoramento inédita, Faculdade de Letras do Porto..

No final do ano de 1802, apesar de ainda se não ter recebido na Secretaria de Estado da Fazenda os resultados do censo de 1801, intensifica-se já a preparação de um novo recenseamento. As tábuas da população eram, agora, totalmente diferentes das usadas no recenseamento de 1801, mais complexas, aumentando, assim, as dificuldades no preenchimento integral e correto das mesmas.

Apesar de tudo, os mapas da população começaram a dar entrada na Secretaria de Estado a partir do segundo semestre de 1802 e continuaram a chegar até aos princípios de 1803, agrupados por dioceses – norte e centro de Portugal-, ou comarcas – sul do Reino -, em ambos os casos, contendo apenas as fichas que tinham sido distribuídas pelos eclesiásticos.

As tábuas da população do recenseamento de 1802 eram organizadas de modo a que homens e mulheres se repartissem por três estados, solteiros, casados, viúvos. Conceberam-se colunas independentes para os eclesiásticos seculares, regulares e freiras. A população distribuía-se por conjuntos etários quinquenais, desde zero a 100 anos. Além dos nascimentos, procuravam-se apurar os partos singelos, duplos ou triplos. Os óbitos distribuíam-se por tábuas que permitiam averiguar a mortalidade por idades, incluindo a mortalidade infantil e discriminar as doenças que provocaram as respectivas mortes.

Em 1803, com a saída de D. Rodrigo de Sousa Coutinho de Presidente do Real Erário e de Secretário de Estado da Fazenda cessavam-se as preocupações estatísticas da Secretaria de Estado que, Sousa Coutinho desde 1801, chefiara com tanta inteligência e audácia. A partir desse ano e até 1820, não mais se realizará qualquer recenseamento da população, incluindo o de 1803, já previsto nas instruções de Novembro de 1802.

Nesta época o território de Portugal continental estava, do ponto de vista administrativo e judicial, dividido em comarcas e concelhos. À frente daquelas estava um corregedor, magistrado de nomeação régia que exercia, em simultâneo, funções no âmbito da justiça e da administração: julgava as causas em segunda instância e era responsável pelo policiamento e pela fiscalização da ação das câmaras.⁴⁶

⁴⁶ PIMENTA, João Paulo G. SILVA, Ana Cristina Nogueira da. (1998) O modelo espacial do Estado moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime. Lisboa; Estampa.

1801 - Comarcas

Comarca	Área (Km2)	Comarca	Área (Km2)
Alcobaça	596,14	Linhares	475,15
Alenquer	1150,69	Lisboa	509,20
Arganil	1145,53	Miranda	2045,14
Aveiro	1481,08	Moncorvo	2529,14
Avis	3203,72	Ourém	636,31
Barcelos	1536,14	Ourique	6282,14
Beja	5713,97	Penafiel	541,18
Braga	335,86	Pinhel	579,11
Bragança	4015,27	Portalegre	1721,25
Castelo Branco	4533,08	Porto	1340,46
Chão de Couce	124,77	Ribatejo	305,21
Coimbra	2788,99	Santarém	3399,57
Crato	1969,27	Setúbal	4104,38
Desconhecida	431,58	Tavira	1515,73
Elvas	1796,51	Tomar	2908,27
Évora	4410,15	Torres Vedras	1031,00
Faro	1176,17	Trancoso	2840,34
Feira	785,41	Valença	385,19
Guarda	3057,00	Viana	1894,16
Guimarães	1494,98	Vila Real	2187,26
Lagos	1437,96	Vila Viçosa	2670,30
Lamego	1645,08	Viscu	3038,62
Leiria	1445,20	Total	89213,68

Tabela 1 - SILVEIRA, L. N. E. da. (2001). Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849. Anuários e Monografias. Tema C, População e Condições Sociais. Estudos e Investigação.

No início do século XIX, existiam 44 comarcas. A primeira grande diferença entre o recenseamento de 1801 e o seguinte tem a ver com a alteração da fronteira nacional, que se tinha mantido estável desde o século XIII, ocorrida justamente naquele ano como resultado da perda de Olivença que resultou numa diminuição do território de Elvas (através do Tratado de Badajoz em que Portugal cedeu Olivença a Espanha como consequência da Guerra das Laranjas). Em 1801, o país possuía 803 concelhos o que é considerado uma relativa estabilidade do quadro concelhio visto que no século XVI existiram cerca de 762 concelhos.⁴⁷

⁴⁷ SILVEIRA, L. N. E. da. (2001). Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849. Anuários e Monografias. Tema C, População e Condições Sociais. Estudos e Investigação.

As dioceses mostram o contraste entre a Igreja e o Estado. Mostrando a debilidade da presença do Estado, e o domínio da população por parte da Igreja o que explica que a coroa tivesse de recorrer às autoridades eclesiásticas para efectuar o recenseamento da população em 1801.

1801 - Dioceses

Diocese	Área (Km2)	Diocese	Área (Km2)
Aveiro	1494,26	Isento de S Cristóvão de Lafões	27,41
Beja	12036,67	Isento de S Cruz de Coimbra	102,92
Braga	11578,04	Isento de S João de Salzedas	33,02
Bragança	4560,18	Isento de S João de Tarouca	51,13
Castelo Branco	4709,31	Isento de S Pedro das Águias	88,44
Coimbra	5714,04	Isento do Crato	2001,21
<i>Desconhecida</i>	577,40	Isento do Prior-mor de Avis	165,67
Elvas	2448,83	Isento do Real Mosteiro de Grijó	49,90
Évora	10944,27	Lamego	2996,31
Faro	4903,82	Leiria	1792,30
Guarda	3728,68	Lisboa	8502,43
Isento de Fiães	11,94	Ourense	15,87
Isento de Fontes	25,67	Pinhel	2288,88
Isento de Malta	27,05	Portalegre	2269,17
Isento de Montouto	60,50	Porto	2313,87
Isento de Poiães	95,87	Prelazia de Soalhães	34,57
Isento de Refóios do Lima	16,25	Prelazia de Tomar	460,83
Isento de Romeu	14,64	Viseu	3072,36
		Total	89213,68

Tabela 2 - SILVEIRA, L. N. E. da. (2001). Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849. Anuários e Monografias. Tema C, População e Condições Sociais. Estudos e Investigação.

Atendendo apenas à cidade de Lisboa, objetivo fundamental deste trabalho, vamos nos focar apenas no recenseamento para a capital do Reino.

Podemos observar que a capital do Reino de Portugal, em 1801/1802, tinha cerca de 50 mil casas, uma população acima de 192 mil (juntando todos os grupos que não foram contabilizados neste recenseamento, mencionados acima), e o saldo fisiológico foi positivo pois a natalidade foi superior à mortalidade.

Total do Concelho de Lisboa												
Fogos	Habitantes			Faltas			Nascimentos			Óbitos		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
49281	94072	97733	192715	3337	1723	5060	3205	3284	6489	3139	2893	6032

Tabela 3 - total do concelho de Lisboa (SILVEIRA, L. N. E. da. (2001). Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849. Anuários e Monografias. Tema C, População e Condições Sociais. Estudos e Investigação)

A comarca de Lisboa possuía apenas dois concelhos, o de Lisboa e o de Oeiras, e possuía um tamanho de 509,20 km² contrastando com o tamanho da diocese de Lisboa que contava com uma extensão de 8502,43 km². Quanto às freguesias decidi destacar os extremos, a mais populosa e a freguesia com menos população da comarca de Lisboa. São elas a freguesia de Santa Isabel e a freguesia da Apelação respetivamente. A Freguesia de Santa Isabel era a freguesia que possuía o maior número de habitantes, tinha 3 013 fogos, 5 054 homens, 5 678 mulheres contabilizando 10 732 habitantes no total. Contabilizou-se em nascimentos 203 homens, 165 mulheres gerando um total de 368 de nascimentos, em óbitos foram contabilizadas 134 pessoas do sexo masculino e 129 do sexo feminino que resulta num número de 263 mortes. Pelo contrário a Freguesia da Apelação tinha apenas 53 fogos, 98 homens, 106 mulheres contabilizando apenas 204 habitantes no total. Em nascimentos contabilizou-se 6 homens, 5 mulheres resultando num total de 11 nascimentos, foram contabilizados 8 óbitos de homens e 2 óbitos de mulheres que resulta num número de 10 óbitos.⁴⁸

Freguesia de Santa Isabel												
Fogos	Habitantes			Faltas			Nascimentos			Óbitos		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
3013	5054	5678	10732	41	0	41	203	165	368	134	129	263

Tabela 4 - dados relativos à população da freguesia de Santa Isabel

Freguesia da Apelação												
Fogos	Habitantes			Faltas			Nascimentos			Óbitos		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
53	98	106	204	0	0	0	6	5	11	8	2	10

Tabela 5 - dados relativos à população da freguesia da Apelação

Nestes recenseamentos também podemos observar a estrutura etária de cada concelho. Em Lisboa, as balizas etárias com maior peso na sociedade eram as medidas: 7 – 25 anos e dos 25 – 40. Podemos afirmar que a cidade de Lisboa era sobretudo uma cidade de população em idade activa sendo que os homens já o eram aos 14 anos e as mulheres aos 12.⁴⁹

⁴⁸ SILVEIRA, L. N. E. da. (2001). Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849. Anuários e Monografias. Tema C, População e Condições Sociais. Estudos e Investigação

⁴⁹ "menores impuberes, que são os homens até aos 14 annos e as mulheres até aos 12" – MONTEIRO, António Sousa. (1868) *Manual de direito eclesiástico parochial*, II, Coimbra.

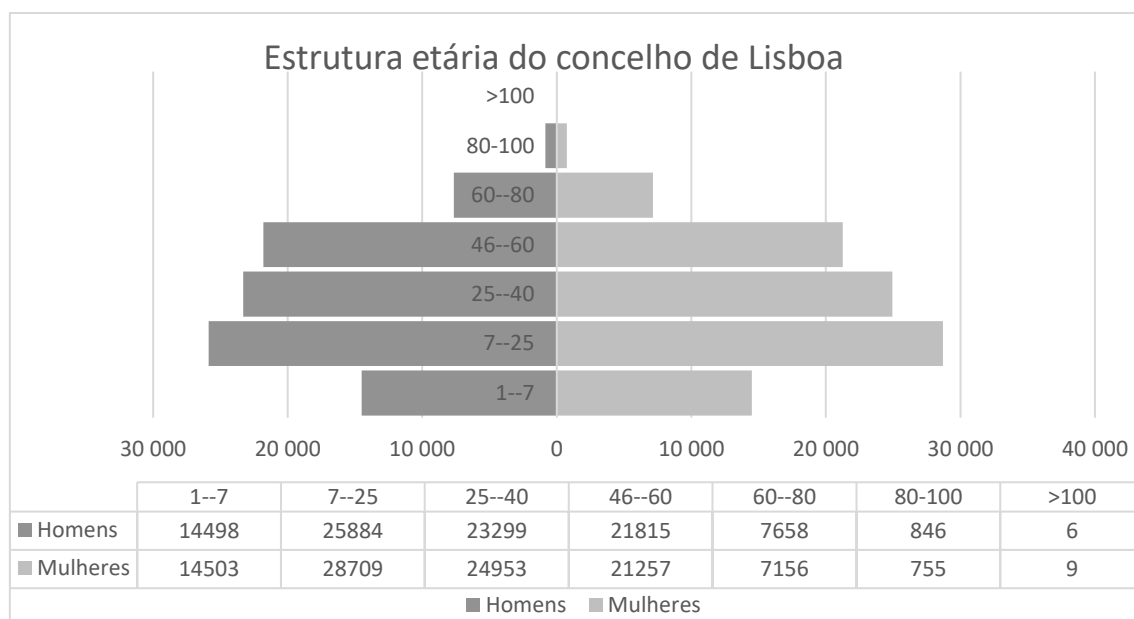


Gráfico 1 - estrutura etária do concelho de Lisboa

Embora as faixas dos 7-25 anos e dos 24-40 se destacassem, existe sempre a necessidade de entender o decréscimo da população existente nas faixas etárias seguintes. Essa situação é sobretudo visível devido a existir, nesta época, uma esperança média de vida de 30 anos, sendo essa esperança média de vida bastante reduzida. Esta distribuição etária começa por ser sentida na passagem para a faixa etária dos 46-60, mas ainda mais evidenciada na faixa etária dos 60-80 anos, devido sobretudo às epidemias existentes e às constantes crises de alimento. Nas faixas etárias seguintes, a situação repete-se, existindo um decréscimo acentuado para a faixa 80-100 anos e algo ainda mais sentido na passagem para a faixa etária dos mais de 100 anos, sendo que no gráfico existiu alguma dificuldade em fazer representar essa faixa pelo o número de habitantes com esta idade ser tão diminuto.

3.3 – Crescimento da cidade

O conceito tradicional de espaço remete para o ambiente material, físico, a extensão terrestre na qual as sociedades vivem. Mas o espaço, o campo por excelência da geografia, não se reduz ao espaço topográfico, à localização física e aos seus atributos descritos em termos de direcções cardinais, coordenadas de longitude e latitude, área, forma, etc., próprios das ciências naturais⁵⁰. Para além dos elementos naturais, o espaço contém elementos sociais e estes têm influência na cidade.

E é dentro desta análise que conseguiremos entender o desenvolvimento da cidade de Lisboa, através do seu crescimento físico, mas também através da sua população conjugando o seu estado físico e material com os seus elementos sociais.

O desenvolvimento urbano caracteriza o final da Idade Média em Portugal, num ritmo que tende a acentuar-se até meados do século XVI.

Ao iniciar-se o século XIX, o Reino estava dividido em dois: na parte norte a população concentrava-se em pequenas aldeias e vilas, enquanto a sul as formas de ocupação do solo eram mais concentradas, destacando-se algumas cidades de relativa dimensão e sobretudo Lisboa, de longe a maior cidade portuguesa.

Ao longo da sua história Portugal mantém-se um país com poucas cidades grandes e sem cidades de média dimensão e a percentagem de população urbana não se altera entre 1527 e 1800⁵¹.

Na perspectiva de Teresa Rodrigues, a bicefalia Lisboa – Porto⁵² remonta pelo menos ao início do século XVIII e coincidiu com uma bipolarização económica, suportada pelo eixo que ligava as duas cidades. No entanto, a liderança de Lisboa, a capital do império, e da sua área envolvente tornou-se indiscutível, pelo menos na perspectiva estritamente demográfica. No início do século XIX, por cada quatro residentes em Lisboa existia um no Porto.

⁵⁰ SACK, Robert (1988), *El lugar y su relación con los recientes debates interdisciplinarios*, Documents d'Anàlisi Geogràfica, 12. e de HARVEY, David (1989) *The Condition of Postmodernity. Na enquiry into the origins of culture change*, Oxford, Basil Blackwell.

⁵¹ RODRIGUES, T. (2008). Lisboa. *Das longas permanências demográficas à diversidade social*. Jornadas Demografia Histórica de Lisboa.

⁵² RODRIGUES, T. (2008). Lisboa. *Das longas permanências demográficas à diversidade social*. Jornadas Demografia Histórica de Lisboa.

É do conhecimento dos entendidos que, Lisboa, no século XII era tão populosa quanto Coimbra, Braga, Évora e Silves, mas a terminar o século XIV seria 4 a 5 vezes superior em população a qualquer delas.⁵³ Tinha então cerca 35 mil residentes, tamanho que sucessivamente terá aumentado. À medida que a população aumenta, os espaços vazios no centro funcional vão ficando preenchidos por residências maiores e luxuosas, bem como as zonas altas mais salubres (sobretudo porque eram zonas onde corria o ar).

A extensão da cidade impunha soluções de administração quotidiana, difíceis de materializar, persistindo algumas das questões, como a da insegurança das ruas, a dificuldade de circulação, a falta de uma rede água e esgotos. Lisboa era uma cidade violenta.⁵⁴ Ninguém saía de casa sem arma, mas mesmo assim andar pelas ruas à noite era perigoso. À medida que a cidade aumenta em população e extensão, torna-se ainda mais perigosa. A falta de rede de esgotos e as práticas de higiene colectiva e privada dos residentes era outro problema que as autoridades locais tentavam sem sucesso dar resposta. A vida era precária e temia-se, constantemente, o deflagrar de surtos epidémicos. Outro dos problemas da cidade era a inexistência de redes de escoamento dos lixos e abastecimento de água. Esta era cara e escasseava sobretudo nos meses quentes. Poucas casas tinham fontanários ou fácil acesso a água potável e esta era vendida a preços superiores aos praticados noutras cidades europeias, vinte vezes mais cara que em Londres e quarenta vezes mais que em Paris. Os preços subiam ainda mais nas épocas de seca, a especulação de preços era parcialmente regulada pelas autoridades mediante da publicação de tabelas com preços, mas que nunca eram respeitadas.⁵⁵

As ruas de Lisboa eram na sua maioria apertadas, húmidas e muito eram raramente limpas e nelas se lançavam todas as imundices que eram posteriormente “devoradas prontamente por milhares de cães vadios”⁵⁶, existem dados que mostram que subsistiam mais de 80 000 cães só em Lisboa, que eram alimentados pela população que encontrava neles modo de se livrar das imundices que eram assim comidas pelos animais vadios. Pouco tempo depois das tropas francesas entrarem em Lisboa, Junot deu ordens para que se abatessem todos

⁵³ Idem

⁵⁴ como testemunha no século XVI Duarte Nunes de Leão, a propósito “dos moços perdidos e patifes que a Lisboa, como a mata grande, vêm parar de todo o Reino.” Leão, D. N. D. 1610. *Descrição do Reyno de Portugal*.

⁵⁵ Chantal, Suzanne, s./d – A vida quotidiana em Portugal no tempo do Terramoto, Lisboa, Ed.Livros do Brasil: 250-251

⁵⁶ Chantal, Suzanne, s./d – A vida quotidiana em Portugal no tempo do Terramoto, Lisboa, Ed.Livros do Brasil: 308 e CARRÈRE, Joseph Barthélemy François. (1797) *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen.

os cães que vagueavam pela cidade como medida preventiva de saúde pública, mas a ordem foi mal recebida pela população da cidade que chegou a trocar dela⁵⁷. As velhas ruas, travessas, becos e pátios continuavam esburacados e eram autênticas lixeiras. Lisboa, após o terramoto, repovoara-se de uma fauna humana indesejável, e era percorrida por gente que não se sabe donde proveio, vivendo a infeliz vida, por todo o lugar que lhe dê abrigo⁵⁸. Sem iluminação nocturna nas ruas e sem um forte sistema de segurança Lisboa era um campo livre de roubo e de crime onde a desordem era a norma. Várias crianças, muitas delas órfãs andam ao deus-dará, aos amontoados, pedindo esmola, gritando, apedrejando, fazendo cauda aos mendigos e muitas das vezes misturando-se com os cães, famintos, que em matilha, percorrem a cidade e uivantes, tornam a noite da capital sinistra e perigosa.

Só quando chovia é que a inclinação das mesmas levava o lixo para o rio. Durante esse período de chuvas, a parte baixa da cidade inundava e as ruas transformavam-se em autênticos lamaçais. As casas tapavam o céu por serem bastante altas – cinco a seis pisos de altura - e nelas raramente entrava a luz do sol, que as tornava extremamente insalubres. A qualidade de construção das casas não era a melhor - o tecto e as paredes não isolavam os habitantes do frio e do calor - sobretudo nos bairros populares, como em Alfama ou na Mouraria. Também, Joel Serrão⁵⁹ descreve a cidade no início do século XIX como, “cidade medieval, de ruelas estreitas e ziguezagueando, lôbregas e fedorentas, ladeadas de casinhotos como que incrustados uns nos outros”.

A abolição da escravatura no Reino, determinada pelo governo pombalino (1761), deu azo a uma incursão de mão-de-obra proveniente da Galiza. O trabalho escravo desabitua os naturais de praticarem os serviços rudes dos campos e os mais modestos serviços da cidade, ofícios em que os galegos vieram aos milhares substituir os escravos. Nas épocas próprias as vindimas no Douro eram, quase exclusivamente, realizadas por galegos, que, depois dos trabalhos efectuados recolhiam às suas terras.

⁵⁷ Ver o texto satírico sobre esta medida de Junot no panfleto *Representação dirigida ao ex-intendente Lagarde: feito pelo podengo, lettrado, que os cães nomearão, para obterem contramandado á pena geral de morte que tiveram*, Com Licença da Meza do Desembargo do Paço, Lisboa, Na Typografia Lacerdina, Anno 1808 (<https://archive.org/details/representaod00ermx/page/n3> - consultado em 30/09/2019)

⁵⁸ DE OLIVEIRA MARTINS, Francisco de Assis. (1948). *Pina Manique, o político, o amigo de Lisboa*. Sociedade industrial de tipografia.

⁵⁹ SERRÃO, Joel. (1959). *Temas Oitocentistas para a história de Portugal no século passado*. Edições Ática.



Figura 2 - Laure Junot, Duquesa de Abrantes. Detalhe de uma litografia de Thierry Frères, depois de uma pintura de Jules Boilly, 1836 (Bibliothèque Nationale, Paris)

Atendendo à descrição detalhada de Laura Junot⁶⁰ conseguimos perceber a magnitude da capital do Reino, não só como um todo, mas também entrando em pormenores sobre a cidade, através das suas palavras.

A duquesa de Abrantes relata a chegada a Lisboa, seja pela Aldeia-Gallega (Montijo) seja por Cacilhas (Almada), afirmando que em toda a Europa não houve cidade que lhe tenha causado uma melhor impressão à primeira vista que Lisboa com a excepção de Nápoles. E que é particularmente impressionante a maneira que a cidade que se eleva em anfiteatro da imensa planície de água formada pelo Tejo quando se aproxima de Lisboa pela Aldeia-Gallega. “No primeiro plano do quadro, o Tejo, nesse local de mais de duas léguas francesas de largura, está coberto de mil navios, cujos mastros embandeirados anunciam que toda a marinha do mundo pode vir pedir asilo à baía de Lisboa. É deste lago, ou antes, deste mar que o anfiteatro de colinas sobre as quais Lisboa está construída.” Lisboa era a capital do império português, centro de todo o comércio deste e possuía um estado de neutralidade face às disputas continentais, logo dava guarida a todas as nações. A descrição continua, e conseguimos imaginar a plenitude da cidade graças às suas palavras: “A cidade estende-se pelas colinas que ladeiam o rio, e dá a ver os seus zimbórios, conventos, palácios, jardins e campos cultivados que separam um palácio de um mosteiro, uma praça pública de um cemitério, fazendo lembrar assim uma cidade do Oriente; e, mais além, desfilam ao longe esses jardins perfumados, essas quintas que estão em redor de Lisboa como uma rica e suave cintura. Num plano mais distante, os penedos de Sintra formam o fundo deste rico quadro, fantástico de beleza.” Conduzida num barco que partira da Aldeia-Gallega em direcção a Lisboa, um escalor com vinte remadores, continua a descrição da cidade afirmando que esta visão era muito bela, especialmente ao nascer do sol: “É sobretudo de manhã, ao nascer do sol, que é preciso ver os seus raios, antes de se tornarem ardentes, dourarem as novas ruas, a bela

⁶⁰ mulher de Junot em 1800, aos dezasseis anos, foi, por isso Duquesa de Abrantes em 1807, e Duquesa Viúva, após o suicídio do General em 1813. Tinha cinquenta e três anos quando faleceu em Paris em 1838. O casal Junot só viveu de fins de Abril de 1805 a Setembro de 1806, altura do regresso de Junot a Paris, em Dezembro regressou ela. Tinham se dado acontecimentos importantes na diplomacia armada em que a neutralidade de Portugal se envolvia, animados pelas cobiças de Godoy em Espanha aliada à entrada da esquadra inglesa no porto, em Agosto de 1806, contra as garantias de Portugal à França. -- Memórias de uma estada em Portugal pela Duquesa de Abrantes

praça do Comércio, o arsenal, o mercado do trigo, e Belém com o seu jardim e a catedral gótica, a Ajuda e os seus jardins de laranjeiras e limoeiros”.⁶¹

Depois desta narração da aproximação a Lisboa pelo rio Tejo, e a chegada à magnífica capital de Portugal, a Senhora Junot afirma que a cidade possui três colinas bem distintas, contrário às sete colinas apregoadas pelos portugueses – “a pretensão todas as cidades construídas sobre colinas é terem sete como Roma. Lisboa fez como as outras, e os Portugueses asseguram que têm sete colinas.” Segue-se uma exposição com algum detalhe das três colinas de Lisboa onde fala um pouco da vida nobre da cidade e muito brevemente comenta a situação da família real no pós-terramoto de 1755. “**O primeiro monte** começa na ponte de Alcântara, que forma o verdadeiro limite de Lisboa do lado oeste, e se perlonga até à Rua de São Bento (Rue Saint-Benoît). Esta colina, que é a mais alta das três, é também aquela que goza de melhor ar, e os estrangeiros, sobretudo os Ingleses⁶² que sabem aproveitar todas as vantagens que encontram, escolheram este monte para morada: é aí o seu bairro e toda a feitoria, como é chamado o conjunto de tudo quanto faz comércio e está sob a protecção especial do governo. Deram-lhe o nome de Bueno-Aires. A poente há poucas casas, mas a leste a colina está coberta delas da base ao cume: vê-se um convento magnífico chamado Convento Novo.⁶³ É aí a Calçada da Estrela, rua de tal modo a pique que no Inverno, na época das chuvas, se viram calesines⁶⁴ serem arrastadas pela violência das águas até ao rio. Desde o terramoto de 1755, constrói-se mais nesta colina do que no resto da cidade, porque se percebeu que os desastres tinham sido menos numerosos nos pontos altos.⁶⁵

⁶¹ ABRANTES, Duquesa de, 1784-1838. *Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806* / Duquesa de Abrantes ; apresent. e notas José Augusto França ; trad. Magda Figueiredo. - Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

⁶² atualmente esta zona é marcada pelo cemitério dos ingleses na zona da Estrela

⁶³ Convento do Santíssimo Coração de Jesus ou Convento da Estrela.

⁶⁴ pequenas viaturas que toda a gente em Lisboa as usava para o seu transporte, mesmo as pessoas de nobre condição; pequeno coche <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caleche>

⁶⁵ ABRANTES, Duquesa de, 1784-1838. *Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806* / Duquesa de Abrantes ; apresent. e notas José Augusto França ; trad. Magda Figueiredo. - Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

Seguindo para a segunda colina mais concretamente o Bairro Alto, Laura Junot escreve: “A **segunda colina** mais não é do que a continuação da primeira, e está separada desta por um pequeno vale. Prolonga-se desde a Rua de São Bento até ao vale onde se encontram as três ruas novas⁶⁶ construídas pelo grande Pombal⁶⁷ depois da catástrofe de 1755. Estas ruas são de grande beleza e seriam ainda mais belas se fossem mais largas. Mas aqui a cidade é lamacenta e indigna do nome cidade. Ruas estreitas, tortuosas, habitadas pelo rebotalho da população do porto imediatamente ao lado desta magnífica parte de Lisboa que Pombal mandou construir após o terramoto, para provar a indolência dos Portugueses que era possível reconstruir a cidade. Casas construídas segundo um sistema mais moderno são de facto visíveis nesta parte da cidade à qual o flagelo estendeu a sua destruição com a maior das fúrias.⁶⁸ Esta colina é a mais bem situada para morar por ser a mais central, por este motivo, é nesta que os habitantes mais ricos têm as suas casas. Como por exemplo o Barão de Quintela, um negociante de diamantes e um dos mais ricos negociantes da Europa, possui aí uma das belas casas de Lisboa⁶⁹ que dá para o passeio público do Rossio e a sala de Ópera⁷⁰ está construída muito perto do palácio. O teatro S. Carlos foi inaugurado em 30 de Junho de 1793 pelo Príncipe Regente D. João para substituir o Teatro Ópera do Tejo, que foi destruído no Terramoto de 1755. Era em S. Carlos que se reunia o que Lisboa do século XIX a alta aristocracia, das letras e das artes.”⁷¹

Antes de falar sobre a terceira colina da cidade de Lisboa, Laura Junot fala sobre a parte nova baixa da cidade, “é na parte baixa da cidade, que rodeia a Praça do Comércio e as bonitas ruas novas, que se encontra o Cais do Sodré. É aqui que se reúnem todas as mulheres do povo que têm estado de vendedeiras de laranjas e de peixe.” Passando para uma breve descrição do estado da Família Real após o terramoto e o estado dos palácios

⁶⁶ rua Augusta, rua da Prata e rua do Ouro – que mais tarde são caracterizadas pela autora da seguinte maneira – “Na rua do meio, a Rua Augusta, vivem todos os ourives e joalheiros de Lisboa; nas outras duas estão os artesões de metais que, tendo todos a sua oficina no rés-do-chão, fazem um barulho ensurdecedor. É nesta parte da cidade que se situa a linha de demarcação que divide Lisboa em duas partes, a oriental e a ocidental.”

⁶⁷ Marquês de Pombal

⁶⁸ Terramoto de 1755

⁶⁹ Palácio Quintela https://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_Quintela

⁷⁰ Teatro São Carlos

⁷¹ ABRANTES, Duquesa de, 1784-1838. Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806 / Duquesa de Abrantes ; apresent. e notas José Augusto França ; trad. Magda Figueiredo. - Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

da Ajuda e de Belém⁷², “Esta viveu muito tempo em Belém⁷³. Foi em Belém que todas as grandes revoluções da cidade de Lisboa ocorreram; mas o palácio ardeu;⁷⁴ a Rainha transportou então os seus aposentos para Queluz, que passou a ser a residência real. Era apenas um castelo sem elegância e sobretudo mal mobilado. Quando o duque de Abrantes foi governador-geral de Portugal⁷⁵, mandou-o restaurar, pintar e mobilar totalmente, fazendo de um palácio que um pequeno fidalgo das nossas províncias teria rejeitado uma bela habitação. Quando a Rainha ou o Príncipe Regente iam a Lisboa para fazer justiça, ficavam durante umas horas num palácio chamado Bemposta⁷⁶. Estava tão destruído como Queluz, e sei que desde o regresso da jovem Rainha, esta não teria ficado melhor do que no passado, se tudo quanto o duque de Abrantes fez não tivesse sido conservado”. Nesta passagem podemos observar que as marcas do terramoto de 1755 ainda estavam bem visíveis na capital e conseguimos notar que a admiração e paixão pela cidade de Lisboa não era apenas nutrida pelo general Junot, a sua mulher também nutria os mesmos sentimentos pela capital do Reino de Portugal como podemos ler nestas citações das suas memórias. Continua a descrição da parte baixa da cidade em conjugação com a zona da Praça do Comércio: “esta parte ficou totalmente destruída no terramoto de 1755, e Pombal mandou construí-la inteiramente de novo. É neste vale e dessa colina que se pode avaliar como as consequências do terrível fenómeno foram diferentes na mesma cidade; na parte plana tudo se desmoronou; na encosta das colinas, as ruas permaneceram intactas. Como os teatros eram então construídos na parte plana, os padres disseram, em sermões muito veementes, que a cólera de Deus se abatera sobre aqueles monumentos malditos. À beira Tejo, no extremo desse pequeno vale, fica a bela praça do Comércio, outrora chamada Terreiro do Paço. O lado do levante da Praça do Comércio é fechado por um edifício com arcadas, encimado por um pavilhão que é a Bolsa; do lado oposto há um edifício semelhante. No centro da Praça do Comércio está uma estatua equestre de D. José de bastante má qualidade, de bronze e sobre um pedestal de pedra. Foi o marquês de Pombal que mandou fazer este monumento no tempo em que ainda granjeava simpatias, quando era mais soberano que o próprio Rei.”⁷⁷

⁷² parece haver uma ligeira confusão entre o palácio de Belém e o da Ajuda

⁷³ família real e a sua residência

⁷⁴ o palácio real que ardeu em 1795 foi o da Ajuda

⁷⁵ Quando Junot foi governador de Portugal durante a primeira invasão napoleónica

⁷⁶ Palácio da Bemposta ou Paço da Rainha

⁷⁷ ABRANTES, Duquesa de, 1784-1838. Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806 / Duquesa de Abrantes ; apresent. e notas José Augusto França ; trad. Magda Figueiredo. - Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

Para finalizar a autora descreve muito sucintamente, talvez por desprezo, a terceira e última colina que esta identifica em Lisboa, “**A terceira colina** começa no local onde está assente o castelo de Lisboa; prolonga-se em plataforma até ao extremo da cidade do lado leste. Não existe arquitectura notável, tudo era mesquinho e de mau gosto. As casas eram mal construídas, e a sua distribuição interior não é mais consequente na matéria do bom senso. Arde-se lá dentro no Verão; e gela-se no Inverno. As lareiras não eram conhecidas quando chegámos, e a aversão que os Portugueses tinham e continuam a ter pelos Espanhóis levava-os a rejeitar a braseira.” Onde novamente, destaca a má construção das habitações de Lisboa, a falta de condição das mesmas e que foram os franceses que educaram os portugueses no aspecto civilizacional.

A paixão dos Junot pela cidade de Lisboa é comprovada não só nas memórias da sua esposa, mas também nos diários⁷⁸ de Jean Junot que expõem a sua devoção para com a capital do Reino de Portugal.

O crescimento da cidade de Lisboa reflecte e resulta da evolução do Reino, ainda este muito afectado pelo desastre de 1755 e pelas contrariedades diversas do início do século XIX. Aliada à grande a instabilidade política, marcada por conflitos bélicos, como a Guerra das Laranjas ou as invasões francesas, e pela crise de indefinição de poderes exponenciada pela retirada da corte para o Brasil, o crescimento da cidade capital do Reino sofre.

Ao longo de toda a sua história Lisboa é a única cidade de captar gente de todo o país. A região apresenta uma evolução peculiar no contexto nacional devido a ser a capital do império onde todas as consequências que o afectam são mais rapidamente efectivas. O seu crescimento é suportado por migrações, num contexto de saldo natural negativo em várias fases ao longo dos séculos.

As oportunidades oferecidas por Lisboa e as saídas suportadas pelo porto de Lisboa atraíram também estrangeiros, homens de negócio e viajantes, europeus, africanos e asiáticos. Os europeus eram em maior número e de estatuto superior, sendo a maior comunidade a espanhola, e dentro dela a galega (como exemplo temos a Aldeia-Gallega⁷⁹ na margem sul do Tejo). A população migrante fixava-se em pontos específicos da cidade,

⁷⁸ JUNOT, J. A. D. A., Ruas, M., & Ventura, A. (2008). *Diário da I invasão francesa*. Livros Horizonte. Correspondência de Junot dirigida a Napoleão, apreendida pelos portugueses na sequência da batalha do Vimeiro que marcou o fim da primeira invasão napoleónica a Portugal.

⁷⁹ Montijo

aumentando a sua representatividade nos bairros onde era inferior o preço dos arrendamentos. Nas fases de maior intensidade migratória existiam em Lisboa mais homens que mulheres apesar do carácter familiar que o fenómeno por vezes assumia. A maioria jovem, muitos com menos de 14 anos, quase todos adultos em idade activa. Mas para muitos a cidade era apenas um ponto de passagem: do porto saíam para os mais variados destinos, em volume impossível de ser contabilizado. Nos séculos XIX e XX, 75% do aumento da cidade explica-se pelos saldos migratórios.⁸⁰

Os movimentos migratórios criam impactos de várias ordens, designadamente ao nível dos comportamentos colectivos e da qualidade de vida local. As migrações transformam a estrutura etária dos residentes de Lisboa: a população da capital no século XIX possuía uma configuração própria de região envelhecida, sobretudo na base, consequência do enorme peso relativo dos adultos. A distribuição etária está estritamente dependente dos fluxos migratórios. Os níveis migratórios alteram os níveis de mortalidade: parte deles directamente causados pelo risco associado à mobilidade e a grupos excluídos e vulneráveis (mendigos, expostos), mas também pela maior incidência de práticas violentas, maior facilidade de contágio. A cidade apresenta os níveis de fecundidade mais baixos do país.

Lisboa era um local onde se nascia e se morria mais cedo e com maior intensidade. Devido aos factores de risco descritos acima. Mais de metade das mortes assinaladas na documentação atingiam crianças, principais afectadas na luta travada e sistematicamente perdida do homem com o meio. Nos locais de maior densidade de povoamento a consciência trágica dos acontecimentos era acentuada pela proximidade em que se vivia, numa época em que a informação passava oralmente. Neste sentido, as sobremortalidade causadas por epidemias ou acidentes naturais, como o terramoto de 1755 são exemplares da vulnerabilidade urbana. Existe, também, uma relação entre os ritmos de crescimento urbano, aumento da intensidade migratória e a subida de mortalidade que reflecte na regra de que quando existe um maior número de pessoas existirá consequentemente mais mortes.⁸¹

⁸⁰ RODRIGUES, Teresa, 1994. *Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana em Oitocentos*, *Ler História*, 26, Lisboa, 45-75

⁸¹ RODRIGUES, Teresa. (1993) *Lisboa no Século XIX. Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade*, Tese de Doutoramento, F.C.S.H. - U.N.L., Lisboa.

Existe uma relação entre a falta de informação/educação, rendimentos e esperança média de vida. As crises de mortalidade, desde meados do século XIX, atingem geralmente a população urbana pobre.

Lisboa funcionava como núcleo principal das comunidades estrangeiras radicadas em Portugal muitas destas, as que não se fixaram na cidade (exemplo: colina escolhida pelos Ingleses para a maioria das suas habitações) escolheram a sua periferia como a Aldeia-Gallega do Ribatejo denominada assim pela proveniência das suas gentes (a grande parte tinha origem nas Rías Galegas, fruto do processo de repovoamento decorrente da reconquista cristã).

O crescimento da cidade de Lisboa da primeira metade do século XIX ficou marcado pelas alterações e a instabilidade provocadas pelo Bloqueio Continental e pelo grande terramoto de 1755 que não foram propícios para o desenvolvimento da capital⁸². As plantas topográficas correspondentes a este período foram levantadas por questões administrativas, militares ou para a publicação, uma delas é o mapa de Duarte José Fava, do Real Corpo de Engenheiros, que preparou aquela que é considerada por muitos como a “primeira planta completa e rigorosa que se conhece da cidade de Lisboa”⁸³, a carta topográfica da cidade de Lisboa em 1807, com o título Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Compreendida entre Barreiras: desde a Ribeira de Alcântara até ao Convento de Santa Apolónia⁸⁴. Esta planta de grande rigor científico, foi levantada na escala numérica de 1:2500. A planta apresenta-se inacabada, designadamente, no canto superior esquerdo, a cartela apenas com a moldura esboçada a lápis, não apresentando título, data, assinatura ou quaisquer menções escritas para além da toponímia. É uma cópia reduzida da carta de Duarte José Fava, acrescentada da parte ocidental, da Ribeira de Alcântara até à Bateria do Bom Sucesso, impressa litograficamente em 1833.

⁸² FRANÇA, José Augusto (2009). *Lisboa: história física e moral*. Horizonte.

⁸³ Bastos, 1997, p. 19

⁸⁴ FAVA, Duarte José. Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Compreendida entre Barreiras. C.1808 - 1832, desenho a lápis, tinta-da-china e tinta azul, 1350 x 2500 mm., (BNP, Secção de Iconografia, D. 153) - disponível online em <http://purl.pt/24997>

Segundo Vieira da Silva⁸⁵ a carta original de Duarte Fava, de 1807, existia na Direcção das Obras Públicas do Distrito de Lisboa e ardeu em 4 de Maio em 1919, desconhecendo-se a existência de uma cópia completa.



Figura 3 - FAVA, Duarte José, 1772-1826 [Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Compreendida entre Barreiras]: [desde a Ribeira de Alcântara até ao Convento de Santa Apolónia]. - [Escala ca 1:2500] [entre ca 1808 - ca 1832]. - 1 planta: manuscrita, lápis, tinta da china e tinta azul; 135 x250 cm – consultada em <http://purl.pt/24997>

Mas a compreensão das características de Lisboa do início do século XIX passa necessariamente pelos aspectos económicos, que espelham as transformações que passaram o Reino e o Império, integrados numa economia mundial onde encontraram enormes dificuldades de afirmação. As regulares crises internas reflectiam a incapacidade de resposta de uma economia entravada pelo mercantilismo em decadência.

⁸⁵ SILVA, Augusto Vieira da, 1950 “Plantas topográficas de Lisboa [Material cartográfico] Lisboa: Câmara Municipal - <http://purl.pt/27804>

Este capítulo expõe as dificuldades que Portugal, e em especial Lisboa, teve de enfrentar na segunda metade do século XVIII para recuperar do desastre do terramoto de 1755. Aliado ao tumulto que provocou a Revolução Francesa no continente europeu, Portugal chega ao início do novo século sem a capacidade de reagir aos novos problemas. Tenta-se em 1801 começar o conhecimento detalhado da população para se conseguir projetar mudanças no país, mas o recenseamento não é inteiramente bem-sucedido. A cidade continua a crescer, apesar da sua condição, passados cinquenta anos do terramoto, continuar igual, sendo que só a baixa foi inteiramente renovada. Sem um saneamento básico as condições de salubridade provocam os mais variados problemas e tudo isto influencia a população da capital. Apesar de todos estes problemas, a cidade cresce. No próximo capítulo a investigação foca-se no papel que a cidade de Lisboa tem como entreposto comercial e como ligação entre o Ocidente e o Oriente mundial.

PARTE IV - As vivências

4.1 – Lisboa como entreposto

“O seu grande porto é tão seguro e magnífico e a sua população é tão capaz de ser melhorada, que merece realmente fruir”⁸⁶

Na entrada do século XIX, as ligações comerciais do reino de Portugal com o exterior eram próprias de um império pouco estruturado. O Estado era mercantil e colonial, ou seja, as suas receitas resultavam principalmente da actividade comercial e, dentro desta, imperavam as originadas nos domínios do estado⁸⁷. Este modelo económico foi fortemente afectado pela Guerra Peninsular e os seus elementos, como o Bloqueio Continental. O sustento económico português concentrava-se nas alfândegas, nos monopólios coloniais e nos rendimentos oriundos do ultramar. Nas receitas aduaneiras, parte substancial tinha como origem o comércio com os domínios (sobretudo casos de reexportação). A economia do Reino de Portugal teve a sua base durante muito tempo no intercambio comercial com as outras nações e as posses ultramarinas. “Lisboa, foi, na Europa, o entreposto geral das mercadorias com a Ásia⁸⁸”

Lisboa era sobretudo o principal entreposto do comércio colonial português – em 1806, 78% das importações nacionais tinham como destino o porto de Lisboa⁸⁹ tanto no que respeita à redistribuição dos géneros brasileiros ou asiáticos na Europa, como também, no sentido contrário, a respeito à reexportação para o Brasil dos artigos europeus. Era pela porta de Lisboa que entrava, e saía, a maior parte do comércio externo português. Apesar dos domínios ultramarinos serem aproveitados para os produtos nacionais, eram-no, também, como abastecedores de produtos que, para além da satisfação de carências de consumo das populações do território continental, seriam utilizados na reexportação, tanto para os domínios ultramarinos como para o estrangeiro.

⁸⁶ JUNOT, J. A. D. A., Ruas, M., & Ventura, A. (2008). *Diário da I invasão francesa*. Livros Horizonte.

⁸⁷ CAETANO, António Alves. (2008) *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão*. Constantes e Linhas de Força, Lisboa, Tribuna da História.

⁸⁸ BALBI. Andrien, (2004) *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et Algarve*, Edição em fac-símile, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tomo I, (1ª edi., 1822)

⁸⁹ CAETANO, António Alves (2004) *O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica*. Lisboa. Academia da Marinha.

Dos vários milhares de contos de réis de produtos originários do Brasil vendidos anualmente para o estrangeiro de 1796 a 1807, a grande maioria é exportada pelo porto de Lisboa: na generalidade dos anos, esse valor é maior ou igual a 90%, atingindo os 97,7% em 1797 e 97,2% em 1800 caindo abaixo dos 90% em 1803 para 86,6%⁹⁰. Lisboa reexportava para o Brasil aproximadamente a totalidade dos produtos asiáticos importados, o que reforçava o papel do porto de Lisboa como entreposto. Jorge Borges de Macedo, no seu livro dedicado ao Bloqueio Continental, fala sobre o porto de Lisboa:

“O porto franco de Lisboa, na sua amplitude, com as suas enormes possibilidades de importação e armazenagem, acumulava extraordinárias reservas de mercadorias para a venda na Europa e era o símbolo e a mais alta expressão económica da excepcional posição da costa portuguesa como zona intermediária e entreposto de passagem entre a Europa e as zonas tropicais e semitropicais das Américas e de África.”⁹¹

Segundo José Luís Cardoso, o Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte em Berlim, a 21 de Novembro de 1806, visava impedir o desenvolvimento de quaisquer relações económicas entre a Grã-Bretanha e os seus parceiros comerciais. Através deste embargo comercial, a França esperava substituir a Inglaterra na predominância económica no continente europeu, e empenharam-se em vedar à Inglaterra qualquer acesso económico ao continente. Assim o Bloqueio Continental tinha funções simultaneamente destrutivas (em relação à capacidade instalada da marinha mercante britânica e ao potencial da economia inglesa) e construtivas (tendo em vista a hegemonia francesa no continente europeu)⁹²

⁹⁰ CAETANO, António Alves. (2004) O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica. Lisboa. Academia da Marinha

⁹¹ MACEDO, Jorge Borges De. (1990). O Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular, Lisboa: Gradiva.

⁹² CARDOSO, J. L.; Monteiro, N. G. e SERRÃO, J. V. (2010). Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica. Lisboa, ICS: Imprensa de Ciências Sociais.

Este mesmo autor deixa assente na sua obra que o porto de Lisboa é o fim e o início de rotas comerciais de todo o mundo, sendo um centro de importação e exportação e o principal porto de trânsito de quaisquer mercadorias.⁹³

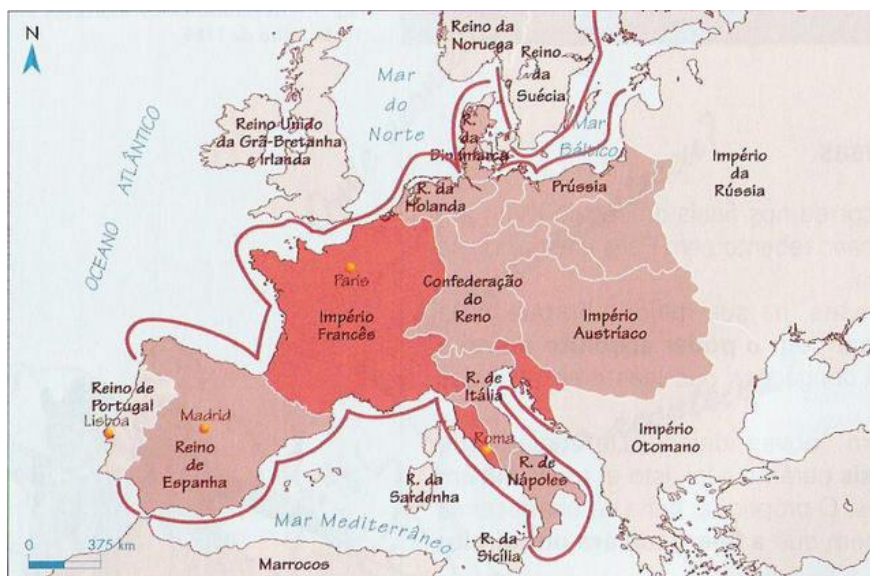


Figura 4 – Bloqueio Continental (<https://www.timetoast.com/timelines/revolucao-de-1820-5e044217-4e7f-435e-b005-d0cf4832f84a>)

Entre 1806 e 1808, o porto de Lisboa viveu um turbilhão de situações com a imposição do Bloqueio Continental, e posteriormente no final de 1807 com a entrada das tropas francesas em Lisboa e com a permanência de uma esquadra britânica que bloqueava a barra do Tejo durante a ocupação francesa da capital, - com início em Novembro de 1807. Tal resultou num colapso económico do reino de Portugal determinado por nove meses de bloqueio naval, pois o tráfego marítimo só foi retomado depois de 2 de Setembro, quando a esquadra inglesa abandonou a saída do rio Tejo. Apesar⁹⁴ do permanente conflito no continente europeu durante o início de 1807, o porto de Lisboa continuava a registar um crescente movimento sendo que o resultado do balanço comercial de 1807 supera o registo anterior - apesar do ano ser marcado fortemente pelo começo do Bloqueio Continental. Do ponto de vista dos navios provenientes do âmbito internacional, ou seja, fora dos domínios coloniais portugueses, o valor das mercadorias importadas foi inferior a 1806. Com a entrada dos franceses em Lisboa e consequentemente com a efectivação do Bloqueio, o tráfego marítimo para o

⁹³ CARDOSO, J. L.; Monteiro, N. G. e SERRÃO, J. V. (2010). Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica.

Lisboa, ICS: Imprensa de Ciências Sociais

⁹⁴ CARDOSO, J. L. (1989). *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*.

porto de Lisboa foi muito afectado levando a um descalabro nas contas do porto de Lisboa pese embora os escassos dados disponíveis que não permitem avaliar com total extensão os danos causados por nove meses de bloqueio marítimo.

A quota-parte da Grã-Bretanha no comércio português é extensamente sobrevalorizada, sendo que entre 1802-1806 esta era pouco menos que 40% do comércio total português. Portugal (e territórios ultramarinos) recebiam apenas 2.8% das exportações inglesas, por seu lado a França tinha uma quota-parte de 15% das exportações britânicas⁹⁵. Dificilmente se poderá dizer que a ruptura económica com Portugal – através da efectivação do Bloqueio Continental - teria privado a Grã-Bretanha de um mercado indispensável, tanto que a balança comercial era deficitária visto que o comércio com Portugal, especialmente, através de Lisboa que funcionava como vimos como forma de entreposto. A grande parte deste comércio constituía, na realidade, um comércio indirecto para com o Brasil. Esta é, de resto, a razão do défice. Ora a ocupação de Portugal significaria a mudança de atenção dos Ingleses sobre o Brasil, onde comprariam e venderiam sem necessidade do entreposto que era o porto de Lisboa, suplantando a exclusividade regulamentada pelo Pacto Colonial.⁹⁶

Valentim Alexandre, no seu “Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português”⁹⁷, defende que a posição geográfica de Portugal interessava demasiadamente à Inglaterra tanto económica como politicamente. A Grã-Bretanha era o segundo mercado fornecedor de Portugal com 21,4% das compras ao exterior (apenas ultrapassado pelo Brasil que correspondia 34.6% das importações nacionais). No período do início do século XIX, os mercados brasileiro e britânico asseguravam 56% das importações portuguesas, e grande parte destas importações eram destinadas à reexportação através do porto de Lisboa. Em relação às exportações, os dois mercados predilectos eram, também, o Brasil e a Grã-Bretanha que perfaziam cerca de 57.2% (sendo 34.6% e 24% respectivamente para Brasil e Inglaterra) que mostra uma balança favorável com a Grã-Bretanha no início do século XIX. Os produtos provenientes da exportação britânica que chegavam ao porto de Lisboa eram sobretudo

⁹⁵ ALEXANDRE, Valentim. (1993). *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Afrontamento.

⁹⁶ CAETANO, António Alves. (2004) *O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica*. Lisboa. Academia da Marinha.

⁹⁷ ALEXANDRE, Valentim. (1993). *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Afrontamento

mantimentos, segundo Valentim Alexandre (o item “mantimentos” que se encontra nas tabelas de importações e exportações do reino de Portugal inclui artigos que vão do bacalhau e do sal à bolacha, passando pelo vinho e seus derivados, os lacticínios e as carnes), porque Portugal, em especial, a região lisboeta tinha de colmatar, a partir do estrangeiro, a insuficiência de produtos panificados domésticos para o consumo da população. Os aclamados lanifícios britânicos faziam um total de 65% da importação de lanifícios, contrapondo a importação de sedas, de origem sobretudo em Itália e França, que Lisboa quase exclusivamente representava o consumo nacional, visto que a sua importação representava 98% do total nacional⁹⁸.

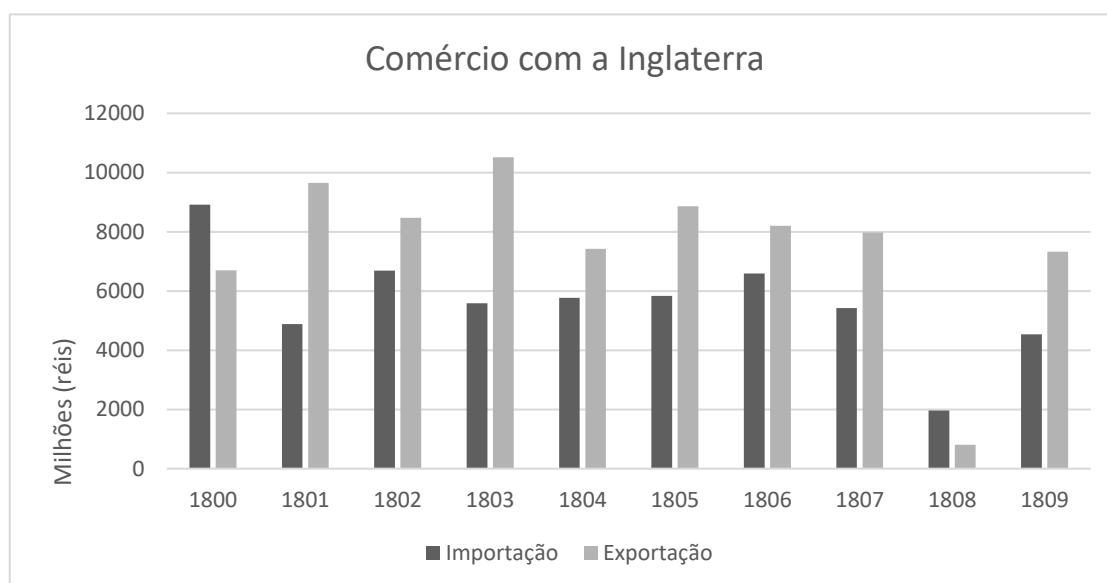


Gráfico 2 - “O Bloqueio Continental” Jorge Borges de Macedo, tabela na página 41

No gráfico 2 notamos que a balança comercial entre Portugal e a Grã-Bretanha apresentava um saldo positivo para Portugal – com um valor superior de exportações face às importações – desde 1801 a 1809. Mas era permitido que a Inglaterra adquirisse quantidades substanciais de matérias-primas e outros abastecimentos via Portugal. Através da reexportação, sobretudo pelo porto de Lisboa, Portugal conseguia equilibrar a balança comercial tornando-a muitas vezes favorável. O vinho, o sal, o azeite e as lãs continentais, ajudavam a equilibrar esta balança ultrapassando, por vezes, o algodão, o açúcar, as madeiras e os couros ultramarinos.

⁹⁸ ALEXANDRE, Valentim. (1993). Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Afrontamento.

Através do imposto municipal, cobrado sobre as embarcações que entravam no porto de Lisboa, denominado “Marco dos Navios” podemos observar o fluxo de navios estrangeiros que ancoraram em Lisboa no período de 1806 a 1808 (apesar do porto de Lisboa durante a estadia francesa em Lisboa tivesse permanecido fechado até à sua abertura a 2 de Setembro de 1808, situação destacada no gráfico), o tipo de mercadorias, a carga das embarcações, as principais rotas e os portos principais. O “Marco dos Navios” é extensivamente estudado por António Alves Caetano, seja em “O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica”⁹⁹ ou em “A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão. Constantes e Linhas de Força”¹⁰⁰ bibliografia essencial para esta investigação.

⁹⁹ CAETANO, António Alves. (2004) *O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica*. Lisboa. Academia da Marinha.

¹⁰⁰ CAETANO, António Alves (2008) *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão. Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna da História.

4.2 – Comércio externo de Portugal

António Caetano, em “O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica”¹⁰¹ encontrou uma fonte manuscrita fundamental, no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, os registos do “Marco dos Navios”, imposto camarário cobrado aos navios que ancoravam no porto de Lisboa. E utilizando, ainda, os dados da “Balança Geral de Comércio” (BGC) e de outras fontes manuscritas dos Arquivos Central da Marinha e Histórico Militar, o elaborou uma análise sobre a influência do Bloqueio Continental sobre o porto que representava mais de 70% do movimento dos portos marítimos do continente português – o porto de Lisboa. Consequentemente, iremos abordar esse ensaio de história económica para analisarmos o movimento do porto de Lisboa nos anos escolhidos.

O número de entradas registadas no porto de Lisboa no ano de 1806 foram de 1 444, onde 55.4% do total dos navios eram de origem portuguesa. Aproximadamente 28% do total de navios trouxeram mercadorias para a capital vindos de outros portos das Ilhas ou do Continente. A maioria dos navios de longo curso eram veleiros portugueses empregues nas carreiras do Brasil e da Ásia porque Portugal tinha o exclusivo do comércio entre os seus domínios como vimos anteriormente¹⁰², e no transporte de mercadorias de outras paragens, especialmente da Europa. Em todo o ano, Lisboa acolheu 187 navios com matrícula britânica, ou seja, cerca de 13% do total. Os veleiros da América do Norte perfaziam um total de 185, ou seja, 12.1%. A repartição temporal da chegada de navios a Lisboa era um pouco irregular, sendo que em 1806 a moda situou-se em Julho, com 160 veleiros, seguida de 156 em Setembro. O valor da importação com chegada ao porto de Lisboa a partir dos Domínios ultramarinos e das Nações Estrangeiras alcançaram um valor aproximadamente de 24 627 contos de réis, que correspondem a 78% do total de importações do reino de Portugal¹⁰³.

¹⁰¹ CAETANO, António Alves. (2004) O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica. Lisboa. Academia da Marinha

¹⁰² Através do Pacto Colonial

¹⁰³ CAETANO, António Alves. (2004) O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica. Lisboa. Academia da Marinha

A dimensão das mercadorias importadas pela capital veio em 867 embarcações¹⁰⁴ e pesou 126 806 toneladas. Durante esta época havia navios denominados neutrais, num número elevado, aos quais eram proporcionadas condições de frequentar portos interditos às potências beligerantes. Em Lisboa, no ano de 1806, quase 10% dos navios que entraram eram dinamarqueses (137), só em parte ocupados no transporte de mercadorias daquela nacionalidade, que pouco importávamos. Já os suecos, carregavam em especial, aço, ferro e madeira que tinham origem no seu próprio território. Mesmo assim, alguns deles, traziam mercadorias da Grã-Bretanha e do Mediterrâneo, como também acontecia com os outros navios neutrais.¹⁰⁵

Como é natural, os maiores contingentes de navios e carga tiveram origem no Brasil, através de 161 veleiros que transportaram 59 649 toneladas de mercadorias (47% do total). Era do Império Britânico que chegavam mais mercadorias, pois, além de Inglaterra e da Irlanda, vinham de Gibraltar, de Malta, da Terra Nova e do Canadá. Neste ano totalizaram 24 406, ou 19.25% do que foi recebido em Lisboa. Os portos de onde vinham mais mercadorias para Lisboa eram Bahia com cerca de 17 084 toneladas de produtos, o que consiste no maior contingente recebido de um porto. Da Europa, o porto que mais contribuiu para abastecer o porto de Lisboa, em especial de cereais, foi o porto de Nantes em França, onde tiveram origem 4 251 toneladas. Da Grã-Bretanha, o porto que foi o maior fornecedor da capital do Reino de Portugal foi, também, o da respectiva capital, com 3 224 toneladas de produtos. Amesterdão era o mais importante dos portos do mar do Norte a fornecer Lisboa, tendo contribuído com 1 664 toneladas. Nova Iorque desempenhava uma função em relação à América do Norte semelhante a Amesterdão para o mar do Norte como porto em destaque pela sua importância na região, transportando para a capital 1 642 toneladas de produtos.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Faz-se referência a “embarcações”, “veleiros” ou navios, para simplificar o texto, porque, com correção, deveria escrever-se “viagens, porque muitos navios vinham mais que uma vez a Lisboa, a cada ano

¹⁰⁵ CAETANO, António Alves. (2004) O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica. Lisboa. Academia da Marinha

¹⁰⁶ Idem

Quando terminou o ano de 1806 existia um abastecimento regular de Lisboa em mercadorias das diversas proveniências usuais nesta época, tanto para consumo interno como para a Casa da Índia e outros armazéns, como destino à reexportação, importante para o equilíbrio da economia externa.

No ano seguinte, 1807, apesar do profundo tumulto que abalava a vida das populações, em especial na Europa, o porto de Lisboa continuava a registar um movimento invulgar no início do ano e o resultado final ultrapassou o de 1806 em termos de comércio marítimo total apesar de coincidir com o início do Bloqueio Continental (a 21 de Novembro de 1806). As importações feitas por Lisboa que tiveram origem nos Domínios ultramarinos e nas Nações Estrangeiras reduziram-se para um valor aproximado de 22 441 contos de réis representando ainda assim, 79.9% do total nacional. O evidente crescimento no fluxo de entrada de embarcações em Lisboa mostra que as autoridades portuguesas não aderiram ao Bloqueio imposto pelo Decreto de Berlim. A comparação entre o número de navios, com carga, que entraram no porto em 1806 e 1807 mostra que este ano – 1807 – iria ser um ano de maiores importações que o precedente, caso França não tivesse determinado criar condições (tomada de Lisboa por parte de Junot, em Novembro) para que o porto de Lisboa fosse fechado ao comércio marítimo de maneira efectiva¹⁰⁷.

A situação económica na Europa já estava a agravar-se em 1807 e reflecte-se no movimento marítimo para Lisboa. No fecho do ano, que foi antecipado para Novembro, há sintomas da crise que atingia, em especial, certas praças do norte da Europa. O comércio com a Grã-Bretanha mesmo na exportação foi afectado, o que também aconteceu com Hamburgo e com a Rússia, pela efectivação do Bloqueio nos respectivos portos. A grande debandada de negociantes ingleses estabelecidos na região do Porto, não teve grandes reflexos no movimento do porto de Lisboa. Os 1 106 navios que entraram em Lisboa em 1807 corresponderam, apenas, a 822 navios com carga que corresponde a 114 142 toneladas de produtos. A navegação com origem no Brasil manteve número importante de navios, 167 (contra os 161 de 1806) que trouxeram 45% da carga que entrou na capital portuguesa. Navios portugueses foram ainda buscar mercadorias a França, à Grã-Bretanha, à Holanda, a Espanha, à Rússia, aos Estados

¹⁰⁷ ALEXANDRE, Valentim. (1993). Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Afrontamento.

Unidos e à Dinamarca. Lisboa, acolheu em 1807, 180 navios correspondendo a 18 391 toneladas de carga provenientes do Império Britânico.¹⁰⁸

Novamente foi o porto da Bahia, Brasil, de onde chegaram mais de 18 mil toneladas de produtos (18 391) em apenas 37 veleiros, o que representa uma média de 497 toneladas por cada. Neste ano, o porto de Trieste em Itália, foi o primeiro porto do mediterrâneo a fornecer Lisboa através de 23 navios que transportaram 3 674 toneladas, o que proporciona a melhor média dos portos estrangeiros com 160 toneladas por navio. Da Grã-Bretanha, o porto que mais transportou para Lisboa foi o porto de Cork com 2 843 toneladas de mercadorias, transportadas em 44 navios resultando num menor número de mercadorias que chegaram a Portugal em relação ao ano passado. Amesterdão continuou a ser o mais importante porto do mar do Norte com 1 764 toneladas. O número de toneladas de mercadorias que tiveram origem em Nova Iorque desceu ligeiramente para 1 301 (sobretudo farinhas e cereais).

Quando os portos continentais foram encerrados, no tardio respeito do Bloqueio Continental, o de Lisboa marcou o fim de mais um importante conjunto de rotas, sendo as de maior vulto as intercontinentais (a ligação das Américas com a Europa, e da Ásia com as Américas, através do porto de Lisboa, foram desastrosamente afectadas). O encerramento do porto de Lisboa em Novembro de 1807, a contribuição do Brasil e da Ásia foi de 47,2% do total de toneladas que entraram na capital portuguesa apresentando-se o conjunto menos do que em 1806 devido à fractura dos fluxos comerciais.¹⁰⁹

O porto de Lisboa foi muito afectado pelo Bloqueio Continental, dada a importância que este tinha no abastecimento do território nacional. A escassa existência de dados disponíveis do imposto municipal (Marco dos Navios) não permite avaliar as enormes transformações que Lisboa vai conhecer no tempo posterior ao Sistema Continental e ao tempo em que as tropas francesas dominaram a capital. Não é possível avaliar-se, os efeitos prejudiciais da escassez de importações sobre a vida dos portugueses aliado à permanência de tropas estrangeiras no território nacional, com movimentos de exércitos que dificultaram os trabalhos agrícolas e que reclamaram para si um reforço de mantimentos.

¹⁰⁸ CAETANO, António Alves. (2004) O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica. Lisboa. Academia da Marinha

¹⁰⁹ Idem

No gráfico abaixo observamos as importações e exportações de Portugal face às Nações Estrangeiras e a influência do fecho do porto de Lisboa ao comércio internacional e a implicação da tardia abertura do porto após a saída das tropas francesas que ocuparam Lisboa. Os dados fundamentais para a construção deste gráfico fazem parte do livro de Fernando Novais¹¹⁰.

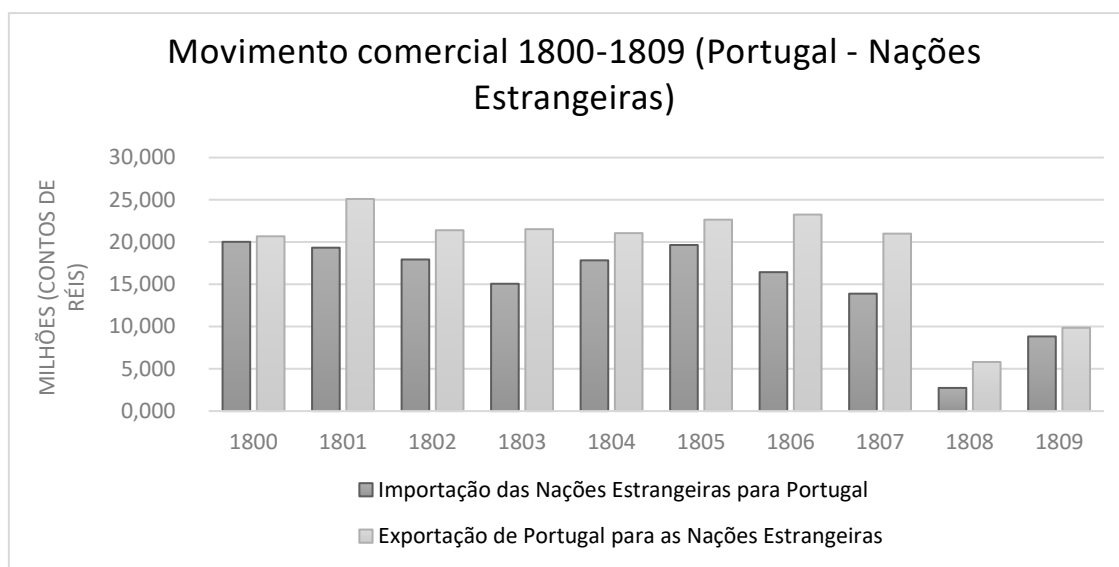


Gráfico 3 - NOVAIS, Fernando António. (1983). *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec.

Depois da entrada da Esquadra Inglesa no porto de Lisboa, a 2 de Setembro é que tiveram começo algumas transacções comerciais, que apenas se destinavam a abastecer o reino de género de primeira necessidade. No relatório do Contador Geral do porto de Lisboa sobre 1808 este mostra a ínfima actividade comercial que aconteceu nesse mesmo ano: “O comércio que Portugal fez este ano, para os seus Domínios em geral, não se pode comparar com aquele que nos anteriores se fazia, com uma só Praça da América.”¹¹¹

¹¹⁰ NOVAIS, Fernando António. (1983). *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec.

¹¹¹ AHMOP – Balança Geral do Comércio de 1808 – Relatório do Contador Geral

A contribuição dos vários países também foi diferente face ao ano anterior, em geral, ainda que a Grã-Bretanha tenha sido o principal fornecedor estrangeiro com 71,8% quando no ano precedente ficara com 39%. Os valores indicados no quadro subsequente são os das percentagens que representam o peso das importações feitas por Lisboa aos seguintes países, nesse ano:

Anos	Grã-Bretanha	França	Itália	Hamburgo	Holanda	EUA
1807	39,0%	12.6%	12,4%	6.5%	5.7%	6,8%
1808	71.8%	2.3%	2.1%	0.1%	0.0%	2,7%

Tabela 6 - peso das importações feitas por Lisboa aos seguintes países ("O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica")

Quanto aos Domínios, os “mantimentos” importados pelo Reino foram em proporção inferior à verificada quanto às Nações Estrangeiras (61,8%), ainda que se possa admitir que o açúcar fosse neste ano de fome, destinado ao consumo interno, mais que para a reexportação.¹¹² O peso dos Domínios neste ano foi apenas de 19,8% devido à falta das embarcações provenientes do Brasil, que devido à abertura dos portos brasileiros à Grã-Bretanha, o que foi mais sensível nos anos seguintes, iam directamente para Inglaterra. Em 1808, os registos do Contador Geral mostraram que nenhum navio com origem nos portos do Brasil entrou no porto de Lisboa. Na capital, a quebra dos fornecimentos vindos do Brasil foi muito acentuada, em especial, do Rio de Janeiro, de que não chegaram a entrar 600 mil contos de réis de produtos.

O fecho do porto de Lisboa à entrada de navios tanto de guerra como mercantes da Grã-Bretanha, foi estabelecido pelo decreto de 20 de Outubro de 1807, mas apenas se tornou efectivo pela intervenção de uma esquadra inglesa a partir dos finais desse mês. Só de modo accidental entraram navios no porto nos primeiros meses de 1808. Durante meses a fio, Lisboa não recebeu navios mercantes, até que expulso o invasor no final de Agosto, voltaram a chegar mercadorias a Lisboa. Assim, Setembro já assistiu à chegada de 44 navios que trouxeram mercadorias à cidade. Chegaram dois navios ingleses, os

¹¹² Em “Sentidos do Império”, Valentim Alexandre afirma que segundos os cálculos, a crise de reexportação de açúcar deveria ter feito acumular nos armazéns continentais cerca de quatro milhões de arrobas de produto.

primeiros desde 19 de Outubro de 1807 e um deles trazia bacalhau que estava armazenado em Cádiz¹¹³.

A posição estratégica do porto de Lisboa voltava a manifestar-se, através dos navios ingleses que o escalavam em rota com Gibraltar ou Cádiz. Este ano de 1808 em que Portugal conhecera a ocupação do invasor francês e desde Agosto, em aliança com Inglaterra, estava também em guerra contra os opressores (franceses aliados com os espanhóis). Das poucas embarcações que chegaram ao porto de Lisboa, saldaram-se a entrada de poucas mercadorias. Das 24 965 toneladas, pouco mais de 20 mil eram divididas em origem no Brasil (10 033) e no Império Britânico (10 002), tendo a frota inglesa o maior número de navios que aportaram no porto – com 88 embarcações. Logo a partir de Outubro Lisboa foi abastecida com trigo e farinha e, menos, com milho e leguminosas secas, vindos do sul de Espanha para acorrer à grande escassez alimentar que padecia Lisboa. A partir do momento em que Espanha deixou de estar em guerra com Portugal os seus navios passaram a assumir protagonismo em Lisboa, mais pelo número do que pelas quantidades trazidas (existia uma necessidade de aproveitação dos fluxos comerciais que banhavam o porto de Lisboa).¹¹⁴

Como ainda é natural face ao peso das mercadorias vindas da nossa colónia americana, Bahia continuava a ser o porto de maior carga, com 3 297 toneladas distante dos números dos anos anteriores. Na Europa e nas Ilhas Britânicas a liderança foi assumida por Liverpool com 1 624 toneladas de mercadorias que chegaram ao porto de Lisboa. Por sua vez, o porto espanhol com maior contribuição para as mercadorias descarregadas em Lisboa era o de Cádiz com 1 221 toneladas, que ao mesmo tempo era o principal entreposto entre o tráfego transatlântico da outra nação peninsular.

Os dados deste ano obtidos no “Marco dos Navios” mostram uma grande confusão administrativa, talvez pela intrusão do governo francês. Não é surpreendente que existam falhas na consideração dos valores (existe um desacerto entre os valores apresentados entre as toneladas e os contos de réis) até porque alguns dos agentes do governo francês podem ter sido imbuídos por um excesso de zelo patriótico de modo a esconder as debilidades da economia da cidade gerida por Junot, esta teoria é defendida por António

¹¹³ ALEXANDRE, Valentim. (1993). Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Afrontamento.

¹¹⁴ NOVAIS, Fernando António. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Editora Hucitec, 1985

Alves Caetano na sua obra sobre o Porto de Lisboa (*O Porto de Lisboa e o Bloqueio Continental (1806-1812)*)¹¹⁵.

Na Balança Geral de Comércio (BGC), eram apenas registadas as importações e exportações de moeda que tivessem como destino a liquidação de saldos de que a praça exportadora, neste caso Lisboa, ficasse como devedora da transacção de mercadorias. Entre 1807 e 1809, pouco ouro saiu e entrou como compensação da importações e exportações. Aliás, em 1808, o movimento de bens foi tão escasso que nem houve anotação de entrada de moeda. Devido à grande instabilidade vivida no ano de 1808 a grande parte dos dados da BGC não é fidedigna. A grande movimentação de moeda deste período foi quando a corte se transferiu para o Brasil porque a Família Real e as famílias dos cortesãos levaram grandes quantidades de ouro e prata em vários baús. Após este período, também saiu muita moeda de ouro e prata que acompanharam a imigração devido à permanência da corte no Rio de Janeiro e ao alargar do tempo de hostilidades na Europa.¹¹⁶

O Bloqueio reduziu a frota mercante portuguesa, e a abertura, ainda em 1808, dos portos brasileiros aos navios ingleses e das outras nações determinou o final do regime de entreposto de mercadorias coloniais de Portugal.

Como afirma Borges de Macedo, além do interesse geográfico, a posição comercial portuguesa tinha por esse tempo outro significado¹¹⁷. Através dos seus portos e o papel de entreposto que, em especial, o porto de Lisboa tinha dentro da concepção mercantilista da economia portuguesa, cuja utilização tornava obrigatória a outras potências estrangeiras para a distribuição pela Europa das grandes quantidades de produtos coloniais de que o público europeu, definitivamente, se habituara. O encerramento dos portos portugueses pelo invasores prejudicava a França em virtude da quantidade de produtos coloniais que recebia, mas para levar o Bloqueio à Inglaterra, não teve outra alternativa.

¹¹⁵ CAETANO, António Alves. (2004) *O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica*. Lisboa. Academia da Marinha

¹¹⁶ CAETANO, António Alves. (2008). *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão. Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna da História.

¹¹⁷ MACEDO, Jorge Borges De. (1990). *O Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular*, Lisboa: Gradiva.

Como poderemos analisar no próximo capítulo, além desta necessidade da França de se apoderar de Portugal para suprir a sua necessidade de matérias primas e de uma marinha mercante com um número significativo de navios, Portugal também teve necessidade de evitar a todo o custo o abandono do estado de neutralidade que exponenciava a prosperidade mercantil que o porto de Lisboa tinha, a sua capacidade de servir como um interface entre os domínios coloniais e os países da Europa era bastante vantajoso para a economia do reino de Portugal, pois podia receber navios de todas as nações sem obstáculos e o Bloqueio Continental mudou toda esta perspectiva como conseguimos observar neste capítulo.

PARTE V – As discórdias

5.1 – A polícia e a cidade de Lisboa

A ideia de aderir ao Bloqueio Continental, estava a por em causa o princípio de neutralidade que Portugal muito se tinha esforçado por manter. Através das intimação francesa¹¹⁸, Lisboa, deveria seguir as seguintes normas: encerrar os portos portugueses à Grã-Bretanha, declarar guerra à Grã-Bretanha, juntar a esquadra portuguesa às esquadras franco-espanholas, expulsar o ministro inglês, deter todos os súbditos ingleses residentes em Portugal e nos seus domínios e, também, confiscar os bens destes. Entre o final de Agosto e o início de Setembro de 1807, o Conselho de Estado debateu esta questão conduzindo a um semiacordo de adesão ao Bloqueio onde apenas se concordava em seguir as condições do encerramento dos portos portugueses às embarcações britânicas. Este acordo foi veemente criticado pelo “partido inglês” pois via no encerramento dos portos uma medida contra a Inglaterra que por certo iria reagir agressivamente sobre o Reino de Portugal, fazendo recordar o bombardeamento de Copenhaga e a captura da esquadra dinamarquesa. E que o mesmo iria acontecer no Tejo se, o Príncipe Regente seguisse o acordo com face ao alinhamento do Bloqueio Continental. Foi vincado que através da resposta britânica existia a forte hipótese da perda do Império colonial e sobretudo do Brasil, pois a Inglaterra, iria necessitar de novos mercados para permutar os que perdera, e apoiaria qualquer movimento de insurreição na colónia para a proclamação da sua independência, o que apoquentou a corte nacional.

¹¹⁸ MARTINS Filho, Enéas. (1968). *O Conselho de Estado Português e a transmigração da Família Real, em 1807* (No. 62). Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

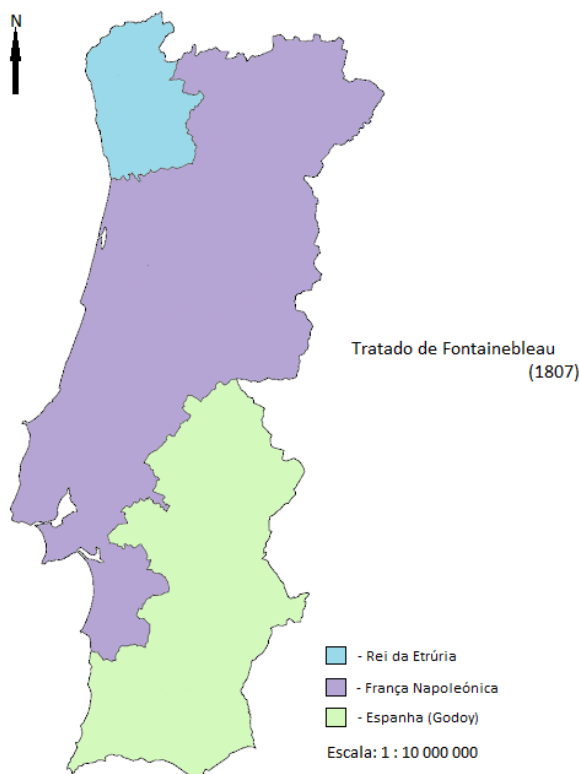


Figura 5 – Tratado de Fontainebleau (1807)

com o título de Príncipe dos Algarves, enquanto a última parte seria dada ao rei da Etrúria¹¹⁹ – onde reinava Maria Luísa, filha de Carlos IV de Espanha - com o título de rei da Lusitânia setentrional a província de Entre-Douro e Minho. Sobre o tratado, diz Borges de Macedo: “De toda a longa História de Portugal, este documento, assinado em



Figura 6 – Brasão da Etrúria (brasão - https://www.worldstatesmen.org/Italy_states2.htm#Tuscany)

Fontainebleau em 29 de Outubro de 1807, é o maior insulto que a nação portuguesa sofreu desde a sua existência”¹²⁰.

Em Janeiro de 1807, numa carta dirigida Manuel Godoy, anunciava (Napoleão), sem marcar data, a sua decisão de colaborar na expedição a Portugal, realçando motivos económicos: “Afastar os Ingleses do continente, atingir aí o seu comércio, é atacar as bases do seu poderio”. É uma ideia admitida como evidência que a incursão em

¹¹⁹ Um Estado que durou de 1801 a 1807, criado por Napoleão Bonaparte no centro da península Itálica, com capital em Florença. O seu território correspondia aproximadamente à actual região italiana da Toscana, sendo governado pela Casa de Bourbon-Parma, e sendo o seu nome inspirado na denominação romana Etrúria, dada à terra dos etruscos. https://www.worldstatesmen.org/Italy_states2.htm#Tuscany

¹²⁰ MACEDO, Jorge Borges de. (2006). *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força: estudo de geopolítica*. Tribuna da História.

Portugal era inevitável desde a guerra económica contra a Inglaterra fosse pretexto. Georges Lefèbvre expressou-o em algumas linhas, “Desde o Consulado que Napoleão espreitava Portugal. Quase todo o seu comércio se fazia com os Ingleses... era uma das bases de contrabando e um ponto de apoio para a sua frota... numa palavra, uma verdadeira colónia inglesa, tal como as apreciava o imperialismo britânico, que dava muito e não custava nada”.¹²¹

Como vimos anteriormente, com a distribuição de duas perspectivas dentro da Corte portuguesa, entre o “partido inglês” (uma aproximação ao modelo colonial) e o “partido francês” (uma aproximação ao modelo continental), existem também várias versões dos acontecimentos. O governo do Príncipe Regente era, em grande parte, formado por elementos do chamado “partido francês”, encabeçado pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, António de Araújo de Azevedo (futuro Conde da Barca). Este partido preferia uma aliança com a França e uma maior aproximação com este país, com prejuízo evidente da tradicional aliança luso-britânica. Segundo Valentim Alexandre, aumentaram-se as distâncias das posições entre Lisboa e Londres. António Araújo de Azevedo asseverava como possível um ataque inglês, nomeadamente no Tejo, para destruir ou levar a marinha portuguesa, mas considerava que era possível resistir-lhe, ao inverso que se passaria com uma invasão franco-espanhola – ideia por ele já defendida uma década antes, na sua argumentação em favor do tratado de Paris em Agosto de 1797. Consequentemente, todos os esforços de defesa foram concentrados, não na fronteira com Espanha, mas, sim, nas zonas do litoral, não contra uma invasão por parte das forças franco-espanholas, mas sim contra Grã-Bretanha. Sir Sidney Smith, pelo comandante da esquadra inglesa que se encontra à entrada do Tejo, em ofício para Londres, a 1 de Dezembro, descreve os acontecimentos anteriores à partida da corte, refere que a distribuição das forças portuguesas estava feita somente pelas costas, ao mesmo tempo que a parte de terra “ficou inteiramente sem guarda”¹²². Também Acúrsio das Neves¹²³ indica que “se tomaram disposições para a guerra marítima”, já que “o

¹²¹ Napoléon (1935); Volume I translated by Henry F. Stockhold as Napoleon: From 18 Brumaire to Tilsit, 1799-1807 and Volume II translated by J. E. Anderson as Napoleon: From Tilsit to Waterloo, 1807-1815 Columbia University Press, 1969

¹²² ALEXANDRE, Valentim. (1993). Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Afrontamento.

¹²³ NEVES, J. A. D. História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino in “Obras Completas de José Acúrsio das Neves”. Porto: Edições Afrontamento.

exército foi mandado retirar das fronteiras e dos outros portos que ocupava no interior, para ir guarnecer os portos e fortalezas na costa”. Luz Soriano particulariza:

“Desde o momento em que os portos do reino se fecharam aos navios ingleses, isto é, desde a promulgação do decreto de 20 de Outubro, o governo português, cuidara em pôr o exercito em pé de guerra, chamando à capital uma grande porção de tropas para com elas guarnecer o litoral, desguarnecendo toda a raia, assim como as praças fortes, á excepção da de Elvas, onde ficara uma pequena guarnição. Mandaram para Peniche, e alguns outros pontos da costa do reino oficiais e artilharia, comissionados do reparo das fortalezas, bem como de as armar, aumentando quanto lhes fosse possível os meios de ataque e de defesa. Sobre a margem esquerda do Tejo construíram se novas baterias, destinadas a cruzar os seus fogos com as da margem direita. Organizaram se igualmente baterias moveis na costa. Duas brigadas de infantaria, a quarta e a decima, foram mandadas para Carcavelos, junto da embocadura do Tejo, com ordem de se oporem a qualquer desembarque que os ingleses pretendesse fazer ali, recolhendo-se aos diferentes fortes, em caso de necessidade. O regimento 13 de infantaria mandou-se sair de Lisboa para guarnecer Peniche.”¹²⁴

A legião ligeira comandada pelo marquês de Alorna foi reforçar a guarnição de Setúbal. Estabeleceram se campos militares em Barcelos, a norte do Douro; em Soure, perto de Coimbra; em Mafra, junto a Lisboa; e em Alcácer do Sal ao sul do Tejo, e enquanto não se concluíam, ficou a costa sendo observada por uma linha de observação. Estas movimentações militares deram a aparência de cumprimento do Bloqueio Continental, mas por outro lado deixaram o lado fronteiro de Portugal muito permeável a qualquer força estrangeira invasora.¹²⁵

Uma das características de um Estado é a sua polícia, que compete defender as pessoas e os seus interesses¹²⁶. Na cidade de Lisboa, tinha de se manter a ordem quotidiana, e para isso tinha sido estabelecida, através de um Alvará com força de lei de 25 de Junho¹²⁷, ainda, em 1760 e com jurisdição reforçada em 1780, a Intendência Geral

¹²⁴ SORIANO, Simão José da Luz. (1871) História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, segunda época, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional.

¹²⁵ ALEXANDRE, Valentim. (1993). Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Afrontamento.

¹²⁶ FERRÃO, António. (1925) A 1ª Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia 1807-1808, Coimbra.

¹²⁷ <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/intendencia-geral-da-policia>

da Polícia da Corte (IGP) como um órgão de vigilância complementar ao aparelho de justiça. A Intendência Geral de Polícia tinha como missão zelar pelo cumprimento da lei dentro da cidade de Lisboa, e em 1780 a rainha D. Maria I nomeou¹²⁸ como Intendente Geral da Polícia o dr. Diogo Inácio de Pina Manique - que se manteve em funções até 1805 - e mais tarde pelo Guarda Conde de Novion. Pertence a Pina Manique uma das melhores descrições sobre o objectivo da actuação da Intendência Geral da Polícia:

“evitar delitos; conservar a boa ordem, a abundância, a limpeza, o culto exterior da Religião, o bom regímen dos banhos públicos, dos teatros, e das casas de jogo permitidos; evitar a prostituição dos costumes: manter a salubridade do ar, as obrigações dos Artistas; [...] dar método aos Taberneiros, às Casas de Pasto, marchantes e mercadores de vinho, etc.; a Polícia dos mercados públicos, dos Incêndios, dos perigos eminentes dos Edifícios, da Reedificação, e entretenimento das Calçadas, da Limpeza das Ruas, e dos aductos, dos Chafarizes [...]; a Polícia das Carruagens públicas e particulares, dos Caleceiros, e Carreiros, dos Barqueiros, das Estradas; prevenir os crimes e descobrir os Agressores deles; os vagabundos; os mendicantes; [...]; os Comerciantes, que comprem jóias e efeitos preciosos; a Polícia das Casas de Educação da Casa Pia; a Polícia relativa à Medicina, à Cirurgia, à Farmácia; das regras para conter os Corpos dos Fabricantes, Comerciantes, e Artífices; a Polícia dos pesos e medidas, das Feiras, e mercados; [...]; de socorrer os velhos [...]; de recolher as mulheres infelizes que se acharem com enfermidades venéreas para se curarem; e do mais que deriva destes artigos.”¹²⁹

Na realidade, havia uma necessidade do conhecimento da população e do território através da vigilância, e como já vimos anteriormente, da estatística (os recenseamentos são um dos instrumentos utilizados pela polícia para conhecer a população). Sendo Pina Manique um dos principais impulsionadores destas práticas.

A Intendência Geral da Polícia viu a sua eficácia aumentada com a criação da Guarda Real da Polícia em 1801 que a libertou das tarefas administrativas que constrangiam a sua actuação. Em Lisboa, os ministros criminais dos bairros passaram a ter essas tarefas administrativas a seu cargo. Após a Revolução Francesa, a Intendência

¹²⁸ Idem

¹²⁹ Relatório de Pina Manique, enviado ao Ministro do Reino José Seabra da Silva em 15 de Junho de 1791, onde expõe, de novo, a necessidade dos poderes da Intendência serem aplicados. Torre do Tombo (TT), Ministério do Reino, maço 454, cx 569, doc. s.n

Geral da Polícia, devido ao medo da difusão das ideias revolucionárias tornou-se toda poderosa, antes disso a sua função era quase só exclusivamente de vigilância e raramente repressiva.

A Guarda Real da Polícia, era à data organizada em 8 companhias de infantaria, 4 de cavalaria e um estado maior (possuía cerca de 638 homens e 227 cavalos, organizados à semelhança do antigo modelo da Garde de Paris que, em 1791, integrou a Gendarmerie Nationale antecedendo a criação da generalidade das restantes guardas europeias¹³⁰ e conheceu um aumento das suas forças nos anos seguintes, sendo que em 1805 contava com 10 companhias de infantaria (1241 homens e 269 cavalos). Os vários corpos haviam sido aquartelados separadamente em 1801, com preferência nos bairros onde não existisse tropa de linha¹³¹ num total de 38 postos distribuídos por 12 quarteis. Para além do patrulhamento da cidade, a Guarda Real da Polícia efectuava também outras tarefas: a policia dos lugares públicos, das feiras, dos teatros, dos espectáculos e de certas igrejas, onde tinham como funções dirigir o trânsito e estacionamento das carruagens, dispersar os mendigos, vigiar os perturbadores e impor a disciplina, mesmo no interior das salas dos teatros; protecção de certos edifícios ou autoridades; auxílio aos oficiais da Superintendência dos contrabandos, do contracto do tabaco e aos juizes e corregedores dos bairros.

Era um número bastante grande de tarefas, se considerarmos que a população de Lisboa rondava os 200 000 habitantes, existia 1 guarda da polícia para 313 residentes, no momento da criação da Guarda Real da Polícia em 1801. Lisboa era considerada uma cidade excessivamente vigiada. Além dos postos fixos e do patrulhamento, a vigilância da cidade era ainda garantida por civis, através dos cabos da polícia e das rondas compostas pelo comissários de polícia de cada bairro. Para conseguirem desempenhar com eficácia as suas funções, estes comissário e cabos da polícia teriam que ser homens cujas as ocupações permitissem convivência e conhecimento frequente com a área de vigilância. Assim se compreende que os cabos da polícia fossem maioritariamente artesãos e pequenos lojistas, em especial taberneiros, merceeiros, capelistas, vaqueiros, fazendeiros, vendedores de rua. Entre os comissários encontram-se sobretudo homens com outras actividades, seguramente com um nível de riqueza mais elevado: boticários,

¹³⁰ <https://www.gnr.pt/historiagnr.aspx>

¹³¹ Era recrutada segundo as determinações do capitão-general, cujas ordens deveria estar sempre pronta a atender, com os oficiais nomeados pelo governo central

professores, negociantes, fabricantes. Existindo, também, uma rede complementar de informação e vigilância, composta pelos moradores dos bairros¹³².

Como vimos anteriormente, as ruas da cidade de Lisboa eram imundas, com a grande parte dos dejectos a serem lançada para a rua. Nas quintas e hortas o ar era empestado por monturos infecciosos para onde se lançavam os animais mortos, ao passo que os ribeiros que atravessavam a cidade, apresentavam a superfície líquida coberta de lixo e para eles eram lançados os animais mortos que morriam na cidade. Sendo que estas ribeiras iam todas desaguar no Tejo. A Intendência Geral da Polícia proibiu estas práticas.

Para além da obra de saneamento da capital, Pina Manique teve interesse em reconstruir a cidade ainda afectada pelas consequências do terramoto de 1755. Esta reconstrução começou pelas várias ordens de demolição das barracas de madeira e de pano que se tinham espalhado pela cidade posteriormente ao sismo¹³³. (nota de rodapé –

A iluminação das ruas da cidade era, um problema sensível na cidade de Lisboa que, aliada à escassez de segurança nas ruas tinha como resultado o facto de existirem frequentemente crimes, desde homicídios a furtos violentos, alguns deles na luz do dia, que perturbavam o quotidiano dos habitantes da capital. No final do século XVIII, Pina Manique induziu uma solução para a falta iluminação em Lisboa, mandando instalar na “capital 718 candeeiros, que nem sempre eram acesos [...] porque não havia verba para adquirir o combustível necessário” e, em 1804, chegou a lançar-se um “imposto de 100 réis por almude de vinho, 200 réis por almude de aguardente e 120 réis por cântaro de azeite e por arroba de carne de porco para obtenção dos fundos indispensáveis” para a instalação da iluminação pública, mas este projecto não foi totalmente concretizado.¹³⁴

¹³² LOUSADA, Maria Alexandra. (1998). *A cidade vigiada - A Polícia e a Cidade de Lisboa no início do Século XIX*. Cadernos de Geografia

¹³³ nos fins do século XVIII ainda havia grande número e barracas de madeira junto ao convento da congregação do Oratório – hoje ocupado pelos Armazéns do Chiado – e nas freguesias da Conceição Nova, S. Julião, S. Nicolau, Madalena, Santa Justa, Sacramento, Mártires, S. Paulo e Sé. “Estas barracas são cóios de mulheres infelizes, de vadios e de pessoas de reprovado procedimento, porque o maior número delas se alugam aos meses e os que as habitam as procuram para a polícia não vir no conhecimento, pelos arruamentos, de suas erradas condutas, para lhe servirem de recolherem nelas os frutos e roubos que perpetraram, e para não os terem nas casas onde habitam” ANTT – Intendência – (8 de Maio de 1794))

¹³⁴ SERRÃO, Joel. (1980) *Temas Oitocentistas-Para a História de Portugal no século passado*, Lisboa, Livros Horizonte, vol II

Os documentos expostos na obra “A 1ª Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia 1807-1808”¹³⁵ de António Ferro permitem-nos obter diversas informações sobre o quotidiano da cidade de Lisboa antes, durante e após a entrada das forças francesas na capital do Reino de Portugal e também permite avaliar a evolução e actuação da polícia nestes dois anos.

Pina Manique, faleceu em 30 de Junho de 1805, e foi nomeado para o substituir o desembargador Lucas de Seabra da Silva. Durante o período de Lucas de Seabra, até à subida do poder de António de Araújo Azevedo manteve-se a repudição das ideias da Revolução Francesa e a perseguição aos portugueses ou estrangeiros que eram partidários do movimento revolucionário. Lucas de Seabra continuou Intendente da Polícia até à entrada dos franceses, conquistando não só as simpatias dos governantes portugueses como depois as dos dirigentes franceses.

Estamos na iminência do clímax do conflito, Portugal e Lisboa preparam-se para ser invadidos pelo exército de Napoleão e prepara-se para todas as consequências associadas. É nesta toada que é imprescindível entender como era a mortalidade e as capacidades da sociedade para debelar essas consequências, seja devido a doenças ou simplesmente a conflitos armados. É vivido um período de crise a todos os níveis, não há alimento e o povo sofre.

¹³⁵ FERRÃO, António. (1925) A 1ª Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia 1807-1808, Coimbra.

5.2 – Doenças e Morte

Os níveis da mortalidade, no início do século XIX, modelar eram bastante elevados. Na Época Moderna por cada mil indivíduos morriam anualmente trinta a quarenta. Isto contribui para limitar o ritmo de crescimento geral da população, e determinava esperanças de vida à nascença muito baixas, em torno dos 30 anos. Estes valores escondem, no entanto, uma enorme variedade de situações e lançam-nos na questão da desigualdade face à morte, - contextos politicamente instáveis, diferenças de vida rural e da cidade, maior actividade laboral da mulher em certas zonas urbanas, proporções elevadas de população em idade activa, mais homens que mulheres¹³⁶.

Com origem e efeitos diversos, as crises de mortalidade que habitualmente atingiram a capital tiveram ao longo dos séculos características semelhantes¹³⁷. As sobremortalidade estiveram praticamente sempre aliadas a períodos adversos, em termos políticos e sobretudo económicos, mas as mais graves continuaram a ter origem epidémica. Como resultado, manteve-se a relação entre crise e epidemia. Mas as particularidades da mortalidade extraordinária também se foram alterando. As grandes crises que atingiram Lisboa no século XVI foram muito violentas, mas afastadas entre si. No final do século XVIII e no início do século XIX estas, surgem ligadas às características de concentração populacional, às condições de higiene e do alojamento, bem como ao nível socioeconómico da maioria da população. O crescimento urbano, concretizado junto ao Tejo e para Ocidente, provoca valores de sobremortalidade bastante elevados nas freguesias ribeirinhas. Eles tendem a agravar-se no século XIX, altura em que essa zona sofreu uma verdadeira mudança em termos de povoamento devido à devastação provocada pelo terramoto.

¹³⁶ RODRIGUES, T. M. F. (1996). *Um caso de mortalidade diferencial urbana: a Lisboa dos séculos XVI a XIX.*, Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n.º 9, Lisboa, Edições Colibri

¹³⁷ BARATA, Ana M. dos Santos Temudo. (1988) *As Crises de Mortalidade em Lisboa no século XVIII*, dissert. de Mestrado em Demografia Histórica e Social, F.C.S.H. - UNL., Lisboa e RODRIGUES, Teresa. (1995) *Viver e Morrer na Lisboa Oitocentista (Migrações, Mortalidade e Desenvolvimento)*, Col. História, n.º10, Ed. Cosmos, Lisboa

1797 é um ano marcado pela subida mundial dos preços que, em França sobretudo no Sul Sudoeste e atinge o seu máximo e, também em Inglaterra em 1801. Esta situação determina que exista na Península Ibérica uma as flutuações dos mesmos, a partir da última década do século XVIII, onde os preços do trigo alcançaram os níveis mais altos de todo o século. É a chamada crise da escassez de pão, como a definiu Pierre Vilar¹³⁸ para a Catalunha (1793-1812), agravada na Península pelas invasões francesas, que se prolonga, embora descontinuadamente, até 1834-1836.

As más colheitas em Portugal parecem iniciar-se por 1790. Em 1793-1794, uma seca excepcional afecta todo o Reino, sobretudo o Sul, pelo que, o “pão do mar”¹³⁹, tem de ser enviado para o Alentejo. Em 1796, a importação de grão atinge os valores mais elevados da última década do século. O ano de 1797 caracteriza-se por um Verão exagerado. Pelo contrário, 1799 revelou-se muito chuvoso com um Verão frio, colhendo poucos cereais. “Continuas chuvas” mantiveram-se no Inverno e Primavera de 1800. Em Janeiro, choveu “como não havia memória”. O Alentejo sofreu grandes prejuízos, os campos assolados, as casas destruídas. Julho foi um mês de “ardentíssimo calor”. O ano é de esterilidade, com baixa produção de trigo e cevada. Lisboa sofre um duro Inverno, com falta de lenha e carvão. No ano de 1801, a escassez dos cereais permanece. Em 1802, o mês de Janeiro, rigoroso, foi comparado aos frios de 1762. A Primavera, seca, impôs orações, mandadas fazer pelo patriarca de Lisboa, implorando chuvas. O ano foi pouco abundante e a carestia de cereais continua em 1803-1804, originando neste último ano uma violenta importação de pão.¹⁴⁰

É certo que um mau ano agrícola nunca se revela mau para todas as produções. Alguns destes anos foram, de certo modo, compensados por boas colheitas de azeite e vinho (1801 e 1803). Mas o pão era a produção fundamental do Reino, o alimento quase único do Portugal rural dos inícios do século XIX. Ora, o pão consumido em Portugal, sobretudo em Lisboa era importado, em grande parte, da Rússia, Sicília, Grécia e Estados Unidos. O Alentejo, em anos normais, não sustentava Lisboa por 6 meses e, nos anos maus, tinha de ser abastecido por cereais vindos de fora.

¹³⁸ VILLAR, Pierre, *Histoire de l'Espagne*. Paris, Presses Universitaires de France. Colecção Que sais-je?, n.º 275

¹³⁹ biscoito, mantimento levado nos transportes marítimos portugueses que substituíu o pão

¹⁴⁰ RODRIGUES, T. M. F. (1996). *Um caso de mortalidade diferencial urbana: a Lisboa dos séculos XVI a XIX*. , Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n.º 9, Lisboa, Edições Colibri

A cidade de Lisboa, desde 1799, sofre as por esquemas manipuladores dos seus homens de negócio monopolistas no mercado dos alimentos que tendo o objectivo de lucrar aumentam a especulação dos seus artigos. Em 1800, a carestia das carnes e do azeite é manifesta e, devido à falta do cereal, o pão é racionado, distribuído ao povo, “por conta”. A escassez do pão leva ao embargo do trigo e cevada nos anos de 1800 e 1801. Neste último ano, os géneros continuam em preço muito excessivo. A fome que devasta o Alentejo em 1803, no ano seguinte estende-se a todo o Reino, sendo acompanhada de epidemias. As tropas aliadas que tinham chegado a Lisboa encontravam-se atacadas de escorbuto e com febres que transmitem à população.

Nos finais de 1800, rezam-se orações para impedir que a peste de Cádis¹⁴¹ entre em Portugal e o alvará de 4 de Novembro do mesmo ano manda abrir um empréstimo de 40 contos de réis, ao juro de 5%, para que, entre a Trafaria e a Torre do Bugio se estabeleça um Lazareto¹⁴², como medida de prevenção imitada, mais tarde, pela cidade do Porto. As epidemias continuam em 1801, de bexigas¹⁴³, em Lisboa, que ataca os infantes reais e vitima D. António, príncipe da Beira, em Junho. Enfermidades epidémicas no concelho de Almada lançam a população numa grande angústia. O decreto de 12 de Dezembro de 1801 manda comutar as penas de galés, perpétuas ou temporárias e até as penas de morte, em trabalhos públicos na capital, a fim de os condenados limparem e desentupirem os canos da cidade de lamas e lixos e varrerem diariamente as ruas de Lisboa. Nos finais do ano, as epidemias alastram no Alentejo, onde morre muita gente e continuam em 1802. Os anos de 1803-1804 vão conhecer um agravamento geral de epidemias e peste, mesmo no norte do Reino.

Na Europa Central, como na do Sul e também na Península Ibérica mantinham-se as contínuas as crises de subsistências, aliadas à propagação de sobremortalidade, quase todas de perfil contagioso, embora nem sempre violentas. Estamos na época dos surtos de tifos exantemático e das febres tifóides. Nas cidades morre-se também de varíola (ou bexigas) como as que eclodem de 1803 a 1809 em Palermo, Florença ou Roma. A febre amarela surge pela primeira vez em Itália, no porto de Livorno.

¹⁴¹ ARAÚJO, Ana Cristina. (1997). *A morte em Lisboa-Atitudes e representações-1700-1830*. Editorial Notícias.

¹⁴² espaço de quarentena, isolado a destinado a receber e a desinfetar as pessoas e os navios provenientes de Cádis ou outro porto espanhol

¹⁴³ nome dado à varíola, que é caracterizada pelas erupções cutâneas e pelas úlceras de pele

Em Espanha, sobretudo nas zonas mais isoladas e pobres do interior, morre-se por doenças e fome. Castela é invadida pelo paludismo¹⁴⁴ cuja a propagação se vê favorecida por elevados índices de humidade e calor, enquanto na Andaluzia se desenvolve outro tipo de doença, típica de climas tropicais ou subtropicais. A febre amarela irrompe com grande intensidade em 1804, com baixas que penalizam sobretudo os centros urbanos. Em Cartagena e Málaga terá dizimado um terço da população e nas restantes cidades andaluzes pelo menos um décimo, assemelhando-se em violência às crises demográficas causadas pela peste.

Em Portugal, a pobreza excessiva facilita a proliferação de doenças infecto-contagiosas. A fome, confinada em 1803 à província alentejana, estende-se no ano seguinte a todo o Reino. Fome que foi acompanhada ou seguida de epidemias, em certos casos trazidos de Espanha. A norte, falta de pão provoca a entrada de Espanhóis, pelo que a febre que os assolava se dispersa. A partir do Verão de 1804, tentando travar uma situação que ameaçava atingir graves proporções, o Estado monta um aparelho preventivo e de combate às epidemias que, não obstante, atingem várias localidades até final de 1805. Na parte sul e na fronteira terrestre, a febre amarela e paludismo regridem a partir da Primavera. Em diversas zonas deflagram os já vulgares surtos de origem tifóide.¹⁴⁵

Cinquenta anos após o devastador acontecimento que assolou a cidade ainda se via nas ruas de Lisboa marcas do terramoto de 1755, mas também os escombros, tal como tinham sido deixados na altura dessa terrível ocorrência. Laura Junot descreve que, “várias ruas de Lisboa, pequenas praças, continham ainda esses restos de violência. Imundices, cadáveres de cães, de cabras, de burros, e até de mulas jaziam sobre os escombros, e a cidade ameaçada de peste pelas exalações mefíticas daqueles montões de matérias, algumas vezes em putrefacção.”¹⁴⁶

¹⁴⁴ Malária é uma doença infecciosa transmitida por mosquitos. Os sintomas mais comuns são febre, fadiga, vômitos e dores de cabeça. Em casos graves pode causar icterícia, convulsões ou a morte

¹⁴⁵ ARAÚJO, Ana Cristina. (1997). *A morte em Lisboa-Atitudes e representações-1700-1830*. Editorial Notícias.

¹⁴⁶ ABRANTES, Duquesa de, 1784-1838. *Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806* / Duquesa de Abrantes ; apresent. e notas José Augusto França ; trad. Magda Figueiredo. - Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

Na segunda metade de 1806 Lisboa é atingida por um incremento anormal do número de óbitos. O panorama que enquadra as crises anteriores pouco se alterara, agravando-se mesmo a conjuntura internacional negativa, cujo fim não se vislumbra antes de 1815.

Na capital os níveis de mortalidade só sobem em Julho de 1806, com um aumento estimado de 25.5% por comparação com os anos antecedentes. Assim a crise que culmina no Estio de 1806 é de média intensidade embora se manifeste em dois terços do espaço urbano e afecte 22 freguesias. No entanto, em mais de metade não ultrapassou o Grau 1 e apenas em nove atingiu o escalão imediato¹⁴⁷.

As áreas mais agravadas apresentam alguma continuidade geográfica entre si, por estarem situadas junto ao rio (São Julião, São Nicolau e São Paulo), prolongando-se para interior (Mercês e Santa Catarina). A cidade foi poupada a norte, embora São Sebastião registasse uma pequena crise, idêntica à verificada no extremo ocidental (Alcântara e Lapa). Foram igualmente atingidas certas partes da Baixa e bairro de Alfama e Castelo. Cerca de 65% das freguesias da cidade de Lisboa foram afectadas.¹⁴⁸ A cidade guarda a memória das más recordações do Verão de 1806 que acumulou óbitos a zona ribeirinha da capital.¹⁴⁹

Esta pequena sobremortalidade produz uma marcada sazonalidade estival, o que, aliado às condições específicas dos bairros atingidos, permite, adiantar como causa provável da sua eclosão alterações de tipo digestivo resultantes de águas contaminada, e outras enfermidades¹⁵⁰.

Com efeito, para além da curta duração manifestada, a crise de 1806 foi pouco mortífera. As variações do número total de óbitos nas diversas paróquias nunca excederam 30%, quando comparadas com as datas enquadrantes. A intensidade aumentou nas áreas ribeirinhas e em freguesias de estrutura populacional jovem, com muitas crianças e fracos recursos económicos. Esse facto alia-se à sua origem epidémica,

¹⁴⁷ RODRIGUES, Teresa e SANTOS, Piedade Braga, 1998 - "Poder central e poder local, um caso de conflito. Os surtos epidémicos de 1804 - 1805", *Ler História*, n.º 34, Lisboa

¹⁴⁸ RODRIGUES, Teresa. (1995) *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Cosmos.

¹⁴⁹ ARAÚJO, Ana Cristina. (1997). *A morte em Lisboa-Atitudes e representações-1700-1830*. Editorial Notícias

¹⁵⁰ ARAÚJO, Ana Cristina. (1997). *A morte em Lisboa-Atitudes e representações-1700-1830*. Editorial Notícias

enquadrando-se no tipo de mortalidade global própria da conjuntura económica desfavorável então sentida.

Antes de acabar o ano de 1807, e face à iminência da primeira invasão napoleónica, 15 a 20 mil pessoas abandonam Lisboa.¹⁵¹ A retirada atingiu, primeiramente, a comunidade de comerciantes ingleses, a burguesia mercantil ligada ao Brasil e, por fim, a nobreza da corte que acompanhou a deslocação da família real para o Rio de Janeiro, não sendo também de excluir o êxodo temporário de algumas famílias da pequena nobreza e de gente de proveniência rural¹⁵².

O ano de 1808 foi marcado por muita fome em Portugal e de uma extrema especulação com os preços dos produtos alimentares, particularmente, em Lisboa. A escassez do abastecimento marítimo - devido ao embargo do porto de Lisboa por parte da esquadra britânica-, a destruição das colheitas – devido à invasão napoleónica - e a falta de trabalhadores rurais conjugaram-se nesse sentido¹⁵³. O governo de Junot publicou vários editais com pesadas penas contra a especulação de alimentos e a principal justificação apresentada para a desmobilização das nossas tropas (com excepção das que foram enviadas para França a integrar o exército napoleónico) foi a necessidade, urgente, de devolver diligentes ao trabalho agrícola. Entretanto, e com um pretexto, contraditório, foi publicado em edital a ordem de diminuir a caça, que resultou no desarmamento da população portuguesa.

Como vimos acima, o período de fome que caracterizou a entrada no novo século devido às consequências da conjectura política e económica de Portugal e da Europa. Iremos ver no próximo subcapítulo os acontecimentos que levaram à entrada de tropas na cidade de Lisboa e as suas consequências para o povo português.

¹⁵¹ FRANZINI, Mariano Miguel. (1820) Reflexões sobre o actual Regulamento do Exército de Portugal publicado em 1816 ou Analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos à Nação. Com o projecto de um plano de organização para o mesmo Exército, illustradas com mappas do Estado da povoação do reino, e sua classificação segundo as idades, sexo, e profissão, enviado para a Corte do Rio de Janeiro em Novembro de 1816, presentemente publicado pelo seu Autor, Lisboa, Impressão Régia.

¹⁵² Ricardo Raimundo Nogueira, Apontamentos, in Cristovam Ayres de Magalhães Sepulveda, História orgânica e política do exército português, vol. X, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p.66.).

¹⁵³ CAETANO, António Alves. (2008) A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão. Constantes e Linhas de Força, Lisboa, Tribuna da História.

5.3 – Entrada das tropas francesas em Lisboa

*“Foi o único que me enganou”*¹⁵⁴

No entanto, a 22 de Outubro de 1807, em Londres, o Ministro dos Negócios Estrangeiros George Canning assina com o Embaixador Domingos de Sousa um convénio secreto em que se previa a retirada da Corte para o Brasil em caso de intercessão francesa. Esta foi a abordagem por parte do “partido inglês”, onde o objectivo era manter a aliança com a Inglaterra e manter, também, os domínios coloniais portugueses intactos. Como o acordo teria que ser ratificado em Lisboa, Canning decide enviar uma esquadra para ajudar o embarque. O comando da esquadra britânica foi entregue ao Contra-Almirante Sidney Smith com a missão de escoltar a Família Real portuguesa para o Brasil¹⁵⁵. Este tratado tem o nome de: “Convenção secreta sobre a transferência para o Brasil da sede da Monarquia Portuguesa, e ocupação temporária da Ilha da Madeira por tropas britânicas”¹⁵⁶ e tinha como finalidade proteger os interesses da Grã-Bretanha, mas também respeitar as conformidades portuguesas. No tratado pode-se ler que a Grã-Bretanha se compromete, “a fornecer uma escolta naval na eventualidade da transferência da Corte para o Brasil bem como a não reconhecer como soberano de Portugal nenhum príncipe que não fosse o herdeiro legítimo da casa de Bragança. Os lusitanos aceitavam entregar temporariamente à Inglaterra a Ilha da Madeira no caso de fechamento dos portos portugueses e obrigavam-se a não permitir que sua frota mercantil ou de guerra tombasse em mãos francesas. Um artigo adicional dispunha que, uma vez a Corte estabelecida no Brasil, se concederia aos ingleses, em compensação pela perda do comércio com a metrópole, um porto em Santa Catarina ou outro ponto do litoral brasileiro no qual as mercadorias provenientes da Inglaterra seriam admitidas com os mesmos direitos

¹⁵⁴ Napoleão Bonaparte, nas suas memórias pouco antes de morrer no exílio na Ilha de Santa Helena, referindo-se a D. João VI, rei do Brasil e de Portugal em GOMES, L. (2014). *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. Globo Livros.

¹⁵⁵ NEWITT, Malyn, ROBSON, Martin, (2004) – Lord Beresford e a intervenção Britânica em Portugal. 1807-1820, Lisboa: ICS

¹⁵⁶ *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente, compilados, coordenados e anotados* por José Ferreira Borges de Castro. Tomo IV. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

prevalecentes em Portugal."¹⁵⁷ O Príncipe Regente não cedeu a todos os pressupostos do acordo inicial, rejeitando a concessão da ilha da Madeira e de um porto no Brasil, mas manteve uma solução que pudesse manter a sua soberania em caso de invasão francesa.

A única excepção ao Bloqueio Continental na Europa foi precisamente Portugal, cuja ligação à Grã-Bretanha remonta ao século XIV, a extensa costa atlântica portuguesa permitiu à navegação britânica manter as suas rotas marítimas. Os portos portugueses eram aproveitados pela Grã-Bretanha para o comércio com os seus domínios, beneficiando ainda da obtenção de matéria-prima, especialmente através de produtos do Brasil que eram reexportados através do porto de Lisboa, para alimentar a sua indústria em crescimento. Neste sentido, a invasão de Junot deve ser vista como uma resposta à política adoptada por Portugal de não cumprimento do embargo comercial, estando, portanto, mais designada a garantir a imposição e posterior controlo do embargo comercial aos ingleses e menos a de conquistar Portugal pelas armas.

O Príncipe Regente só teve conhecimento da invasão dos exércitos franceses, enviados por Napoleão para ocupar Portugal, através do jornal oficial francês *Moniteur* onde foi publicado a 11 de Novembro as resoluções do Tratado de Fontainebleau, e chegado a Lisboa através do embaixador em Londres - D. Domingos de Sousa Coutinho -, que o expôs ao Príncipe, ajudando para que fosse de imediato tomada a decisão do monarca.¹⁵⁸ Os exércitos de Junot já se encontravam por esta altura em Abrantes, o tempo escasseava.

¹⁵⁷ *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente, compilados, coordenados e anotados* por José Ferreira Borges de Castro. Tomo IV. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858

¹⁵⁸ MONTEIRO, Miguel C. (2008) "Junot em Portugal ou a lembrança de um exército em farrapos", in *Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808*, Ericeira, Mar de Letras Editora.

Através do diário¹⁵⁹ de D.Lourenço de Caleppi, Arcebispo de Nisibi¹⁶⁰ durante este período conturbado da história de Portugal, podemos analisar por meio de uma testemunha presencial a inquietação que levou ao embarque da corte portuguesa com destino ao Brasil e a entrada das forças lideradas por Junot na cidade de Lisboa. O Arcebispo veio acompanhado pelo seu jovem secretário Camilo Luiz de Rossi (o autor do diário), que relata que no dia 24 de Novembro de 1807 houve uma “alargado” Conselho de Estado (no Palácio de Mafra) e na noite seguinte outro. Nestes conselhos de Estado, Sua Alteza Real (S. A. R.) o Príncipe Regente tomou a decisão de transportar-se para o Brasil juntamente com “Sua Magestade Sua Mãe” e toda a Família Real até à Paz Geral antes que as tropas francesas, que já se encontravam bastante adiantadas na sua marcha, chegassem à capital.¹⁶¹

A solução da retirada da corte de Lisboa com destino ao Brasil já tinha sido muito discutida na corte portuguesa nos últimos séculos. Em 1640, um grupo de conselheiros reais encabeçados pelo padre António Vieira propuseram a criação de um império nas Américas, para onde seria transferida a sede da monarquia¹⁶². Em 1736, o embaixador português em Paris, Luiz da Cunha, escrevia um memorando secreto a D. João V que a solução para a segurança da monarquia portuguesa era mudar a corte para o Brasil, onde D. João V assumiria o título de “Imperador do Ocidente” e indicaria um vice-rei para governar Portugal. Foi ainda mais longe, ao afirmar que a potencial perda do Reino de Portugal e dos Algarves poderia ser compensada através da anexação da Argentina e do Chile ao Reino do Brasil. Em 1762, diante de mais uma ameaça de invasão, o marquês de Pombal aconselha o rei D. José I a tomar a decisão de mudar a corte para o Brasil a fim de garantir a sua regência.¹⁶³

¹⁵⁹ ROSSI, Camillo Luiz de.(1944) Diário dos acontecimentos de Lisboa, por ocasião da entrada das tropas de Junot, Lisboa

¹⁶⁰ O Papa Pio VII nomeou o núncio em Lisboa, tendo chegado a 21 de Maio de 1802

¹⁶¹ ROSSI, Camillo Luiz de. (1944) Diário dos acontecimentos de Lisboa, por ocasião da entrada das tropas de Junot, Lisboa

¹⁶² BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot...”, in Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824

¹⁶³ CASTANHEIRA, Maria Zulmira. (2008) “As Invasões Francesas-Testemunhos britânicos”, in Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808, Ericeira, Mar de Letras Editora

Para executar esta resolução, no dia 25 de Novembro começaram-se a acertar todos os preparativos para o embarque da corte: “prendeuse muita gente para dar aos 17 navios de guerra um suficiente número de marujos, e procurou-se meter neles os mantimentos necessários para o embarque do príncipe da Beira”¹⁶⁴. Na sexta-feira 27 de Novembro de 1807, toda a família Real (“Reaes Personagens”) embarca, incluindo também o Real Infante de Espanha, D. Pedro Carlos que desde a sua infância se encontrava com a Família Real, e era bastante amado pelo Príncipe Regente. Mas só no dia 29, de manhã é que partem com vento muito favorável que prosseguiu no dia seguinte. Também fizeram parte da escolta muitos fidalgos (entre eles quase todos Conselheiros de Estado exceptuando o Exmo. Sr. Cardeal Patriarca e o Sr. Luiz Vasconcelos porque se encontrava doente) e “muitas senhoras, além de uma grande quantidade de outras pessoas que acompanharam a Real Corte nesta comprida viagem”. A 29 de Novembro a Esquadra Real, com cerca de 60 navios (navios mercantes e de guerra), sai finalmente da barra do Tejo. Comandava-a o Almirante Manuel da Cunha Souto-Maior. Cerca de 10 000 pessoas¹⁶⁵ mudam de um continente para o outro numa operação de transferência de poder, ou inversão metropolitana, sem paralelo na história mundial. Apenas 4 navios britânicos acompanharam a esquadra portuguesa¹⁶⁶.

No dia antecedente à retirada de S. A. R., o Exmo. Sr. Núncio Caleppi foi informado da resolução do Príncipe Regente e deslocou-se, apesar de doente, à Corte a pedido do Príncipe. Este, principiou-se a convidá-lo para o acompanhar na viagem porque queria o conforto de ter junto de si o Representante do Santíssimo Padre (o Papa), apesar da sua idade avançada de 67 anos este não recusou tão primoroso convite. O arcebispo ficou designado à Nau Martin de Freitas ou à Medusa. Mas no meio da confusão que antecedeu todo o embarque o Sr. Visconde de Anadia (Ministro e Secretário de Estado da repartição da Marinha) enganou-se no lugar onde a nau esperaria o arcebispo. Falhando, este, o embarque com a esquadra Real que tinha como destino o Rio de Janeiro. Tal foi a desordem do embarque, que ficaram em terra várias caixas de prata, ricos “guizamentos” da Igreja Patriarcal, tal como milhares de volumes da biblioteca real (nota de rodapé -

¹⁶⁴ ROSSI, Camillo Luiz de. (1944) *Diário dos acontecimentos de Lisboa, por ocasião da entrada das tropas de Junot*, Lisboa

¹⁶⁵ Embora o secretário do Núncio em Lisboa tivesse estimado em 10 000 o número de pessoas embarcadas na esquadra que conduziu o Regente e a corte para o Brasil, dados mais fidedignos apontam para valores inferiores, entre 4 e 7 000 pessoas. PEDREIRA, Jorge, COSTA, Fernando Dôres, D. João VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006

¹⁶⁶ SILVA, João Paulo Ferreira, “PRIMEIRA INVASÃO FRANCESA 1807-1808 A INVASÃO DE JUNOT E A REVOLTA POPULAR”, Academia de Ciências de Lisboa

como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta) e todas as carruagens da Corte ficaram abandonadas em Belém. Falhada o embarque na esquadra portuguesa, o Sr. Núncio tomou o juízo de procurar um navio mercante com intuito de subir a bordo juntamente com o bispo da Madeira, que procurava voltar para a sua diocese no mesmo dia 29 de Novembro de 1807. Quando se percebeu que tinha chegado ao governo regente uma ordem por parte do General Francês – Junot –, que já se encontrava muito perto de Lisboa, para que os fortes não deixassem sair já nenhum navio da barra. Logo a viagem do Sr. Núncio foi reservada para outro tempo. Conseguiu, mais tarde, sair disfarçado de pescador juntamente com o seu secretário no dia 18 de Abril de 1808 com destino a Inglaterra e embarcou no navio de guerra inglês “The Stork”. Permaneceu 40 dias em Londres, viajando mais tarde para o Rio de Janeiro onde chegou a 8 de Setembro de 1808.¹⁶⁷

Ao deixar Lisboa, o Príncipe Regente deixa um edital aos habitantes da cidade, no qual retirei um excerto: *“Vejo que pelo interior do meu reino marcham tropas do imperador dos franceses e rei de Itália e que as mesmas se dirigem a esta capital. Querendo eu evitar as funestas consequências que se devem seguir a uma defesa que seria mais nociva que proveitosa, servindo só para derramar sangue em prejuízo da humanidade, e conhecendo igualmente que a invasão se dirige muito particularmente contra a minha real pessoa e que os meus leais vassalos serão menos inquietados ausentando-me eu deste reino, tenho resolvido, em benefício dos mesmos meus vassalos, partir, com a rainha minha senhora e mãe e com toda a real família, para os Estados da América, estabelecendo-me no Rio de Janeiro até à paz geral”*¹⁶⁸

A obra, “A 1ª Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia 1807-1808”¹⁶⁹ permite-nos fazer uma versão cronológica dos acontecimentos que antecederam a entrada de Junot – e da vanguarda do exército franco-espanhol – em Lisboa a 30 de Novembro de 1807.

¹⁶⁷ ROSSI, Camillo Luiz de “Diário dos acontecimentos de Lisboa, por ocasião da entrada das tropas de Junot”, Lisboa

¹⁶⁸ excerto da publicação do real decreto retirado de: NORTON, L. (1968). *A corte de Portugal no Brasil: notas, documentos diplomáticos, e cartas da imperatriz Leopoldina*. Empresa Nacional de Publicidade.

¹⁶⁹ FERRÃO, António. (1925) *A 1ª Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia 1807-1808*, Coimbra.

A 17 de Outubro de 1807 um efectivo de 26 500 homens parte, de Gironda, em direcção à fronteira espanhola com o desígnio de invadir o Reino de Portugal.

Esta marcha foi afectada por um terrível Inverno em terras espanholas, chuvas torrenciais, frio, e incríveis nevadas. O exército, durante a sua trajectória havia abandonado as formaturas para ir assaltar montes, pequenas povoações, herdades, abegoarias e celeiros, ou simplesmente roubar os transeuntes ou os simples guardadores de gado. Tanto em Espanha, como em Portugal, sendo que às vezes estes actos lhes custava a vida, pois estas afrontas eram alvo de resposta por parte das vítimas. As tropas chegaram à fronteira de Portugal desmoralizadas pelas privações e pela celeridade das marchas, tendo no caminho para Castelo Branco cometido os mesmos actos. e chegaram àquela cidade completamente indisciplinados, cometendo ali os maiores excessos, como já o tinha feito no Rosmaninhal, Zibeira, Zadoeiro e Idanha-a-Nova. Chegaram a 20 de Outubro, e a 21 ainda existiam legiões a entrar enquanto a vanguarda coloca a caminho de Mação pela estrada da Bemquerença de Cima.¹⁷⁰

Dia 23 pelas três horas da tarde, a vanguarda chega a Abrantes, muito desfalcada de soldados, e no dia seguinte de manhã chega ali o general Junot e o seu quartel general. Entre os dias 24 e 29 foram entrando na cidade a três divisões de infantaria e de dia 29 a 2 de Dezembro foi chegando a cavalaria (quase toda apeada).

Dia 27 de Outubro já a vanguarda começava a travessia do Zêzere em direcção à Golegã. O caminho era difícil devido aos campos da Golegã estarem completamente inundados devido ao extremo Inverno que se fazia sentir em toda a península. Toda a marcha foi feita debaixo de chuva. Pelo meio-dia de dia 28, a vanguarda chega a Santarém e saindo à noite onde chega na madrugada de 29 ao Cartaxo (pelas duas da madrugada). Junot tomara a partir deste momento a dianteira das forças, acompanhando a vanguarda. É nesse momento que, chegava a notícia do embarque da família real para o Brasil – o que o incomodou, pois, a ligeireza da marcha francesa era precisamente para evitar a retirada da Corte portuguesa. Logo que amanhece, a 29, Junot, colérico, segue com a vanguarda para Azambuja, e posteriormente segue até Sacavém onde chega pelas 10 horas da noite, trazendo consigo 1 500 homens que apresentam um aspecto miserável.

¹⁷⁰ Idem

Em Sacavém, é recebido pelas comissões encarregues pelo governo regente a dar as boas vindas a Junot de se pôr à sua disposição. Estas eram chefiadas pelo tenente general Martinho de Sousa de Albuquerque e Alte e do brigadeiro Francisco de Borja Garção Stolker. O Príncipe Regente ordenou que os franceses fossem recebidos como amigos e, o conselho governativo do reino, como o clero e a nobreza não faziam mais que cumprir as suas determinações. Efectivamente, no decreto de 26 de Novembro de 1807, o Príncipe depois de fundamentar a sua retirada para o Brasil e de nomear um conselho governativo, emite instruções onde recomenda: “*as tropas do imperador dos Franceses , Rei de Itália, sejam bem aquartelladas, e assistidas de tudo que lhes for preciso, em quanto se detiverem neste Reino, evitando todo e qualquer insulto, que se possa perpetrar, e castigando rigorosamente, quando aconteça; conservando sempre a boa harmonia, que se deve praticar com os exércitos as Nações com as quais achamos unidos no continente*”.¹⁷¹

Pelas 9 da manhã de 30 de Novembro entram em Lisboa, pelas portas de Arroios, os soldados do Grande exército como “um cortejo de mendigos”. E ao contrário da entrada em Milão onde se ouviu músicas e coros onde se entoavam hinos e celebrando os seus libertadores, em Lisboa só se podia ouvir uma música dos choros e os coros dos soluços e das pragas. Como é sabido, a família real tinha deixado a capital no dia anterior.¹⁷²

¹⁷¹ FERRÃO, António - A I invasão Francesa: a invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808: estudo político e social. Coimbra: impr. da Universidade, 1923

¹⁷² FERRÃO, António. (1925) A 1ª Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia 1807-1808, Coimbra.

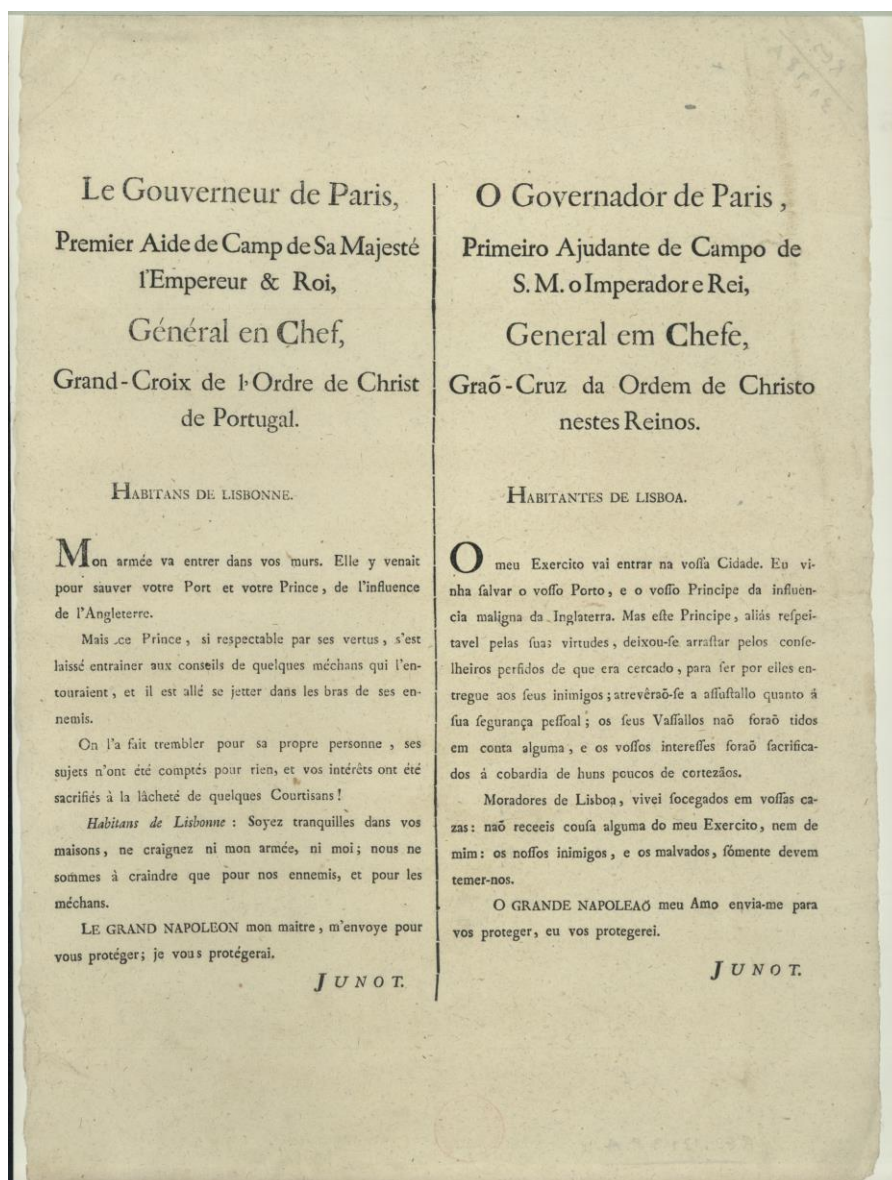


Figura 7 - Proclamação de Junot aquando da entrada em Lisboa (<http://purl.pt/26792>)

Na madrugada do dia em que as tropas francesas entraram em Lisboa, tinha aparecido afixado pelas ruas e praças esta proclamação de Junot¹⁷³:

“O Governador de Paris

Primeiro Ajudante de Campo de S.M. o Imperador e Rei, General em chefe, Grã-Cruz da Ordem de Cristo nestes Reinos.

¹⁷³ Proclamação de Junot aquando da entrada em Lisboa (<http://purl.pt/26792>)

Habitantes de Lisboa.

O meu exército vai entrar na vossa cidade. Eu vinha salvar o vosso porto e o vosso Príncipe da influência maligna da Inglaterra. Mas este Príncipe, aliás respeitável pelas suas virtudes, deixou-se arrastar pelo conselheiros perversos de que era cercado, para ser por eles entregue aos seus inimigos; atreveram-se a assustá-lo quanto à sua segurança pessoal; os seus vassallos não foram tidos em conta alguma, e os vossos interesses foram sacrificados à cobardia de uns poucos cortesãos.

Moradores de Lisboa, vivei sossegados em vossas casas: não receeis coisa alguma do meu exército, nem de mim: os nossos inimigos e os malvados somente devem temer-nos.

O grande Napoleão, meu amo, envia-me para vos proteger, eu vos protegerei.

Junot”



Figura 6 - SEQUEIRA, Domingos. *Junot Protegendo a Cidade de Lisboa*. 1808. Óleo sobre tela, 73 cm x 100 cm

José Acúrsio das Neves, no seu livro “História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino”¹⁷⁴ afirma que esta proclamação de Junot é um insulto à cidade de Lisboa e aos seus habitantes e que depois das condições do Tratado de

Fontainebleau, os franceses ainda tinham o atrevimento de dar à sua missão uma missão de salvamento de Portugal.

¹⁷⁴ NEVES, J. A. D. História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino in “Obras Completas de José Acúrsio das Neves”. Porto: Edições Afrontamento.

Assim que as tropas francesas chegaram a Lisboa, deu-se um tumulto no quotidiano da capital, com muitas alterações ao modo de vida que anteriormente tinha efeito. São exemplos disso, os inúmeros relatos em que se encontram nas participações à polícia real, e serão alguns desses relatos que pretendo exemplificar, para ficarmos a perceber as mudanças que este virar de domínio em Lisboa provocou.

Chegando pouco a pouco a Lisboa os contingentes do exército francês foram posteriormente distribuídos por vários edifícios, indo ocupar os conventos de São Francisco da Cidade, dos Paulistas e de Jesus, sendo que os frades que neles habitavam foram distribuídos nas casas de familiares e amigos. Também os albergados na Casa Pia, tiveram de deixar os seus aposentos para as tropas de Junot se instalarem. Para o general Junot foi destinado o palácio da Bemposta, mas este escolheu instalar-se no palácio do Barão de Quintela, no alto da Rua do Alecrim. Por sua vez o general Delaborde, nomeado governador militar de Lisboa, foi ocupar as casas de António Araújo de Azevedo, Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que acompanhara a família real para o Brasil. À medida que as tropas napoleónicas se iam hospedando na cidade, começaram a ser nomeadas as autoridades francesas para os cargos de maior relevo na administração do Reino, sendo de estranhar apenas, a manutenção de Lucas de Seabra da Silva como Intendente Geral da Polícia. Foi escolhido para presidente do Real Erário, Herman ex-cônsul francês em Lisboa, desempenhando conjuntamente as funções de Ministro das Finanças e do Interior.¹⁷⁵

¹⁷⁵ FERRÃO, António. (1925) A 1ª Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia 1807-1808, Coimbra.

Aliada à chegada dos franceses agravou-se a crise financeira e económica e consequentemente existiu um agravamento das condições de trabalho e do custo de vida. Como vimos no capítulo anterior, o porto de Lisboa foi de facto embargado pela esquadra britânica o que não permitiu qualquer comércio externo.



Figura 7 - Vista da Praça do Rocio na qual se representa a desordem e terror dos Franceses no dia do Corpo de Deos no anno de 1808, os quaes tumultuosamente largarão as Armas e dezemparrarão a Artilheria pelo susto que o povo lhes cauzou e os boatos que corrião: já chegarão os Inglezes. 1808 -- Arquivo Municipal de Lisboa

O povo ia sofrendo as ofensas e as brutalidades dos franceses. Foi a 13 de Dezembro de 1807, durante uma parada militar no Rossio com a aclamação das “tropas de Gironda”, sendo que ao mesmo tempo no Castelo de São Jorge era içada a bandeira francesa saudada com tiros de artilharia. Ao presenciar esta profanação da entidade nacional, o povo da capital amotinou-se através de gritos de ódio e de morte que foram respondidos de forma violenta por parte das tropas invasoras que retorquiram sobre a população. Sendo que nem dentro das igrejas, os soldados franceses deixaram de castigar os revoltosos¹⁷⁶.

A situação das finanças públicas era cada vez mais difícil, pelo contrário as finanças de Junot e dos seus generais, estavam cada vez mais prósperas. Os sequestros dos bens dos ingleses e dos portugueses expatriados, os negócios, os presentes e as novas taxas de impostos sobre a população eram fonte de enriquecimento dos franceses, dos quais partilhavam as famílias dos generais, particularmente Laura Junot que de seu

¹⁷⁶ na igreja do Sacramento os soldados de carregaram armas para dentro da igreja.

marido ia recebendo presentes de tal modo valiosos que chegavam a causar ciúmes às irmãs e cunhadas de Napoleão. É não era só a cidade de Lisboa que estava a saque, onde quer que os franceses passassem tudo ficava consumido e destruído, são os casos de: Castelo Branco, Abrantes, Santarém, Mafra, Leiria, Évora e outras tantas localidades.¹⁷⁷

Após o tumulto de 13 de Dezembro, graves tumultos e motins reacenderam a revolta portuguesa. Mas as altas classes pactuavam com o usurpador francês, convivendo com ele e com os seus generais, sendo numerosos os jantares, bailes e as reuniões que entre si, participavam também, as principais famílias, no “circo” de São Carlos.

Através dos relatos e participações do Intendente da Polícia, reparamos que o povo e as tropas francesas nunca se deram bem. Através desses, analisa-se em Lisboa que as contendas entre o povo e os soldados eram constantes devidos aos abusos e às violências dos militares, veremos alguns exemplos mais adiante.

A 25 de Março de 1808, Lucas de Seabra da Silva é substituído por Lagarde à frente da Intendência da Polícia, transformando, assim, as medidas de defesa governativa e intensifica a espionagem e multiplica as prisões por motivos antifranceses. Junot ordena ao Intendente que aumente a vigilância e mostre um maior zelo na repressão de qualquer tentativa de rebelião. Entre Abril e Maio de 1808 conspira-se por toda a cidade – nas casas, nas ruas, no Passeio Público, no Rossio (especialmente nos seus cafés), apareciam por toda a cidade panfletos a fazer troça dos invasores, satirizando até Junot e Lagarde.

178

Alguns dos actos de violência entre os franceses e os habitantes de Lisboa, que alteraram o quotidiano da capital após a entrada do invasor foram relatados pelo Intendente da Polícia e estes encontram-se relatados no livro de António Ferrão¹⁷⁹, e decidi destacar alguns. Os relatos que serão posteriormente mostrados, estão em ordem cronológica: “a 9 de Dezembro dois soldados procuraram levar violentamente uma mulher para o Cais do Tojo”. Dia 22 de Dezembro, Lucas de Seabra da Silva fala de uma confusão entre soldados franceses e os da Guarda da Polícia dando o exemplo “de que um oficial e alguns soldados franceses, da Guarda da Fundição, entraram numa taberna

¹⁷⁷ FERRÃO, António. (1925) A 1ª Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia 1807-1808, Coimbra.

¹⁷⁸ FERRÃO, António. (1925) A 1ª Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia 1807-1808, Coimbra.

¹⁷⁹ Idem

e, depois de comerem, ordenaram ao criado que lhes trouxesse, como sobremesa, uma mulher. Como tal iguaria não entrava no serviço da lista das casas de comidas, travou-se grande questão, fugindo os franceses quando veio a polícia. Foram, então, a casa de um homem casado, cuja mulher pretenderam violentar.” Na noite de 28 de Dezembro “quatro soldados arrombaram a janela de uma meretriz, e teriam ido muito mais além se não fosse a Guarda Real da Polícia que acorreu aos gritos da mulher, retirando-se os franceses e ameaçando a Guarda com as pistolas.” A grande parte das vítimas dos franceses, eram de facto as mulheres, fossem elas casadas, solteiras, filhas, irmãs, viúvas ou meretrizes, não havia diferença para o invasor. Às vezes, quando os soldados franceses não encontravam por perto portugueses em quem descarregar a sua impulsividade natural ou o êxtase da embriaguez lutavam uns com os outros, mas eram, de facto, as mulheres que mais sofriam.¹⁸⁰

A 21 de Abril de 1808, conta Lagarde que na véspera – dia 20 - pelas nove horas da noite, oito soldados franceses da Guarda da Praça do Comércio meteram-se com algumas mulheres que passavam pelas ruas próximas, e agarrando duas delas à força levaram-nas para um lugar mais conveniente a fim de as forçarem, em quanto outros soldados, nos cantos das ruas, distanciavam os populares que pretendiam socorrer as mulheres indefesas. Muitos dos casos nem eram reportados com medo de represálias, ou não deixaram vestígios nas participações da Intendência.

Napoleão reconheceu como rei, de Espanha, o seu irmão José Bonaparte, e o povo espanhol começou a revoltar-se contra o império francês a 2 de Maio de 1808. Entretanto, a Espanha, convocou de volta as suas tropas que, integraram o exército franco-espanhol que tinha invadido Portugal.

Entretanto as classes mais altas da sociedade viviam na intimidade com os invasores, trocando entre si considerações e gentilezas, e alheando-se totalmente do sofrimento do povo português. A população portuguesa estava farta de ser maltratada pelos franceses, e acorreu aos ingleses para organizar a luta. Chegando a Maio de 1808 a esquadra britânica reforçou-se e o Bloqueio aos nossos portos, especialmente ao de Lisboa, apertou-se. Conseguiu, também o arcebispo de Nisibi disfarçar-se de pescador e fugir para a esquadra inglesa. Começaram-se a tornar cada vez mais frequentes os desembarques de ingleses nas costas portuguesas, ou para reconhecimento ou para

¹⁸⁰ Idem

abastecimento ou para conhecerem o estado de espírito publico com vista a uma insurreição.¹⁸¹

Na Gazeta de Lisboa de 2 de Agosto de 1808, um periódico que se mostrava como um meio oficial do governo de Junot e cujo editor era o próprio Intendente da Polícia - Pierre Lagarde - foi introduzida uma aclamação anónima aos habitantes de Lisboa em que se incentivava a população a “*quebrar os ferros, que vos prendem, e a vingar com o sangue, e com a morte dos vossos tiranos opressores a afronta que eles fizeram à Nação, e ao Príncipe adorado*”¹⁸². Inicia-se também uma revolta na cidade do Porto que se espalhou para o resto das províncias do norte do país, e aliada às forças lideradas por Arthur Wellesley, futuro duque de Wellington, venceram os franceses nas batalhas de Roliça e Vimeiro (17 e 21 de Agosto de 1808). Poucos dias depois foi assinada a “Convenção de Sintra” (30 de Agosto), pela qual os franceses se obrigavam a evacuar o reino, sendo transportados de volta a França. Os habitantes de Lisboa viviam aterrorizados pela convivência durante nove meses com os usurpadores franceses, e apenas depois das notícias do desfecho da batalha do Vimeiro a 21 de Agosto e da posterior capitulação do exército de Junot, é que os habitantes da capital do Reino de Portugal puderam sentir-se livres da repressão francesa. Até no momento do embarque das tropas francesas nos navios britânicos que as tinham de transportar para França, os soldados napoleónicos continuavam a sentir o medo da grande parte dos habitantes de Lisboa¹⁸³.

¹⁸¹ NEVES, J. A. D. História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino in “Obras Completas de José Acúrsio das Neves”. Porto: Edições Afrontamento.

¹⁸² Gazeta de Lisboa, Nº 29, 2º Suplemento de 2 de Agosto de 1808

¹⁸³ HULOT, Jacques-Louis Baron. (1886) Souvenirs militaires du baron Hulot (Jacques-Louis) général d'artillerie, 1773-1843, Paris, A la Direction du Spectateur Militaire.

Na primeira década do século XIX, Portugal é afectado por três grandes crises, sendo elas: o Bloqueio Continental, a invasão francesa e a retirada da Família Real para o Brasil. Como pudemos observar neste capítulo, com a entrada dos franceses na cidade, o crime cresceu exponencialmente e o dia-a-dia da cidade foi severamente afectado, pois os lisboetas viveram nove meses com medo andar na sua cidade durante a noite ou de simplesmente sair à rua. Mas vimos, também, que os únicos afectados por este turbilhão, foram os mais pobres, visto que a classe alta da sociedade ou foi para o Brasil com a corte ou então era profundamente cúmplice com os usurpadores franceses.

PARTE VI – Conclusão

Tendo em conta a problemática inicialmente apresentada esta investigação foi dividida e desenvolvida em três partes principais, serão a partir destes três segmentos em que irei estimular as minhas conclusões.

A historiografia tradicional nacional dá pouco ênfase aos três acontecimentos extraordinários da primeira década do século XIX – o Bloqueio Continental, retirada estratégica para o Brasil e a ocupação francesa de Lisboa. Se juntarmos a estes acontecimentos a consequência do fim do Pacto Colonial conseguimos perceber a razão do atraso económico português do século XIX.

Focando na investigação feita, a primeira secção é dedicada à população, observamos que a cidade de Lisboa no início do século XIX tinha cerca de 120 mil habitantes e que do ponto de vista demográfico ainda se encontrava a repor os números prévios do terramoto de 1755. Sem a invasão francesa e a partida da corte para o Brasil não existiria uma mortalidade associada nem uma perda de parte da população através de uma emigração forçada. O crescimento da cidade de Lisboa ficou marcado pelas alterações e a instabilidade provocadas pelo Bloqueio Continental e os dois acontecimentos extraordinários que o seguiram, a invasão e ocupação francesa da capital do Reino de Portugal e a inversão metropolitana preparada pelo Príncipe Regente.

Na segunda parte, que foi inteiramente dedicada aos problemas da economia e ao porto de Lisboa, conseguimos observar que o Bloqueio Continental teve influência directa com os resultados da economia nacional. Os nove meses em que o porto de Lisboa esteve encerrado ao comércio externo limitaram muito a economia de Portugal. Admite-se que se não tivesse existido o embargo ao porto de Lisboa, os resultados económicos de Portugal continuassem a crescer como aconteceu nos primeiros anos do século até 1807. Com ocupação francesa existiu um desmantelamento da indústria e do comércio na capital.

Na última parte, é nos apresentado as causas que nos levaram aos dois desfechos, que por sua vez estão interligados pois um é a consequência do outro. A retirada da corte só existiu devido à invasão e posterior ocupação da capital. Foi mostrado a tentativa de organização do aparelho da polícia no pré-invasão e são relatados alguns momentos da estadia dos franceses em Lisboa.

A questão central de toda a investigação remete-nos para perceber como é que os três grandes acontecimentos da primeira década do século XIX (Bloqueio Continental, retirada estratégica da corte e a invasão francesa) afectaram o dia-a-dia da população de Lisboa. Todas as partes da investigação dão-nos informações para responder a essa questão. O quotidiano da cidade foi afectado pelos períodos de fome aliado à dificuldade de obter alimento devido às restrições impostas no porto de Lisboa, o estado da cidade após o terramoto de 1755 deteriorava a qualidade de vida que directamente influenciava a grande taxa de mortalidade. A ameaça de uma invasão fez com que a cidade perdesse bastante população, esta retirada demográfica atingiu em primeiro lugar a comunidade inglesa que vivia em Lisboa, os comerciantes dos domínios ultramarinos e toda a nobreza que acompanhou a Família Real para o Brasil a estas mudanças na demografia da cidade alia-se o facto de existir um êxodo para o interior de pessoas que fugiram à invasão. Aquando da permanência dos franceses em Lisboa, assistimos a um acréscimo do crime, especialmente contra mulheres, cometidos sobretudo pelas tropas francesas. Este período de subjugação da população e dos costumes lisboetas, fez com que o quotidiano da cidade de Lisboa fosse completamente mudado, sendo que os habitantes passaram a estar plenamente dependentes das ordens dos novos administradores. Foi um período de repressão e de condicionamento da liberdade dos residentes da cidade, com a existência, até, de um recolhimento obrigatório para reprimir os tumultos que foram aparecendo, já, em 1808.

E por último, com propósito de construir uma cronologia do conflito, que era um dos objectivos prévios deste estudo. A questão original, era se o Bloqueio Continental tem uma relação direta com as mutações no quotidiano, a partir do estudo feito para esta investigação, posso afirmar que o Bloqueio Continental só por si, não foi o único acontecimento que alterou o quotidiano da cidade de Lisboa. Este – o quotidiano - foi afetado, sobretudo, pelos três acontecimentos extraordinários que referimos anteriormente e todos eles são uma *causa-efeito*, isto é: Sem o Bloqueio Continental não existiriam as invasões francesas nem com estas a retirada da Família Real para o Brasil, logo, o quotidiano da cidade de Lisboa não seria afectado pelos acontecimentos históricos. Aliado a estes três acontecimentos excepcionais do início do século XIX, podemos acrescentar ainda, o terramoto de 1755 que deixou profundas marcas na cidade de Lisboa, ainda visíveis cinquenta anos depois. Portanto, o quotidiano de Lisboa, foi de

facto afectado, mas não por um único acontecimento, mas sim pela *causa-efeito* dos acontecimentos que marcaram o início do século.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

Ministério do Reino, maço 454, cx 569

Intendência Geral da Polícia

Gazeta de Lisboa (1806 a 1808)

AHMOP – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Balança Geral do Comércio de 1808 – Relatório do Contador Geral

Instituto Nacional de Estatística

Fontes Impressas

BALBI. Andrien, (2004) *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et Algarve*, Edição em fac-símile, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tomo I, (1ª edi., 1822)

BARETTA, João Cabello, “Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot...”, in *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d’Espagne mis en ordre et publiés par M Alphonse de Beauchamp*, Tome Second, Paris, Chez L.-G. Michaud, Libraire-Éditeur, 1824

CASTRO, José Ferreira Borges de, *Collecção de Tratados, Convenções e Actos Públicos celebrados entre a Corte de Portugal e as mais Potências, desde 1640 até ao Presente*, 8 vols., Lisboa, 1856-1858.

CHABY, Claudio de, *Excerptos Históricos e Coleção de Documentos relativos à guerra denominada da Península e às anteriores de 1801 e do Roussillon e Catalunha*, Lisboa, 1862-82

CARRÈRE, Joseph Barthélemy François. (1797) *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de lettres écrites de Portugal sur l’état ancien et actuel de ce royaume...*, Paris, H.-J. Jansen.

de OLIVEIRA, E. F. (1885). *Elementos para a História do Município de Lisboa* (Vol. 2). Typographia universal.

FAVA, Duarte José. Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Compreendida entre Barreiras. C.1808 - 1832, desenho a lápis, tinta-da-china e tinta azul, 1350 x 2500 mm., (BNP, Secção de Iconografia, D. 153) - disponível online em <http://purl.pt/24997>

FRANZINI, Mariano Miguel. (1820) Reflexões sobre o actual Regulamento do Exército de Portugal publicado em 1816 ou Analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos à Nação. Com o projecto de um plano de organização para o mesmo Exército, illustradas com mappas do Estado da povoação do reino, e sua classificação segundo as idades, sexo, e profissão, enviado para a Corte do Rio de Janeiro em Novembro de 1816, presentemente publicado pelo seu Autor, Lisboa, Impressão Régia

HULOT, Jacques-Louis Baron. (1886) Souvenirs militaires du baron Hulot (Jacques-Louis) général d'artillerie, 1773-1843, Paris, A la Direction du Spectateur Militaire

Leão, D. N. D. 1610. Descrição do Reyno de Portugal.

MONTEIRO, António Sousa (1868) Manual de direito eclesiástico parochial, II, Coimbra, 1868.

Silveira, A. H. D. (1789). Racional discurso sobre a agricultura, e população da província de Alentejo. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e Suas Conquistas (1789-1815), 1, 43-98.

SILVEIRA, Henrique da (1789) “Racional discurso, sobre a Agricultura, e População da Província do Alem-Tejo”, Memorias Económicas, I, Lisboa.

SORIANO, Simão José da Luz. (1871) História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, segunda época, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional.

Bibliografia

- ABRANTES, Duquesa de, 1784-1838. Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806 / Duquesa de Abrantes ; apresent. e notas José Augusto França ; trad. Magda Figueiredo. - Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2008
- ALEXANDRE, Valentim (1993) Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português, Porto, Afrontamento.
- ARAÚJO, Ana Cristina. A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações. 1700-1830. Lisboa: Ed. Notícias, 1997
- Araújo, A. C. (2008). MEMÓRIA E MITOS DA GUERRA PENINSULAR EM PORTUGAL. A História Geral da Invasão dos Franceses de José Acúrsio das Neves. Revista de História das Ideias, 29, 241-274.
- ARAÚJO, Ana Cristina. (1997). A morte em Lisboa-Atitudes e representações-1700-1830. Editorial Notícias.
- Azeredo, C. de. (2009). O reino de Portugal e o Bloqueio Napoleónico. Revista Da Faculdade de Letras - HISTÓRIA, 10, 11–15.
- Azeredo, Carlos de, Aqui não Passaram: O Erro Fatal de Napoleão, Porto, Civilização Editora, 2005.
- BARATA, Ana M. dos Santos Temudo. (1988) As Crises de Mortalidade em Lisboa no século XVIII, dissert. de Mestrado em Demografia Histórica e Social, F.C.S.H. - UNL., Lisboa
- Barreiros, J. B. (1964). Preliminares da primeira invasão francesa em Portugal. In Guerra de la Independencia: estudios (pp. 23-90). Institución Fernando el Católico.
- CAETANO, António Alves. O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica. Lisboa. Academia da Marinha, 2004
- CAETANO, António Alves. (2008) A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão. Constantes e Linhas de Força, Lisboa, Tribuna da História.
- CARDODO, J. L.; Monteiro, N. G. e SERRÃO, J. V. (2010). Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica. Lisboa, ICS: Imprensa de Ciências Sociais

CARDOSO, J. L. (1989). O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808.

Chantal, S. (2005). A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto (Vol. 23). Edição " Livros do Brasil".

CASTANHEIRA, Maria Zulmira. (2008) “As Invasões Francesas-Testemunhos britânicos”, in Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808, Ericeira, Mar de Letras Editora

COELHO, José Maria Latino, História Política e Militar de Portugal, desde Fins do Século XVIII até 1834 Imprensa Nacional, Lisboa, 1916.

De OLIVEIRA MARTINS, Francisco de Assis. (1948). Pina Manique, o político, o amigo de Lisboa. Sociedade industrial de tipografia.

FERGUSON, Niall, Empire: How Britain made the Modern World, London, Penguin Books, 2004

FERRÃO, António. (1925) A 1ª Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia 1807-1808, Coimbra.

Ferreira, V. M. (1987). A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole (Vol. 83). Publicações Dom Quixote.

FINE, Gary e MANNING, Philip. "Erving Goffman", George Ritzer (org.), The Blackwell Companion to major contemporary social theorists, Oxford, Blackwell, 2003

FRANÇA, José Augusto (1987). Lisboa Pombalina e o Iluminismo, 3.ª ed., Lisboa.

FRANÇA, José Augusto (2009). Lisboa: história física e moral. Horizonte.

GAGÉ, Jean Gagé (1950) “António de Araújo, Talleyrand et les Négociations Secrètes pour la paix de Portugal (1798-1800)”, in Bulletin des Études Portugaises, vol.XIV.

GOMES, L. (2014). 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. Globo Livros.

HELLER, Agnes. (1992) O cotidiano e a história. Paz e Terra, São Paulo.

HOBBSBAWM, Eric. (1992) A Era das Revoluções, Lisboa: Presença.

- JUNOT, J. A. D. A., Ruas, M., & Ventura, A. (2008). *Diário da I invasão francesa*. Livros Horizonte
- Light, K., Telo, A. J., Schwarcz, L. M., Henriques, M. C., Bandeira, L. A. M., Amaral, M., ... & Kenneth, L. (2007). *A Transferência da Capital e da Corte para o Brasil, 1807-1808*
- LOUSADA, Maria Alexandra. (1998). *A cidade vigiada - A Polícia e a Cidade de Lisboa no início do Século XIX*. Cadernos de Geografia
- MACEDO, Jorge Borges de (2006), *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*. Estudo de Geopolítica, Lisboa, Tribuna da História, 2006.
- MACEDO, Jorge Borges de. (1990) *O Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular*, 2ª edição revista, Lisboa, Gradiva.
- Madureira, N. L. (1992). *Lisboa 1740-1830. Cidade: Espaço e Quotidiano*, Lisboa, Livros Horizontes.
- MARTINS Filho, Enéas. (1968). *O Conselho de Estado Português e a transmigração da Família Real, em 1807* (No. 62). Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.
- MONTEIRO, Miguel C. (2008) “Junot em Portugal ou a lembrança de um exército em farrapos”, in *Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808*, Ericeira, Mar de Letras Editora.
- Napoléon (1935); Volume I translated by Henry F. Stockhold as *Napoleon: From 18 Brumaire to Tilsit, 1799-1807* and Volume II translated by J. E. Anderson as *Napoleon: From Tilsit to Waterloo, 1807-1815* Columbia University Press, 1969
- NEVES, J. A. D. *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino* in “*Obras Completas de José Acúrsio das Neves*”. Porto: Edições Afrontamento.
- NEVES, J. A. (1809). *Reflexões sobre a invasão dos franceses em Portugal*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia.
- NEWITT, Malyn, ROBSON, Martin, (2004) – *Lord Beresford e a intervenção Britânica em Portugal. 1807-1820*, Lisboa: ICS

NOVAIS, Fernando António. (1983). Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 2ªed. São Paulo, Hucitec.

NORTON, L. (1968). A corte de Portugal no Brasil: notas, documentos diplomáticos, e cartas da imperatriz Leopoldina. Empresa Nacional de Publicidade.

PAIS, J. M.(1993) Nas rotas do quotidiano Revista Crítica de Ciências Sociais, 37, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

PAIS, J. M.(1988) Fontes documentais em sociologia da vida quotidiana, pp.289-306 Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Temas Portugueses)

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. (1995) Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Lisboa: Universidade de Nova Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995 [tese de doutoramento]

Pedreira, J. M. (1987). Indústria e atraso económico em Portugal (1800-25). Uma perspectiva estrutural. *Análise Social*, 23(97), 563–596. Retirado de: <http://www.jstor.org/stable/41010639>

Pedreira, J. M. V. (1994). Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830). Difel.

Pereira, Â. (1956). D. João VI Príncipe e rei: A independência do Brasil. Trabalho de investigação histórica, enriquecido com preciosos documentos inéditos que pertenceram ao Real Gabinete do Soberano (Vol. 3). Empresa Nacional de Publicidade.

PIMENTA, João Paulo G. SILVA, Ana Cristina Nogueira da. (1998) O modelo espacial do Estado moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime. Lisboa; Estampa

PINHEIRO, Magda. (2011) Biografia de Lisboa. A Esfera dos Livros.

PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa (1987) Diplomacia, Política e Economia na transição do século XVIII para o século XIX: o pensamento e a acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca), Lisboa.

Ribeiro, J. M. (2009). A importância do Bloqueio Continental para o futuro de Portugal e do Brasil. Revista Da Faculdade de Letras - HSITÓRIA, 10(III), 63–69. Retirado de: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8877.pdf>

RITZER, George. (2003) Major Contemporary Social Theorists.

RIBEIRO, M. D. L. R. D. (1972). Aguiar, As relações comerciais entre Portugal e Brasil segundo as "Balanças de comércio", 1801-1821.

RODRIGUES, Teresa. (1993) Lisboa no Século XIX. Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade, Tese de Doutoramento, F.C.S.H. - U.N.L., Lisboa.

RODRIGUES, T. M. F. (1996). Um caso de mortalidade diferencial urbana: a Lisboa dos séculos XVI a XIX. , Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n° 9, Lisboa, Edições Colibri

RODRIGUES, Teresa. (1995) Viver e Morrer na Lisboa Oitocentista (Migrações, Mortalidade e Desenvolvimento), Col. História, n°10, Ed. Cosmos, Lisboa

RODRIGUES, Teresa. (1995) Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento. Lisboa: Cosmos.

RODRIGUES, T. (2008). Lisboa. Das longas permanências demográficas à diversidade social. Jornadas Demografia Histórica de Lisboa.

RODRIGUES, Teresa, 1994. Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana em Oitocentos, Ler História, 26, Lisboa, 45-75

RODRIGUES, Teresa e SANTOS, Piedade Braga, 1998 - "Poder central e poder local, um caso de conflito. Os surtos epidémicos de 1804 - 1805", Ler História , n° 34, Lisboa

ROSSI, Camillo Luiz de.(1944) Diário dos acontecimentos de Lisboa, por ocasião da entrada das tropas de Junot, Lisboa

SACK, Robert (1988), El lugar y su relación con los recientes debates interdisciplinarios, Documents d'Anàlisi Geogràfica, 12. e de HARVEY,David (1989) The Condition of Postmodernity. Na enquiry into the origins of culture change, Oxford, Basil Blackwell.

Santos, J. M. F. D. (2014). Lisboa e a Invasão de Junot: população, periódicos e panfletos (1807-1808) (Doctoral dissertation).

SERRÃO, Joel. (1959). Temas Oitocentistas para a história de Portugal no século passado. Edições Atica.

SERRÃO, Joel. (1973) Fontes de demografia portuguesa, 1800-1862. Livros Horizonte.

Silbert, A. (1972). Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista (Vol. 3). Livros Horizonte.

SILVA, Augusto Vieira da, 1950 “Plantas topográficas de Lisboa [Material cartográfico] Lisboa: Câmara Municipal - <http://purl.pt/27804>

SILVA, João Paulo Ferreira, “PRIMEIRA INVASÃO FRANCESA 1807-1808 A INVASÃO DE JUNOT E A REVOLTA POPULAR”, Academia de Ciências de Lisboa

SILVEIRA, L. N. E. da. (2001). Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849. Anuários e Monografias. Tema C, População e Condições Sociais. Estudos e Investigação.

SOUSA, Fernando de. (1979) A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX, dissertação de doutoramento inédita, Faculdade de Letras do Porto.

VICENTE, A. P., & das Neves, J. A. (2000). Panfletário Antinapoleónico in em “O Tempo de Napoleão em Portugal. Estudos Históricos. 2ª. ed., Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 345-361.

VILLAR, Pierre, Histoire de l'Espagne. Paris, Presses Universitaires de France. Colecção Que sais-je?, n.º 275

Wilcken, P. (2005). *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Objetiva.